



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

ANANIAS DE ASSIS GODOY FILHO

**CONHECIMENTO, URBANIDADE(S), URBANISMO(S):
QUALIDADE ESPACIAL URBANA E SABERES CIDADÃOS
EM UM BAIRRO CONSOLIDADO DE LONDRINA-PR**

ANANIAS DE ASSIS GODOY FILHO

**CONHECIMENTO, URBANIDADE(S), URBANISMO(S):
QUALIDADE ESPACIAL URBANA E SABERES CIDADÃOS
EM UM BAIRRO CONSOLIDADO DE LONDRINA-PR**

Tese apresentada ao Programa Associado de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo UEM / UEL — PPU, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Arquitetura e Urbanismo.
Orientação: Prof.^ª Dr.^ª Vera Lucia Tieko Suguihiro.

Londrina
2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

G588c Godoy Filho, Ananias De Assis .
Conhecimento, urbanidade(s), urbanismo(s) : Qualidade espacial urbana e saberes cidadãos em um bairro consolidado de londrina-PR. / Ananias De Assis Godoy Filho. - Londrina, 2024.
295 f. : il.

Orientador: Vera Lucia Tieko Suguihiro.
Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Tecnologia e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2024.
Inclui bibliografia.

1. Qualidade espacial - Tese. 2. Civilidade - Tese. 3. Cidadania - Tese. 4. Standard Tool - Tese. I. Suguihiro, Vera Lucia Tieko . II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Tecnologia e Urbanismo. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

CDU 711/72

ANANIAS DE ASSIS GODOY FILHO

**CONHECIMENTO, URBANIDADE(S), URBANISMO(S):
QUALIDADE ESPACIAL URBANA E SABERES CIDADÃOS
EM UM BAIRRO CONSOLIDADO DE LONDRINA-PR**

Tese apresentada ao Programa Associado UEM /
UEL de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo,
como requisito parcial à obtenção do título de
Doutor em Arquitetura e Urbanismo

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Vera Lucia Tieko Suguihiro – Orientadora
Doutora pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Prof.^a Alicia Norma González de Castells
Doutora pela Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Sandra Maria Almeida Cordeiro
Doutora pela Universidade Estadual de Londrina

Prof.^a Milena Kanashiro
Doutora pela Universidade Federal do Paraná

Prof.^a Fabíola Castelo de Souza Cordovil
Doutora pela Universidade de São Paulo

Londrina, 30 de setembro de 2024.

Este trabalho é dedicado a todos que no passado lutaram, aos que hoje lutam e aos que no futuro continuarão a lutar pela existência da universidade pública, gratuita e de qualidade em nosso país.

AGRADECIMENTOS

A todo o corpo docente do Programa Associado UEM/UEL de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo – PPU, pela abnegação, resiliência, competência e espírito de luta que resultaram na criação deste Curso de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo em Londrina, o primeiro do Paraná.

À Prof.^a Dr.^a Vera Lúcia Tieko Suguhiro, por ter me acolhido como seu orientando, por toda a paciência, por seu estímulo, seu exemplo de ser humano, de intelectual e de acadêmica, além de sua firmeza temperada com rara sensibilidade.

À Prof.^a Dr.^a Milena Kanashiro, pelo carinho, pela infusão de otimismo, pelo constante apoio moral durante esta caminhada, bem como pelas orientações relativas à pesquisa, além das sábias ponderações nos momentos de crise. Agradeço ainda ter aceitado o convite de minha orientadora para compor minha banca de defesa desta tese.

À Prof.^a Dr.^a Beatriz Fleury e Silva, do PPU-UEM, por ter aceitado participar de minha banca de qualificação, assim como pelas valiosas críticas e sugestões para aperfeiçoar este trabalho. Praticamente todas as alterações e correções que apontou foram implementadas, pelo que, minha gratidão.

À Prof.^a Dr.^a Fabíola Castelo de Souza Cordovil, do PPU-UEM, pela disponibilidade de avaliar este singelo trabalho e compor a banca de defesa, assim como por suas valiosas observações.

De igual modo, meu sincero agradecimento à Prof.^a Dr.^a Sandra Maria Almeida Cordeiro, do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina – PGSER-UEL, por ter aceitado o convite de minha orientadora para avaliar esta tese e compor minha banca de defesa. Suas ponderações, expressas com precisão e delicadeza, apontaram caminhos de pesquisa para além do tratado aqui.

Agradeço penhoradamente à professora Dr.^a Alicia Norma González de Castells, do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina – PósARQ-UFSC, por todo o aprendizado e agradável convívio durante o segundo semestre de 2021, quando tive o privilégio aprender com ela sobre a Antropologia Urbana. Foram contribuições fundamentais para uma melhor compreensão da direção que esta pesquisa deveria tomar. Minha gratidão também por ter aceitado o convite para fazer parte de minhas bancas de qualificação e defesa.

Aos todos os meus professores durante esta trajetória, em especial, Dr. Renato Leão Rego, Dra. Ercília Hitomi Hirota, Dra. Milena Kanashiro, Dr. Cesar Imai, Dr. Jorge Daniel de Melo e Moura. Minha gratidão, com estima e admiração.

Aos professores convidados para a *Summer School*, Instrumentalização da Tese e Seminários de Desenvolvimento da Pesquisa, Dr. Ricardo Codinhoto (Universidade de Bath, Reino Unido), Dr. Renato Tibiriçá de Saboya (PósARQ-UFSC) e Bruno Bogaz Zarpelão (DC-UEL), por todas as valiosas observações que ajudaram a definir melhor o foco do trabalho.

A todos os colegas de doutorado, pelos momentos de agradável convivência e rica troca de ideias durante os semestres iniciais do curso, especialmente à Ana Luiza Favarão, pela ajuda com procedimentos diversos e por ter ministrado a Oficina SIG no segundo semestre de 2020, no auge da pandemia de COVID-19 e, mais recentemente, à Leticia Cabrera pela colaboração

na produção dos mapas para este trabalho. Também à Carla Olivo, Danilton Aragão, Fernando Gargantini Graton e Rinaldo Zanato; e ainda a todos os colegas e amigos do Grupo de Pesquisa Vercidades, em especial à Luciana Honda, Thiago Souza, Leonardo Ferreira e Janaína Achete, sem esquecer o nosso querido Thales Sanches.

A todos os colegas professores do DAU-UDEL, pelo acolhimento, apoio, encorajamento, aprendizado e oportunidades. Em especial, agradeço aos professores Dr.^a Eloísa Rodrigues e Dr. Jurandir Guatassara Boeira, por terem me designado para ministrar disciplinas da área de Urbanismo a partir de 2020, o que representou uma ampliação de meus horizontes em relação ao ofício do arquiteto urbanista. Foi o gosto despertado pelo Urbanismo que resultou na proposição deste trabalho.

Agradeço ainda ao caro colega e amigo Prof. Dr. Gilson Jacob Bergoc, pelo acompanhamento prestado em meu Estágio em Docência na Graduação II, período em que conseguimos estabelecer uma agradável e prolífica parceria docente, fruto de nossa colaboração e mútua admiração, com resultados muito positivos para nossos alunos.

Não poderia deixar de registrar a minha profunda gratidão ao saudoso colega, professor e amigo, Prof. Fausto Carmelo de Lima (*in memoriam*), pelas longas e edificantes conversas, por ter partilhado comigo muitas experiências e histórias que me ensinaram tanto sobre a vida, a profissão e a cidade de Londrina.

Às comunidades de moradores do bairro Piza, em Londrina, pela disposição em colaborar nesta pesquisa, em particular às diretoras das duas instituições de ensino públicas do bairro, Prof.^{as} Josilaine de Paula Vieira e Maria Conceição da Costa, meus mais profundos agradecimentos, bem como a todo o corpo docente de suas escolas pela inestimável ajuda. Agradeço ainda ao Pe. André Luiz, da Paróquia Cristo Redentor, como de resto a todos os membros da comunidade do Piza e da Associação LDMBR que neste trabalho são designados por suas iniciais ou nomes fictícios, sabendo que, se vierem a lê-lo, reconhecer-se-ão nele. O meu muito obrigado a todas e todos. Sem a sua participação este trabalho não teria sido possível.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior – CAPES, pela bolsa-auxílio recebida entre julho de 2022 e agosto de 2023.

Ao meu irmão e apoiador de primeira hora, Economista Antonio Augusto Godoy, M.Sc., pelos conselhos relativos à parte metodológica e estatística; e por ter provido a mim e à minha família os meios de sobrevivência para que eu pudesse concluir este trabalho, realizado nesses seis anos de tropeços e infortúnios em meio ao *vale da sombra da morte* (Sl. 23:4).

Uma gratidão sem fim tributo a meu pai Ananias (*in memoriam*), exemplo de honestidade, amor ao trabalho, sabedoria, coragem e determinação; e a minha mãe, Professora Yara de Araújo Godoy, mestre e amiga para sempre, minha e de todos os que gozam do privilégio de seu convívio.

Por fim, agradeço à minha esposa Elaine e à minha filha Luísa, pela compreensão, paciência, apoio, constante encorajamento e renúncia de minha companhia durante tantos momentos.

Londrina, 30 de julho de 2024.

“Porque uma cidade sem ideia de cidade não
é mais cidade alguma”.
(Lévy, 2004)

GODOY FILHO, Ananias de Assis. **Conhecimento, urbanidade(s), urbanismo(s): qualidade espacial urbana e saberes cidadãos em um bairro consolidado de Londrina-PR.** 2024. Tese. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2024.

RESUMO

Este trabalho investiga a qualidade espacial urbana de um bairro consolidado de Londrina-PR em relação com o conhecimento sobre ele revelado por um grupo de moradores. A comunidade e localidade estudadas são as do Piza, um bairro formal situado na zona sul de Londrina-PR. Esse conhecimento, mobilizado individual ou coletivamente, em contextos de participação voltados para processos decisórios que implicam intervenções espaciais concretas, tem sido denominado na literatura *saberes cidadãos*. Em meio urbano, são observados nos dispositivos de urbanismo participativo. A maior parte das pesquisas sobre *qualidade espacial* concentra-se no estudo das condições espaciais que tendem a favorecê-la ou inibi-la. Os trabalhos a respeito do tema mencionam com frequência fatores econômicos, morfológicos, densidades populacionais, volume construído e uma gama de configurações arquitetônico-urbanísticas. Em vista desses dois construtos investigados, cada um com seu foco particular sobre os espaços livres públicos, é justamente o conceito multidimensional e transdisciplinar de *urbanidade* que, por suas interfaces nas áreas da Geografia, da Antropologia Urbana e da Arquitetura e Urbanismo, parece constituir um vínculo entre elas, capaz de enriquecer a compreensão tanto dos saberes cidadãos como da qualidade espacial urbana. Embora no campo da Arquitetura e Urbanismo o conceito de urbanidade ainda se apresente instável e não suficientemente operacionalizado, ele parece ser justamente o elo capaz de estabelecer relações entre os saberes cidadãos e a qualidade espacial, a partir de suas duas e inseparáveis dimensões principais: a civilidade e a cidadania. A tese aqui defendida é que a urbanidade é o construto que faz a conexão da qualidade espacial urbana com os saberes dos cidadãos pesquisados no bairro considerado. A metodologia utilizada para desvelar as evidências dessa correlação foi a pesquisa de campo, com auxílio de dois questionários, sendo um deles uma adaptação para a língua portuguesa da *Place Standard Tool*, uma ferramenta para avaliação de lugares empregada com sucesso em dezenas de cidades de vários países. Os resultados obtidos a partir dos dados levantados na pesquisa de campo são cotejados com a literatura sobre os três conceitos envolvidos: *saberes cidadãos*, *qualidade espacial* e *urbanidade*. A investigação focaliza uma parte desse conhecimento revelado pelos cidadãos, relativa aos espaços livres públicos. A pesquisa conclui pela confirmação da hipótese de ser a qualidade espacial urbana concatenada aos saberes cidadãos por meio da(s) urbanidade(s) verificada(s) no bairro.

Palavras-chave: qualidade espacial, civilidade, cidadania, participação comunitária, Place Standard Tool.

GODOY FILHO, Ananias de Assis. **Conhecimento, urbanidade(s), urbanismo(s): qualidade espacial urbana e saberes cidadãos em um bairro consolidado de Londrina-PR.** (Knowledge, urbanity-ies, urbanism-s: urban spatial quality and citizen knowledge in an established neighborhood in Londrina-PR, Brazil) 2024. Thesis (Doctorate in Architecture and Urbanism) – Universidade Estadual de Londrina. Londrina, Brazil, 2024.

ABSTRACT

This study investigates the urban spatial quality of an established neighborhood in Londrina-PR in relation to the knowledge about it revealed by a group of residents. The community and location studied are those of Piza, an established and formal neighborhood, located in Londrina, a medium-sized city in the southern Brazilian state of Paraná. This knowledge, when mobilized individually or collectively, in participatory contexts and decision-making processes that imply concrete spatial interventions, has been called *citizen knowledge* in the attaining literature. In urban environments, it can be observed in participatory urban design stances. Most research on spatial quality focuses on the study of spatial conditions that tend to favor or inhibit the occurrence of the phenomenon. Studies on the subject frequently mention economic and morphological factors, population densities, built form and a range of architectural and urban configurations. In view of these two constructs, each with its own particular focus on public open spaces, it is precisely the multidimensional and transdisciplinary concept of *urbanity* that, through its interfaces with the areas of Geography, Urban Anthropology and Architecture and Urban Design, seems to constitute a link between them, capable of enriching the understanding of both citizen knowledge and urban spatial quality. Although in the field of Architecture and Urban Design the concept of urbanity is still unstable and not sufficiently operationalized, it seems to be precisely the link that can establish useful relations between citizen knowledge and spatial quality, based on its two main and inseparable dimensions: civility and citizenship. The thesis defended here is that urbanity is the construct that connects urban spatial quality to the knowledge of the citizens, surveyed in the considered neighborhood. The methodological approach used to reveal the evidence of this relation was the field research, with the aid of two questionnaires, one of which was an adaptation into Portuguese of the Place Standard Tool, a tool for assessing places successfully used in dozens of cities in several countries. The results obtained from the collected data are then analyzed and collated with the literature concerning the three concepts involved: citizen knowledge, urban spatial quality and urbanity. The investigation focuses on a facet of this knowledge, the one that is revealed by resident citizens, in relation to the public open spaces in their territory. The research concludes by confirming the hypothesis that urban spatial quality is linked to citizen knowledge through the urbanity-ies verified in the neighborhood.

Keywords: urban spatial quality, citizenship; civility; community participation; Place Standard Tool.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| Figura 1 – As três variáveis em exame na pesquisa e respectivas dependências. | 21 |
| Figura 2 - Espiral de Lewin, In: Kemmis (1980), redesenhada por Elliott (1991). | 33 |
| Figura 3 - Modelo do diagrama de Lewin (1946), revisado por Elliott (1991). | 35 |
| Figura 4 - Diagrama de McNiff da pesquisa-ação. | 36 |
| Figura 5 – Significados de urbanidade - nuvem de palavras..... | 57 |
| Figura 6 – Interações constitutivas da urbanidade. | 59 |
| Figura 7 – Praça Nelson Ferracini, divisa entre Pq. Res. Joaquim Toledo Piza e Cj. Roseira.... | 74 |
| Figura 8 – Praça Nelson Ferracini em dia de feira livre na Rua Georg Von Malte (lateral). | 74 |
| Figura 9 – Praça Nelino Silva Pereira, na junção Rua Turim (esq.) e Rua Veneza (dir.). | 75 |
| Figura 10 – Vistas típicas do Parque Residencial Joaquim Toledo Piza. | 77 |
| Figura 11 – Vistas típicas do Conjunto “Roseira”, em direção ao Jd. Monte Bello. | 77 |
| Figura 12 – Vistas típicas do Jardim Neman Sahyun. | 78 |
| Figura 13 – Vistas típicas do Jardim Vale Azul e do Residencial José Bastos de Almeida. | 78 |
| Figura 14 - O ciclo de pesquisa-ação em Roy & Prévost (2013). | 80 |
| Figura 15 - O procedimento de reflexão-na-ação com registro de uma memória. | 81 |
| Figura 16 - Os quatro mini-públicos envolvidos na pesquisa-ação. | 85 |
| Figura 39 – Exemplo de pergunta como impressa no Q-2..... | 99 |
| Figura 17 – Sede da Associação de Moradores do Jardim Piza em julho de 2019. | 107 |
| Figura 18 – Postagem no Instagram – Praça Nelino Silva Pereira, Rua Turim, 83. | 110 |
| Figura 19 – Kit de TCLE e questionários para a Comunidade CCB. | 114 |
| Figura 20 – Kits organizados para entrega às 24 turmas da CCB. | 115 |
| Figura 21 – Caixa para entrega e acumulação dos kits devolvidos. | 115 |
| Figura 22 – Etiqueta dos kits do segundo lote para Comunidade PPF. | 119 |
| Figura 23 – Primeira reunião de membros do GWA Nosso Piza, evento n.º 098. | 122 |

| | |
|--|-----|
| Figura 24 – Sede e quadra de esportes da Associação LDMBR. | 124 |
| Figura 25 – Reunião com a liderança da Associação LDMBR. | 125 |
| Figura 26 – Pinguela sobre o Córrego da Roseira, na área da Associação LDMBR. | 126 |
| Figura 27 – Vídeo 1 – Seção Shorts do canal Nosso Piza no Youtube – 29/01/2023. | 127 |
| Figura 28 – Página na rede social Facebook, evento n.º 023. | 130 |
| Figura 29 – Postagem do Questionário 1 no Facebook, evento n.º 038. | 132 |
| Figura 30 – Postagem do Questionário 2 no Facebook, evento n.º 039. | 133 |
| Figura 31 – Infográfico publicado no GWA, evento n.º 074. | 136 |
| Figura 32 – Imagem postada no GWA, evento n.º 077. | 137 |
| Figura 33 – Postagem no Instagram, evento n.º 084. | 138 |
| Figura 34 – Postagem no Instagram, evento n.º 085. | 138 |
| Figura 35 - Postagem no Instagram, evento n.º 089. | 139 |
| Figura 36 – Postagem no Instagram, evento n.º 099. | 140 |
| Figura 37 – Postagem no Instagram, em dois momentos do vídeo, evento n.º 100. | 141 |
| Figura 38 – Postagem no GWA, evento n.º 104. | 142 |
| Figura 40 – Q-1, Pergunta 8: Nuvem de palavras e quadro de frequências. | 151 |
| Figura 41 – Q-1, Pergunta 8 (homens): Nuvem de palavras e quadro de frequências. | 152 |
| Figura 42 – Q-1, Pergunta 9: Nuvem de palavras e quadro de frequências. | 153 |
| Figura 43 – Q-1, Pergunta 11: Nuvem de palavras e quadro de frequências. | 155 |
| Figura 44 – Gráfico tipo radar exemplificado na <i>Place Standard Tool</i> | 157 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|-----|
| Quadro 1 – Praças subutilizadas no Conjunto Roseira | 75 |
| Quadro 3 – Sinopse do Questionário 1 (Q-1)..... | 96 |
| Quadro 4 – Correspondência entre perguntas da PST e traduções simplificadas..... | 100 |
| Quadro 5 – Escala Likert, emojis, pontuações e avaliações associadas..... | 101 |
| Quadro 2 – Vídeos produzidos e postados no canal Nosso Piza no YouTube. | 128 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|-----|
| Tabela 1 – Loteamentos, anos de projeto, de aprovação na PML e número de lotes. | 69 |
| Tabela 2 – População e densidade demográfica por setores censitários do bairro Piza..... | 70 |
| Tabela 3 – População residente em Londrina por bairros e por sexo – 2010. | 71 |
| Tabela 4 – Domicílios particulares e permanentes e moradores por domicílios – 2010..... | 71 |
| Tabela 5 – Classes de rendimento nominal do bairro Piza – 2010. | 71 |
| Tabela 6 – Taxa de alfabetização por bairro de Londrina (2010). | 72 |
| Tabela 7 – Questionários – distribuição, devolução e validação. | 95 |
| Tabela 8 – Resumo das avaliações obtidas do Q-2. | 156 |

LISTA DE GRÁFICOS

| | |
|--|-----|
| Gráfico 1 – Classes de rendimento nominal mensal do bairro Piza (Censo 2010). | 72 |
| Gráfico 2 – Respondentes Inscritos no GWA, por loteamento | 135 |
| Gráfico 3 – Q-1, Pergunta 1: Relação com o bairro. | 144 |
| Gráfico 4 – Q-1, Pergunta 2: Lugares de vivência. | 144 |
| Gráfico 5 – Q-1, Pergunta 3: Sexo. | 145 |
| Gráfico 6 – Q-1, Pergunta 4: Faixa etária. | 146 |
| Gráfico 7 – Q-1, Pergunta 5: Escolaridade. | 147 |
| Gráfico 8 – Dados de escolaridade dos respondentes, exceto docentes das escolas. | 147 |
| Gráfico 9 – Q-1, Pergunta 6: Setor de atividade. | 149 |
| Gráfico 10 – Setores de atividade dos respondentes, exceto docentes das escolas..... | 149 |
| Gráfico 11 – Q-1, Pergunta 7: Avaliação da qualidade dos ELP do Piza..... | 150 |
| Gráfico 12 – Q-1, Pergunta 10: Avaliação da participação comunitária. | 154 |
| Gráfico 13 – Gráfico radar das notas médias de todas as perguntas do Q-2. | 158 |
| Gráfico 14 – Pontuações médias em relação aos níveis de satisfação e insatisfação. | 159 |
| Gráfico 15 – Saberes cidadãos em função da urbanidade..... | 168 |
| Gráfico 16 – Qualidade espacial urbana em função dos saberes cidadãos..... | 170 |

LISTA DE MAPAS

| | |
|---|----|
| Mapa 1 – Localização do bairro Piza entre as regiões de Londrina. | 67 |
| Mapa 2 – Loteamentos que formam o bairro Piza | 68 |
| Mapa 3 – Setores censitários e densidades. | 70 |
| Mapa 4 – Parques, praças, áreas verdes e vazios urbanos. | 73 |
| Mapa 5 – Ruas do bairro com pelo menos um respondente..... | 94 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|-----------|--|
| A&DS | Architecture and Design Scotland |
| A&U | Arquitetura e Urbanismo |
| APP | Área de preservação permanente |
| CAPS | Centro de Atenção Psicossocial |
| CCB | Carlos da Costa Branco (comunidade escolar) |
| CEI | Centro de educação infantil |
| CEP-UEL | Comitê de Ética em Pesquisas Envolvendo Seres Humanos da UEL |
| CMEI | Centro municipal de educação infantil |
| CNPJ | Cadastro nacional das pessoas jurídicas |
| COHAB-LD | Companhia de Habitação de Londrina |
| Col. Est. | Colégio estadual |
| CRAS | Centro de Referência em Assistência Social |
| DD | Densidade demográfica |
| DUP | Dispositivo(s) de urbanismo participativo |
| E.M. | Escola municipal |
| ELP | Espaço(s) livre(s) público(s) |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| NC | Não-conformidade |
| NHS | National Health Service |
| OMS | Organização Mundial da Saúde |
| PHS | Public Health Scotland |
| PML | Prefeitura Municipal de Londrina |
| PPF | Professor Paulo Freire (comunidade escolar) |
| PPU | Programa Associado UEM / UEL de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo |
| PST | Place Standard Tool |
| QEU | Qualidade espacial urbana |
| SC | Saberes cidadãos |
| SIGLON | Sistema de Informações Geográficas de Londrina |
| TCLE | Termo de Consentimento Livre e Esclarecido |
| U | Urbanidade |
| UBS | Unidade Básica de Saúde |
| WEB | World Wide Web (Internet, respondente nesse grupo) |
| WHO | World Health Organization |

SUMÁRIO

| | | |
|------------|---|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 21 |
| 1.1 | PROBLEMÁTICA DE PESQUISA | 25 |
| 1.1.1 | Justificativa | 25 |
| 1.1.2 | Tema | 28 |
| 1.1.3 | Problema | 28 |
| 1.1.4 | Questão de pesquisa | 28 |
| 1.1.5 | Hipótese | 29 |
| 1.2 | DELINEAMENTO DA PESQUISA | 29 |
| 1.3 | PESQUISA-AÇÃO: POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES | 30 |
| 1.4 | OBJETIVO | 36 |
| 1.5 | ORGANIZAÇÃO DA TESE | 38 |
| 2 | QUADRO TEÓRICO | 40 |
| 2.1 | QUALIDADE ESPACIAL URBANA (QEU) | 40 |
| 2.2 | SABERES CIDADÃOS | 51 |
| 2.3 | URBANIDADE(S) | 55 |
| 3 | CARACTERIZAÇÃO DO BAIRRO PIZA | 66 |
| 3.1 | LOCALIZAÇÃO NO TECIDO URBANO LONDRINENSE | 66 |
| 3.2 | LOTEAMENTOS QUE FORMAM O BAIRRO | 67 |
| 3.3 | DADOS POPULACIONAIS E CENSITÁRIOS | 69 |
| 3.4 | ÁREAS VERDES | 73 |
| 3.5 | VOLUME EDIFICADO | 76 |
| 4 | METODOLOGIA | 79 |
| 4.1 | ESTRUTURA CARACTERÍSTICA DA PESQUISA-AÇÃO | 79 |
| 4.2 | A ABORDAGEM DA COMUNIDADE DO BAIRRO PIZA | 81 |
| 4.2.1 | Recorte populacional | 82 |
| 4.2.2 | Objetivos a alcançar para o início do primeiro ciclo | 85 |
| 4.2.3 | Estratégias para diagnóstico da situação encontrada | 86 |
| 4.2.4 | Legitimação do projeto | 90 |
| 4.2.5 | Engajamento das partes envolvidas | 91 |
| 4.3 | MÉTODOS E INSTRUMENTOS UTILIZADOS PARA O DIAGNÓSTICO INICIAL | 92 |

| | | |
|------------|---|------------|
| 4.3.1 | Questionário 1 (Q-1) | 96 |
| 4.3.2 | Questionário 2 (Q-2) | 97 |
| 4.3.3 | Tipos de questões e modos de respostas | 101 |
| 4.3.4 | Não-conformidades anulatórias de instrumento | 101 |
| 5 | AS AÇÕES NA PESQUISA..... | 103 |
| 5.1 | EM BUSCA DOS SABERES CIDADÃOS NA COMUNIDADE DO PIZA..... | 103 |
| 5.2 | O CONTATO COM A ADMINISTRAÇÃO DA UBS PIZA/ROSEIRA..... | 104 |
| 5.3 | O CONTATO COM A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO “JARDIM” PIZA..... | 106 |
| 5.4 | A PESQUISA DE CAMPO JUNTO ÀS COMUNIDADES ESCOLARES DO PIZA | 112 |
| 5.4.1 | Abordagem da Comunidade Escolar CCB | 112 |
| 5.4.2 | Abordagem da Comunidade Escolar PPF..... | 116 |
| 5.4.3 | Ações simultâneas nas Comunidades Escolares CCB e PPF..... | 120 |
| 5.5 | AÇÕES JUNTO AO CONSELHO DO BAIRRO | 121 |
| 5.6 | O CONTATO COM A ASSOCIAÇÃO LDMBR | 122 |
| 5.7 | AÇÕES NAS REDES SOCIAIS..... | 126 |
| 6 | RESULTADOS E DISCUSSÃO | 143 |
| 6.1 | RESULTADOS DO QUESTIONÁRIO 1 (Q-1) | 143 |
| 6.1.1 | Q-1 – 1.ª Parte: perfil dos respondentes e relação com o bairro..... | 143 |
| 6.1.2 | Q-1 – 2.ª Parte: Avaliação da QEU do bairro | 150 |
| 6.2 | RESULTADOS DO QUESTIONÁRIO 2 (Q-2)..... | 155 |
| 7 | CONCLUSÃO | 161 |
| 7.1 | A URBANIDADE COMO CONEXÃO ENTRE OS SABERES CIDADÃOS E A QUALIDADE ESPACIAL | 161 |
| 7.2 | ESCLARECENDO AS RELAÇÕES DE DEPENDÊNCIA ENTRE AS TRÊS VARIÁVEIS ESTUDADAS | 167 |
| 7.3 | CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA | 170 |
| 7.4 | SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS | 171 |
| | REFERÊNCIAS..... | 172 |
| | APÊNDICES | 180 |
| | APÊNDICE A – Folheto de apresentação da pesquisa para pessoas físicas | 181 |
| | APÊNDICE B – Folheto de apresentação da pesquisa para pessoas jurídicas..... | 188 |
| | APÊNDICE C – TCLE e Declaração de Consentimento..... | 195 |
| | APÊNDICE D – Questionário 1 | 198 |

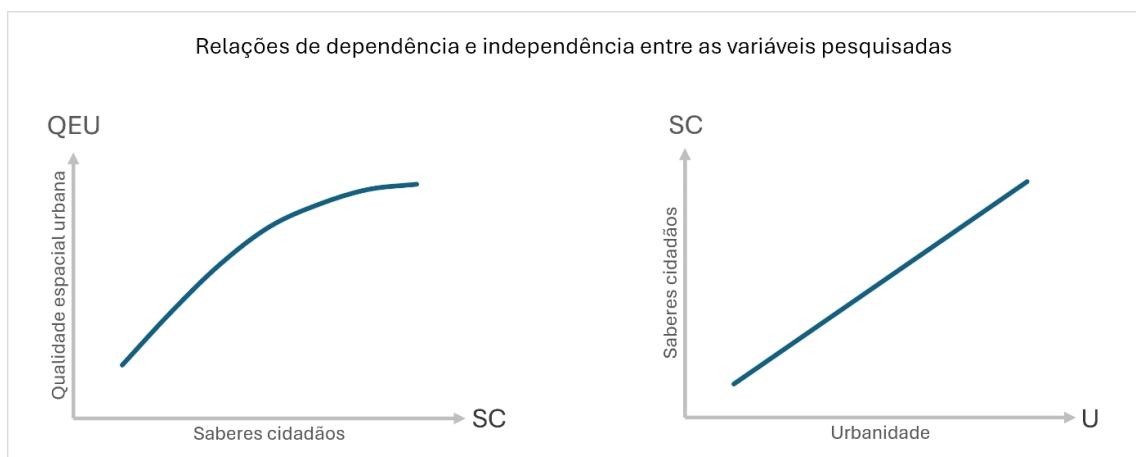
| | |
|--|------------|
| APÊNDICE E – Questionário 2..... | 203 |
| APÊNDICE F – Fluxograma de resposta ao Questionário 1 versão online | 210 |
| APÊNDICE G – Tradução da ferramenta Place Standard | 212 |
| APÊNDICE H – Coletânea das respostas ao Questionário 1..... | 225 |
| APÊNDICE I – Coletânea das respostas ao Questionário 2 | 239 |
| APÊNDICE J – Cronologia dos eventos principais da pesquisa de campo..... | 256 |
| APÊNDICE K – Devolutiva à comunidade – Resultados do Questionário 1 | 264 |
| APÊNDICE L – Devolutiva à Comunidade – Resultados do Questionário 2 | 273 |
| ANEXOS | 282 |
| ANEXO A – Parecer consubstanciado CEP-UEL – aprovação da pesquisa | 283 |
| ANEXO B – Autorização da direção da UBS Piza/Roseira..... | 287 |
| ANEXO C – Autorização da direção do Col. Est. Prof. Paulo Freire | 289 |
| ANEXO D – Autorização da liderança da Paróquia Cristo Redentor | 291 |
| ANEXO E – Autorização da direção da E. M. Prof. Dr. Carlos da Costa Branco..... | 293 |
| ANEXO F – Questionário da <i>Place Standard Tool</i> (versão 2022) | 295 |

1 INTRODUÇÃO

A qualidade espacial urbana de um bairro consolidado está relacionada com os saberes cidadãos de seus residentes?

Esta é a pergunta que me propus responder com esta pesquisa. A tese que defendo é de que sim, a qualidade espacial urbana que se observa no bairro pesquisado guarda estreita relação com os saberes cidadãos de seus residentes. Acrescento ainda, na defesa que tentarei fazer desta ideia, que o nexos estabelece-se em função das urbanidades específicas constatadas no lugar. Desse modo, submeto uma proposição com três variáveis, sendo a primeira (*qualidade espacial urbana* – QEU) sempre dependente; a segunda (*saberes cidadãos* – SC) é independente quanto à primeira, mas dependente em função da terceira (*urbanidade* – U), sendo esta última sempre independente. Claro está que nesta formulação a relação de dependência ou independência dessas variáveis encontra sentido no âmbito da tese aqui discutida, não sendo – pelo menos em princípio –, generalizável para todo e qualquer estudo que trate dessas categorias, conjunta ou separadamente. No desenvolvimento deste argumento, essas relações de dependência serão explicitadas. Grosso modo, essas dependências podem ser representadas como na **Figura 1**.

Figura 1 – As três variáveis em exame na pesquisa e respectivas dependências.



Fonte: Elaborado pelo autor.

A pergunta que move a investigação surge da afirmação feita por Jordi Borja e Zaida Muxí, que “O espaço público define a qualidade da cidade, porque indica a qualidade de vida do povo e a qualidade de cidadania de seus habitantes.” (Borja & Muxí, 2003, p. 25). Esta concisa e potente declaração estabelece uma indissociabilidade essencial e dialógica entre quatro locuções, frequentes nas preocupações de arquitetos-urbanistas, geógrafos, antropólogos do urbano, cientistas políticos e sociais; assim como de profissionais da saúde física, mental e ambiental. São elas, na ordem em que aparecem na citação: espaço público; qualidade da cidade; qualidade de vida e qualidade de cidadania. Temos, portanto, na visão dos autores, três *qualidades* interdependentes, definidas e evidenciadas por um tipo de *espaço* físico: aquele em que transcorre a maior parte das ações na esfera pública da existência humana na urbe, o *espaço público*.

Muitos são os trabalhos que investigam sociabilidades urbanas em processos de participação cidadã visando melhorar a qualidade de espaços públicos, bem como de serviços ou sistemas urbanos, e ainda de unidades habitacionais. A maioria dos estudos concentra-se no conhecimento, registro e documentação dessas realizações, ocorridas em bairros periféricos ou ocupações de vazios urbanos (p.ex.: Castro, 2022; Antonucci & Gobbi, 2018; Moretto, 2011), ou em áreas informalmente ocupadas por populações excluídas dos resultados de um determinado crescimento econômico (p.ex.: Freitas et al., 2021; Chevrier & Panet-Raymond, 2014; López-Peláez & González, 2008), ou ainda em territórios com características especiais, tais como áreas de risco (p.ex.: Souza, 2008; Freire, 2013; Voundi et al., 2021; Guevara Viquez, 2019), zonas ribeirinhas (Crémin et al., 2018), vizinhança de áreas degradadas por problemas ambientais (p.ex.: Masson, 2019; Traore, 2011), entre outras locuções.

A singularidade desta pesquisa está em que ela se debruça a estudar a qualidade espacial de um bairro formado ao longo de aproximadamente cinquenta anos, situado na Zona Sul da cidade de Londrina-PR, cujo processo de projeto, ocupação e consolidação transcorreu inteiramente dentro de procedimentos legais e formais de produção do espaço urbano, a saber: a propriedade das grandes glebas originais era legítima e incontroversa; a subdivisão delas para obtenção de lucro (loteamentos) foi profissionalmente planejada, legalmente reconhecida e tecnicamente documentada; as frações resultantes

(lotes individuais e parcelas destinadas a serviços e equipamentos públicos) foram vendidas ou regularmente transferidas ao Município de Londrina, conforme a legislação da época; bem como a total ausência de disputas em relação às respectivas divisas ou ao direito de propriedade dos adquirentes.

Além desses fatores, a implantação dos loteamentos observou a viabilidade legal então vigente, respeitou na quase totalidade de sua extensão as condicionantes topográficas e procedeu à contratação de profissionais arquitetos e engenheiros para elaborar os projetos dos loteamentos que vieram a compor o bairro. A comercialização das frações resultantes (lotes individuais) transcorreu segundo a dinâmica ordinária do mercado de imóveis e, por fim, também formal foi a ocupação de praticamente todos os lotes com edificações projetadas e construídas de acordo com os trâmites legais e técnico-formais, i.e., com um desenho proposto por profissionais projetistas, arquitetos e engenheiros, expedição de alvarás de construção, licenciamento, fiscalização e aceite das obras pelo poder público.

Quanto ao volume edificado ao longo dos últimos 55 anos, do qual no início dos anos 1970 parte era feita de madeira, no sistema “tábua e mata-juntas”, ainda não raro em cidades do norte do Paraná naquela década, foi paulatinamente sendo dominado por uma vasta maioria de edificações residenciais e comerciais em alvenaria. Atualmente restam poucas edificações unifamiliares em madeira, a maioria carente de uma conservação mais cuidadosa e consciente.

Ao lado desse conjunto de condições que, em uma aproximação inicial apontam para um contexto urbano sem maiores problemas no que concerne a uma qualidade espacial minimamente favorável – formalidade da implantação e ocupação, ausência de conflitos fundiários ou sinistros ambientais, abundância de áreas verdes, presença de parques importantes, relativa homogeneidade paisagística, muito pequena ocorrência de edificações precárias etc. –, o bairro conta com várias praças e áreas verdes próximas entre si, já previstas nos projetos originais dos loteamentos, algumas bem equipadas e todas facilmente acessíveis. Existe também no Piza um comércio vibrante, com oferta variada de bens e serviços; com muitos lugares de convivência como bares, lanchonetes e restaurantes. Quanto à localização na cidade de Londrina, o bairro está completamente integrado à sua malha viária, e fica em

um ponto estratégico nas adjacências de vias arteriais importantes, a menos de vinte minutos de automóvel do Centro e das saídas para as principais rodovias de ligação aos municípios conurbados de Ibiporã e Cambé, cujos acessos distam 7,5 km ao norte do bairro, assim como dos acessos para os distritos municipais e para Curitiba, a uma distância de 2,5 km na direção sul. O bairro conta ainda com linhas de ônibus regulares para vários destinos na cidade.

Portanto, comparado com os exemplos de locais e situações prementes que motivaram as pesquisas mencionadas no início e tantas outras, o Piza parece não ser especialmente *problemático* no que diz respeito à qualidade de seus espaços públicos ou à qualidade das estruturas ambientais urbanas em seu território. Até mesmo do ponto de vista de renda e sua relação com padrões de consumo e qualidade de vida, não há no bairro bolsões de miséria nem enclaves de riqueza extremas. Existem no Piza (como em qualquer cidade brasileira) alguns setores mais pobres, em que predominam edificações menores e mais modestas, muitas com paredes externas de tijolos nus, sem revestimento, e outras áreas mais abastadas, com lotes maiores e edificações de padrão mais elevado. Porém, tanto o barraco quanto a mansão, embora existam, são ocorrências raras e isoladas.

Necessário é dizer que, em 2019, quando iniciei os estudos doutorais no Programa Associado UEM / UEL de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPU), eu não tinha noções bem precisas dessas três categorias que agora sou capaz de nomear e discernir, cujas definições e marcos teóricos serão explorados adiante em capítulo próprio. Como morador do referido bairro, apenas percebia que embora fosse um lugar acolhedor, agradável e bem localizado na cidade, apresentava muitos problemas relativos às estruturas espaciais e mais alguns, referentes a diversos aspectos. Olhava para todo o bairro¹ e percebia claramente o potencial de ser bem melhor, bastando para isso algumas providências simples e pontuais. Sendo assim, por que não eram adotadas? A problemática de pesquisa estrutura-se justamente a partir dessas inquietações.

¹ Quando digo todo o bairro, de fato estou me referindo a todas as suas áreas, pois, como morador que fui por vários anos, estabeleci relacionamentos com vários vizinhos de outras áreas dentro dele. Além disso, como costumava me deslocar de bicicleta por toda a região, sempre que fosse possível deixar o carro, essa perspectiva de quem vivencia o bairro mais lentamente e por vias que os motoristas às vezes evitam, deu-me um conhecimento bastante detalhado de todo aquele pedaço da cidade.

1.1 PROBLEMÁTICA DE PESQUISA

1.1.1 Justificativa

A escolha do tema surgiu a partir de minha experiência direta com o cotidiano da região denominada Piza, bairro londrinense que passou a fazer parte de meu dia a dia no início de 2013; primeiro como frequentador, por razões de trabalho (docência na Unopar Câmpus Piza), e depois como morador, a partir do ano seguinte até fevereiro de 2022. Trata-se de um bairro na Zona Sul da cidade, predominantemente residencial. Ocupa uma área de 649,11 hectares (Prefeitura Municipal de Londrina, 2024d) e conta uma população de 12.570 pessoas (IBGE, 2024). Situa-se a leste da extremidade sul da Av. 10 de Dezembro, sendo formado por nove loteamentos hoje contíguos, regularmente aprovados entre os anos de 1968 e 2002. A denominação *Piza*, dada pela Prefeitura Municipal de Londrina (PML) para fins administrativos, refere-se ao Parque Residencial Joaquim Toledo Piza, o maior dos loteamentos e o primeiro a ser implantado, que acabou por se tornar a referência mais forte do lugar, emprestando seu nome a toda a área. Uma descrição mais abrangente de suas características encontra-se no **Capítulo 2**.

Nesses anos de vivência no lugar fiz amizades, frequentei as praças, parques, ruas e recantos, a feira livre, os comércios, bares, lanchonetes e restaurantes além de outros lugares de interação social. Minha imersão no cotidiano do bairro foi intensificada com o acompanhamento da vida escolar de minha filha, em sua passagem pelas duas escolas públicas locais, da 1.^a à 8.^a séries do Ensino Fundamental, fato que me introduziu nas comunidades de pais e professores, ampliando minha rede de contatos. Duas visões emergiram desse período: Como morador, experimentei as condições do bairro para uma boa qualidade de vida, no aspecto ambiental, de lazer, de trabalho, no acesso a comércios variados, presença de serviços públicos de padrão aceitável (infraestrutura, recursos e atendimento), as praças e parques aprazíveis, as muitas áreas verdes.

Por outro lado, como profissional arquiteto e docente em A&U, chamou-me a atenção nos espaços livres públicos (ELP – ruas, avenidas, praças, parques etc.) o potencial de serem lugares ainda melhores, mediante providências elementares e pontuais, como a

melhoria da iluminação e limpeza, a renovação e conserto de equipamentos em algumas praças, a urgente adequação para caminhabilidade de centenas de calçadas, a melhoria estética de certos locais. Incomodava-me que a maioria dos pontos de ônibus estivesse em péssimo estado de conservação, muitos sequer possuíam banco e nenhum apresentava identificação, tampouco informação sobre linhas e horários.

Inquietante também era olhar para algumas áreas verdes abandonadas e imaginar a beleza que poderiam ter se fossem tratadas *paisagisticamente*, e não só como áreas sobrantes, fruto de alguma exigência legal ou para satisfazer cálculo de área permeável, quase sempre tomadas por capim colônia, leucenas e brotações aleatórias, sem qualquer função estética ou utilidade.

Sendo as ruas praticamente todas cicláveis, devido a uma topografia favorável, com vastas porções planas ou de pequena inclinação, surpreendia-me a inexistência de ciclovias integradas em uma rede inteligente que levasse em conta os trajetos mais utilizados pelos ciclistas, os pontos de transporte público, as praças e parques, bem como alguns comércios mais importantes.

Ora, o Piza não é bairro precário, surgido informalmente, tampouco área de ocupação ilegal, mas resulta de loteamentos formais projetados, comercializados e edificados entre as décadas de 1960 e 2000. Não é zona afastada da malha urbana, ao contrário, nela está perfeitamente integrado. Não se trata de região marginal à cidade, em que faltam condições de habitabilidade, salubridade, saneamento, circulação e transporte, como em favelas ou conjuntos habitacionais mal projetados, por exemplo. Quanto ao aspecto socioeconômico, não é um bairro de população composta majoritariamente por famílias de baixíssima renda, parca escolaridade e cujos espaços públicos são territórios perigosos controlados por bandidos (Prefeitura Municipal de Londrina, 2010). Ao contrário, no quesito segurança, o Piza pode ser considerado um bairro pacato, bem estruturado e muito bem localizado em relação a pontos importantes da cidade.

Antes da pandemia de Covid-19, que impôs uma série de restrições à circulação de pessoas e levou à suspensão temporária das aulas presenciais no município, era

raro ver crianças e adolescentes pelas ruas em dias úteis no horário de aulas, sendo plausível supor que a maioria estivesse estudando. Existe oferta variada de comércio e serviços, principalmente na Av. Europa, principal via de acesso a toda a região, sendo que grande parte dos donos e trabalhadores de estabelecimentos reside no próprio bairro ou próximo, mantendo assim uma rede de vínculos com moradores antigos e recentes.

O Parque Lagoa Dourada e as muitas praças eram intensamente frequentados pela comunidade nos dias úteis e fins de semana até perto das 23 h, mesmo que algumas delas tenham só árvores e careçam até de calçada em seu perímetro. O bairro dispõe de Unidade Básica de Saúde (UBS) própria, várias escolas particulares, uma universidade e uma importante unidade de conservação ambiental: o Parque Municipal Arthur Thomas (85,47 ha)².

Como participante ativo das comunidades escolares, testemunhei a capacidade de mobilização das famílias para atender à demanda das escolas locais; fosse para reuniões de pais, eventos em datas comemorativas ou cerimônias de formatura. Em pronta resposta, familiares de alunos empregavam tempo e recursos consideráveis na preparação desses eventos, reunindo-se até mesmo à noite e fins de semana. Por outro lado, a despeito de todos os fatores positivos, intrigava-me que essa mesma comunidade parecia indiferente diante da necessidade e potencial de melhoria dos espaços públicos do bairro. Tendo em mente que, segundo Borja & Muxí (2003), “O espaço público define a qualidade da cidade, porque indica a qualidade de vida do povo e a qualidade de cidadania de seus habitantes”, esses espaços públicos, portanto, assim como se encontravam, definiriam a *qualidade de cidade* aceitável para os moradores do Piza? Essas aparentes incongruências levaram-me às seguintes questões motivadoras da pesquisa:

1.^a) Por que uma comunidade capaz de forte engajamento na realização dos projetos promovidos pelas escolas do bairro não evidencia qualquer iniciativa quanto ao estado em que se encontram seus ELP, apesar de um conjunto de fatores potencialmente favoráveis a uma elevada qualidade espacial por todo o bairro?

² Pitoresca área de preservação ambiental e de proteção à nascente do Córrego Roseira.

2.^a) Que valor os ELP têm para essas pessoas e que posição o uso desses espaços ocupa em seu cotidiano? Estariam simplesmente satisfeitas com eles?

3.^a) Que conhecimento possuem de seu território? Existe um senso de identidade e pertencimento a ele?

1.1.2 Tema

Este é um trabalho sobre qualidade espacial urbana (QEU). Investiga-se aqui a relação desta com os saberes cidadãos dos moradores de um determinado território. O recorte para o estudo do tema é o bairro Piza, ocupação urbana formal e consolidada, situada no perímetro urbano do Município de Londrina, Paraná, Brasil.

1.1.3 Problema

O aspecto do fenômeno que será problematizado é a possibilidade de a qualidade espacial estar relacionada aos saberes cidadãos manifestados pelos residentes no bairro.

1.1.4 Questão de pesquisa

Por um lado, constata-se a necessidade de melhoria da qualidade espacial em alguns ELP do Piza e por outro a evidente capacidade de mobilização da comunidade em prol de seus interesses, o que tem a ver com atribuição de valor. Ninguém se interessa por algo que não valoriza. Porém, a atribuição de valor é comumente relacionada à percepção de utilidade da coisa, sendo influenciada pelo quanto um indivíduo ou grupo conhece daquilo que lhe desperta interesse. Em geral, vislumbrar a utilidade de algo é o que desperta o interesse. O interesse, por sua vez, costuma gerar a vontade de conhecer mais. No caso da relação desse conhecer com a decisão de agir ou abster-se de agir no espaço urbano, estamos diante de uma especificidade do conhecimento: aquele que é posto em movimento a serviço do interesse individual ou comunitário, em relação a algum elemento do ambiente construído que seja percebido como bem comum; ou seja, tal mobilização do conhecimento orientado

para finalidades práticas que dizem respeito à melhoria do quadro de vida e ao lugar, nesses casos, é uma expressão de cidadania. É um conhecer do cidadão, do usuário de um lugar, de um habitante. Veremos adiante que, a depender do contexto de manifestação desse conhecimento, ele se distingue do senso comum, constituindo o que na literatura tem sido chamado *saberes cidadãos*. Então, quais saberes cidadãos estão por trás do fato de não existir no bairro qualquer iniciativa no sentido de corrigir os problemas de baixa qualidade espacial de alguns locais, tampouco para potencializar os pontos positivos de vários outros? A partir dessa contradição, é possível formular a seguinte questão de pesquisa:

No bairro Piza, em Londrina-PR, qual a relação entre a qualidade espacial dos espaços livres públicos e os saberes cidadãos dos moradores?

1.1.5 Hipótese

Na busca por respostas às três perguntas que motivaram a pesquisa, somei meu conhecimento empírico como morador e membro da comunidade a um estudo exploratório da literatura pertinente. Esses conhecimentos levaram-me a inferir que a *qualidade espacial urbana* (QEU) verificada no bairro Piza está de algum modo relacionada com os *saberes cidadãos* de seus moradores. Porém, em que termos se manifesta esta relação e – fundamental – o que a estabelece?

A hipótese de trabalho é que a *urbanidade* constitui o elemento de conexão entre esses dois construtos, com poder explicativo suficiente (embora não exaustivo) para evidenciar a relação.

1.2 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Para conduzir esta investigação, considerei inicialmente a possibilidade de ser a metodologia da pesquisa-ação o delineamento mais adequado, visto ser um enquadramento metodológico que aproxima teoria e prática, conhecimento e imediata aplicação, sempre com seus dois objetivos indissociáveis: objetivo de conhecimento e objetivo de transformação da realidade. A partir da realidade desvelada e retrabalhada no decorrer de

seus momentos e ciclos, é uma metodologia apropriada para capturar representações sociais complexas, não facilmente apropriáveis por outras estratégias de produção de conhecimento. Tais representações podem ser, p.ex., os saberes de coletividades, as motivações não explícitas de comportamentos e atitudes de grupos, ou questões cujas implicações éticas e políticas têm potencial de se reconfigurar durante o tempo da pesquisa, e até em razão dela.

Assim como a observação participante e a pesquisa de campo, requer do pesquisador a disposição para sair do ambiente controlado da ciência tradicional e se imiscuir nas realidades social, econômica, cultural, histórica, territorial e política de um grupo determinado. Além dos fatores elencados e da constatação de ser essa estratégia de investigação-intervenção muito pouco utilizada nas pesquisas em A&U, foi meu desejo apresentar neste trabalho as notas a seguir, como contribuição aos interessados em trabalhar diretamente com comunidades, pequenos grupos ou mini-públicos³ em meio urbano.

1.3 PESQUISA-AÇÃO: POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES

O grupo de pesquisa científica francês *Democracia e Participação*⁴ mantém na Internet um *Dicionário crítico e interdisciplinar da participação – DicoPart*, que permite consultar centenas de termos e expressões correntes nas pesquisas sobre participação dos cidadãos em variadas iniciativas democráticas, bem como pesquisas com diversos delineamentos. A digitação de alguns verbetes retorna simples definições, como em um dicionário comum. Outros termos e expressões, a maioria, apresentam como resposta artigos densamente fundamentados, produzidos por membros do grupo ou pesquisadores externos.

No DicoPart, a entrada com a expressão francesa *recherche-action* (pesquisa-ação) é respondida com um artigo de Alexia Morvan, que a define como uma estratégia de investigação para “contestar a separação entre teoria e prática” (Morvan, 2013). Segundo a autora, os estudos sobre a experiência (ou a *ação*, ou a *atividade*⁵) de pesquisa-

³ O conceito de mini-público será explorado adiante.

⁴ *Démocratie et Participation – Dictionnaire critique et interdisciplinaire de la participation – Dicopart*. Cf. <https://www.dicopart.fr/>.

⁵ Sinonímia provida pela autora.

ação consideram-na um procedimento de construção coletiva de conhecimento em que existe o engajamento do pesquisador junto à / com a / para a / perante a comunidade, no sentido de uma transformação concreta da realidade ou mesmo da eficácia prática da própria pesquisa; ou seja, a *ação na pesquisa* tem sempre “uma dupla proposta como objetivo: a transformação da realidade investigada e a produção do conhecimento” (Tanajura & Bezerra, 2015).

Para atingir tais propósitos – e até mesmo para verificar se existem de fato condições materiais objetivas, políticas e de tempo para realização de uma pesquisa-ação –, deve-se proceder, antes de qualquer outra providência, a uma *pesquisa de campo* (Marconi & Lakatos, 2003, pp. 186–190; Thiollent, 2018, pp. 56, 57) ou *estudo de campo* (Gil, 2002, pp. 129–136), com objetivo de uma primeira aproximação aos atores sociais e contextos investigados.

Constatadas as condições para realização da pesquisa-ação, serão os participantes que vão definir, ao longo do processo, o que *para eles* é o problema a ser abordado (momento de diagnóstico), embora os pesquisadores geralmente já tenham uma noção superficial das questões mais importantes a serem enfrentadas, se evidentes forem aos olhos dos pesquisadores. Uma vez determinado e compreendido pela comunidade abordada o que precisa de mudança, i.e., a situação problemática concreta, suas causas objetivas, atores ou fatores responsáveis, possíveis caminhos de solução; enfim, logo que constituído um entendimento preliminar compartilhado acerca do problema a ser enfrentado, passa-se à discussão para priorizar temas e propor soluções, sempre com participação ativa e co-criativa dos indivíduos e/ou grupos que vivenciam a circunstância, o que vem a justificar e legitimar coletivamente a providência prática (ação) que deverá resultar na transformação almejada.

Quanto ao objetivo de conhecimento, a pesquisa-ação tem maiores chances de acesso a informações que seriam difíceis de conseguir por meio dos procedimentos convencionais, como simples observação/anotação, quantificações diversas e análise de documentos. Assim, os pesquisadores se colocam no mesmo nível dos atores de um dado grupo social e participam ativamente de suas reivindicações, representações, iniciativas

concretas no ambiente, podendo chegar até a viabilizar iniciativas de interlocução com esferas do poder político, econômico, corporativo, organizacional etc.

As informações obtidas pela equipe de pesquisa-ação⁶ vão compor um conjunto de dados posteriormente tratado, sistematizado e analisado que embasará as decisões do grupo e as conclusões do estudo, seja no plano do conhecimento, seja sua consciente e deliberada aplicação por parte da comunidade para promover a continuidade da transformação.

Importante esclarecer, sobre esses dois objetivos que em pesquisa-ação são tão característicos quanto indissociáveis, que eles não necessariamente são atingidos nessa ordem. Ao contrário: a aproximação dos pesquisadores ao campo e a produção coletiva de conhecimentos acontecem simultaneamente durante todo o processo, desde o início dos trabalhos, à proporção em que o trabalho progride, sempre em graus crescentes de aprofundamento/compreensão compartilhados entre os participantes do experimento, chamados didaticamente por Lewin (1946) “uma espiral de degraus, cada um dos quais é composto de um círculo de planejamento, ação e averiguação do resultado da ação”⁷. Embora tenha se tornado um clássico, o artigo de Lewin não traz qualquer representação gráfica. Em outro clássico trabalho que retoma as origens da pesquisa-ação para tecer especulações sobre seu futuro, Kemmis (1980, p. 5), ao interpretar a ideia lewiniana da espiral, apresenta o primeiro diagrama conhecido da pesquisa-ação. Esse esquema, cuja representação gráfica é um tanto rudimentar⁸, foi analisado e criticado por Elliott (1991, p. 70), que o reinterpreta, desta feita com melhor qualidade gráfica, como se vê na **Figura 2**.

No modelo proposto por Lewin, o ciclo básico de atividades é composto das seguintes etapas: 1) identificar uma ideia geral [do problema], 2) reconhecimento [da situação], 3) planificação geral, 4) planejamento do primeiro passo da ação, 5) implementação do primeiro passo da ação, 6) avaliação dos resultados desse passo, 7) revisão do plano geral.

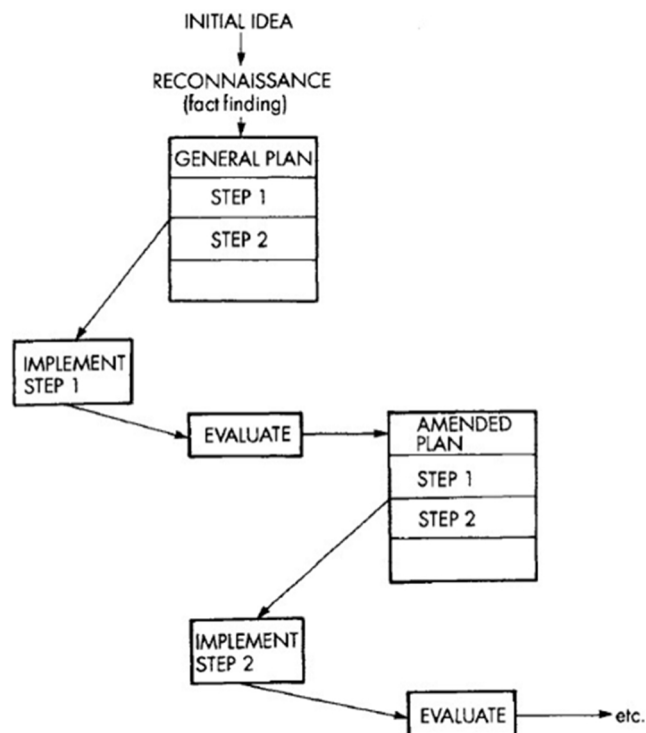
⁶ †Pesquisadores, membros da comunidade, instituições participantes.

⁷ Tradução minha. Texto original: [...] *a spiral of steps each of which is composed of a circle of planning, action, and fact-finding about the result of the action.*

⁸ O trabalho de Stephen Kemmis foi apresentado como uma comunicação no Encontro Anual da Associação Australiana para a Pesquisa em Educação (Sydney, Austrália, 6 a 9 nov. 1980), em folhas mimeografadas.

A partir da conclusão deste ciclo, os pesquisadores passam ao segundo, que inicia com o planejamento do segundo passo da ação de acordo com o plano revisado, a implementação do segundo passo da ação, avaliação dos resultados desse passo, nova revisão do plano geral e assim por diante (Elliott, 1991), até a transformação almejada e o conhecimento completo da situação enfrentada.

Figura 2 - Espiral de Lewin, In: Kemmis (1980), redesenhada por Elliott (1991).



Fonte: Elliott (1991, p. 70).

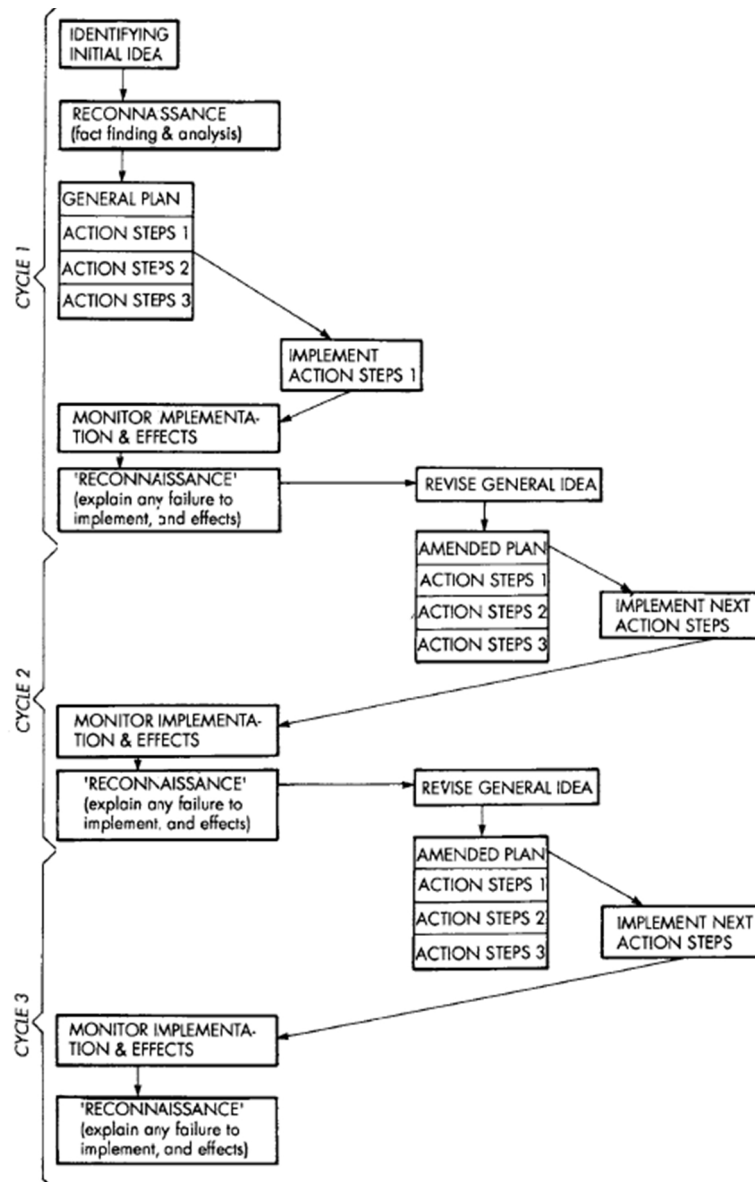
O autor ressalva que, embora o modelo de Lewin sirva de base para se começar a pensar nos passos envolvidos em pesquisa-ação, aqueles que o utilizam podem ser levados equivocadamente a considerar que a “ideia inicial” possa ser determinada antecipadamente, que o “reconhecimento (averiguação)” seja meramente um inventário de condições e que a “implementação” seja um processo bastante simples e direto. Contudo, argumenta que:

- A ideia geral deve permitir mudança;

- O reconhecimento deve envolver a análise tanto quanto a averiguação, e deve ser constantemente repetido na espiral de atividades, ao invés de ocorrer somente no início;
- A implementação de um passo da ação nem sempre é fácil, e não se deve proceder à avaliação dos efeitos da ação até que se tenha monitorado toda a extensão até onde foi implementada.

Depois dessas considerações, Elliot (op. cit., p. 71) apresenta sua versão revisada da Espiral de Lewin, mais completa e clara, reproduzida na **Figura 3**. É este o modelo em que se baseia o detalhamento de etapas de uma pesquisa-ação, como será mostrado no **Capítulo 4**.

Figura 3 - Modelo do diagrama de Lewin (1946), revisado por Elliott (1991).

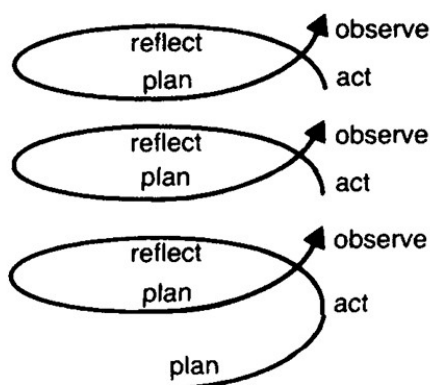


Fonte: Elliott (1991, p. 71).

De modo geral, a Espiral de Lewin tem sido, ao longo das décadas, o modelo essencial para diversas representações gráficas do processo de pesquisa-ação, nas quais os pesquisadores acrescentam ou modificam algum aspecto, porém, em todas as pesquisas, sem exceção, é enfatizada a natureza cíclica das ações de pesquisa, sempre na perspectiva dos quatro momentos essenciais, que mudam de nível na medida da aproximação da *solução do problema* (sua definição, delimitação e implementação) e da *ampliação do conhecimento* adquirido por todos os envolvidos no processo: O planejamento, a ação, a reflexão sobre a ação e a observação do realizado, com vistas ao aperfeiçoamento do plano.

Talvez o modelo mais sintético e expressivo das fases cíclicas da pesquisa-ação seja o de Jean McNiff, autora que conceitua a pesquisa como “um processo evolutivo, generativo e transformacional” (McNiff & Whitehead, 2002, p. 57). O diagrama também mostra o processo de desenvolvimento da pesquisa como uma espiral que se expande e se eleva. Os ciclos de ação-reflexão desdobram-se e recolhem-se a partir de si mesmos. As voltas da espiral procuram comunicar a ideia de uma realidade que encerra todas as suas manifestações prévias, mas que ainda continua se desdobrando em novas versões de si mesma, em constante estado de equilíbrio dinâmico. A **Figura 4** reproduz esta figuração imaginada por McNiff e publicada na primeira edição do citado livro (1988, sem a colaboração de Jack Whitehead).

Figura 4 - Diagrama de McNiff da pesquisa-ação.



Fonte: McNiff (2002, p. 57).

1.4 OBJETIVO

A presente tese tem por objetivo investigar a possibilidade de a qualidade espacial urbana constatada no bairro Piza estar em uma relação de dependência dos saberes cidadãos da comunidade.

Parto do pressuposto que esses saberes estão, por sua vez, em uma relação de dependência com uma *urbanidade social* (Holanda, 2010) característica do lugar. A urbanidade, portanto, nessa linha de raciocínio, seria o fenômeno que conecta a qualidade espacial urbana com os saberes cidadãos, no caso considerado.

Esse conhecimento será analisado sob o prisma dos *saberes cidadãos* revelados dentro de uma prática análoga a um dispositivo de urbanismo participativo (DUP) (Zetlaoui-Léger, 2022) instituído junto à comunidade (Nez, 2009; Peña Flores & Escudero Peña, 2001). De acordo com Zetlaoui-Léger (2022), um DUP pode ser definido de duas formas: a) um procedimento para implantar ou desenvolver espaços urbanos que dê origem a uma partilha de poderes, de conhecimentos ou de tomada de decisão; ou mesmo a transferências de responsabilidades para residentes, mobilizados espontaneamente ou quando amplamente solicitados a participar; e, b) em sentido genérico, designa qualquer prática de produção ou planejamento de espaços urbanos envolvendo moradores, qualquer que seja o nível desse envolvimento. Com essa providência, será possível conhecer quais noções, demandas e limitações existem no interior da comunidade em referência a esses ELP, ao mesmo tempo em que são capturadas informações que permitirão a análise dos fatores configuradores das urbanidades social e arquitetônica (Holanda, 2010) presentes no Piza.

Por meio desses procedimentos, aliados à prospecção, produção e cruzamento dos dados oriundos de mapas, projetos em arquivos municipais, levantamentos de dados quantitativos e configuracionais do espaço; fotos e vídeos; uso de redes sociais; questionários e seminários, entre outros recursos comumente utilizados em pesquisa-ação, pretende-se provar a plausibilidade da tese de ser a urbanidade o constructo capaz de estabelecer uma conexão lógica entre os saberes cidadãos e a qualidade espacial no Piza.

Até aqui foram explicitados os objetivos de conhecimento da pesquisa-ação. Quanto ao segundo propósito, a transformação da realidade, é plausível supor que a intervenção do pesquisador na coletividade (na realidade uma provocação à ação) venha a gerar alguma atenção dos residentes e frequentadores, no sentido da conscientização por meio do aprendizado compartilhado, alterando a situação presente no que concerne à aparente indiferença em relação aos ELP do bairro.

A tomada de consciência coletiva da possibilidade de transformação do espaço tende a gerar a organização social para isso. Durante as fases da pesquisa proposta espera-se o surgimento, no seio da coletividade, de questões, surpresas, dúvidas e a manifestação de saberes latentes. Sobretudo, é de se esperar que venha a ser construída na

comunidade do Piza uma percepção mais clara do seu direito à cidade, não restrito somente à posição de proprietários de imóveis ou meros usuários dos ELP, mas direito também à tomada de decisão no que interessa à configuração das estruturas espaciais urbanas. Deste modo, os ELP do bairro passam a ser, para os moradores, *um objeto do pensar*, e por conseguinte de apropriação, de aprofundamento do senso de identidade e pertencimento, entre outras atitudes ativas. Isto porque, de acordo com Neta (2016),

O direito à cidade está associado ao poder, sendo o aprendizado do direito à cidade uma decorrência da reivindicação desse como espaço, como estruturas espaciais, moradia, escola, água, lazer, dentre outras reivindicações. Por isso, é que a pedagogia da cidade se dá pelo e no aprendizado na própria cidade, pois estas carregam seus símbolos, suas identidades culturais, seus valores possibilitando novos significados sociais para a experiência urbana. (Neta, 2016, p. 110)

1.5 ORGANIZAÇÃO DA TESE

A tese organiza-se nos seguintes capítulos e respectivos conteúdos:

No **Capítulo 2 – Quadro teórico**, são abordadas as três categorias principais que constituem o interesse deste trabalho, cada uma estudada separadamente nos seguintes subtítulos: 3.1, *Qualidade espacial urbana (QEU)*; 3.2, *Saberes cidadãos* e 3.3 *Urbanidade(s)*.

No **Capítulo 3 – Caracterização do bairro Piza**, apresentamos um panorama geral do território do bairro e comentamos algumas particularidades relevantes para os fins de nossa argumentação.

O **Capítulo 4 – Metodologia** é dedicado à descrição da pesquisa-ação como estratégia de construção coletiva de conhecimentos e motor de transformação da realidade. Seguimos aqui a orientação de Boaventura de Souza Santos quanto à constituição de uma ecologia de saberes, em que “o conhecimento como intervenção no real — não como representação do real — é a medida do realismo”, sendo a credibilidade da construção cognitiva (i.e., o valor da pesquisa “para uma vida decente”) mensurada pelo tipo de intervenção no mundo que ela auxilia, permite ou impede (Santos, 1999, 2004, 2018, p. 88).

No **Capítulo 5 – As ações na pesquisa** apresento o relato de meu trabalho no bairro Piza, a partir da pesquisa de campo realizada como primeira aproximação à comunidade. Detalho esse método de pesquisa e os esforços empreendidos, os sujeitos alcançados, os instrumentos utilizados e todos os demais aspectos da pesquisa de campo que resultaram no conjunto de dados apresentado no **Capítulo 6**.

Uma cronologia precisa dos eventos principais registrados no processo encontra-se no **Apêndice J** e complementa este capítulo.

No **Capítulo 6 – Resultados** são apresentados, analisados e discutidos os resultados obtidos por meio dos instrumentos de coleta de dados utilizados, bem como obtidos em contatos pessoais, entrevistas não estruturadas e reuniões.

Finalmente, o **Capítulo 7 – Conclusão** fecha esta tese, comenta o processo da pesquisa bem como os resultados obtidos. Ao final do capítulo são apresentadas as contribuições trazidas pela pesquisa, bem como apontadas sugestões para pesquisas futuras.

2 QUADRO TEÓRICO

2.1 QUALIDADE ESPACIAL URBANA (QEU)

Algumas considerações preliminares se tornam necessárias, para maior clareza. Primeira, o aspecto da qualidade espacial urbana (QEU) a ser problematizado refere-se especificamente aos *espaços livres públicos* (ELP). A seguir, delimito o que, neste trabalho, se entende por *espaços livres* e por *público*, a partir de alguns autores de referência.

Silvio Soares Macedo, em um fundamental ensaio de 1995, define “espaços livres como todos aqueles não contidos entre as paredes e tetos dos edifícios construídos pela sociedade para sua moradia e trabalho” (Macedo, 1995, p. 16). O autor refere-se ainda à definição dada por Magnoli (1982), já largamente difundida: “O Espaço Livre é todo espaço não-ocupado por um volume edificado (espaço-solo, espaço-água, espaço-luz) ao redor das edificações e que as pessoas têm acesso” (Magnoli, 1982, p. 48, apud Macedo, 1995, p. 53).

Quanto ao aspecto público de seu uso, de acordo com Vieira, Silva e Macedo (2015) ELP é aquele formado por “toda propriedade pública de uso comum do povo dentro de uma paisagem, como ruas, praças, parques e imóveis do Poder Público, além de todos os lugares de apropriação pública” (Vieira et al., 2015).

Em síntese, públicos consideram-se os espaços livres cujo acesso seja totalmente franqueado a qualquer pessoa, geralmente independente de portões, cancelas, horários, controles e registros formais. Assim sendo, segundo os autores escolhidos para esta breve análise, nesta categoria estão as ruas e avenidas; as praças e parques em geral; assim como as reservas florestais, bosques e áreas verdes, desde que acessíveis ao público; e ainda, como em muitas cidades, as margens acessíveis e superfícies utilizáveis dos corpos d’água de acesso público, tais como praias oceânicas e ribeirinhas, rios e córregos, lagos, represas etc. na medida em que possuam ligação direta e integrada ao tecido urbano.

Quanto às definições de QEU que busquei neste trabalho, elas alinham-se à declaração de Borja & Muxí (2003) de que é o espaço público que define a “qualidade da cidade”, vale dizer, a qualidade espacial (ou ambiental) urbana. Seu livro *El Espacio Público: Ciudad y Ciudadanía* é o norte para esta breve exploração do conceito, e de resto, para todo o desenvolvimento da tese. Nesta direção encaminhamos as análises e escolhemos os textos de fundamentação deste tópico.

Em que pese a relatividade do conceito de qualidade e a amplitude do adjetivo *espacial*, no contexto do urbanismo, a *qualidade espacial* (ou *qualidade espacial urbana*, ou ainda *qualidade ambiental urbana*) é definida tendo em conta alguns aspectos essenciais. Aqui, trata-se da qualidade dos espaços na escala da cidade e, especificamente no caso de nossa pesquisa, dos espaços urbanos abertos zenitalmente, de uso comum do povo⁹, cuja propriedade é atribuída a uma esfera do poder constituído – no caso do Brasil, jurisdição federal, estadual ou municipal.

Segundo Dind (2009), ao analisar a qualidade espacial urbana de uma cidade (ou de uma parte dela, o que é mais viável, a depender do porte), está-se lidando com um objeto multidimensional que abrange uma miríade de aspectos físicos e sociais, tendo em conta as “necessidades fundamentais comuns ao gênero humano, [...] necessidades psicológicas, sociais, de segurança e também de sentido”. Conforme o autor, não obstante essas demandas serem comuns a todas as pessoas, elas apresentam grandes variações. Um lugar que uma pessoa considera perigoso pode ser percebido como seguro por outra; o que para uma é cheio de sentido para a outra é dele desprovido; o que para alguém é essencial haver no lugar pode ser para outrem supérfluo ou sequer percebido. Portanto, quando se trata de analisar a qualidade espacial urbana com finalidade de construção de conhecimentos úteis para aplicação na atividade projetual em urbanismo, vale dizer, para subsidiar decisões de projeto no momento mesmo da configuração dos espaços e estruturas (i.e., no instante em que se desenha uma solução), é preciso estabelecer uma base comum do que é relevante em termos de aspecto a ser analisado, definindo assim um conjunto o mais reduzido possível de variáveis simples e de fácil controle pelos projetistas mas de grande impacto para os

⁹ Cf.: Art. 99 e ss., do Novo Código Civil. (*Lei Nº 10.406 de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil, 2002*)

usuários, mediante o que se costuma chamar de *desenho urbano* (Ing.: *urban design*; Fr.: *projet urbain*). Ainda de acordo com Dind (2009), visto que “os significados potenciais da qualidade urbana são infinitos”, o desafio de conceber o projeto urbano consiste em definir um programa “de qualidade”.

Porém, em que consiste essa qualidade? Quais seriam as variáveis que indicariam sua ocorrência, e em quais condições; e como operacionalizá-las no momento da configuração dos espaços? A pergunta feita por Delphine Chouillou em sua tese vai além e traduz uma das principais inquietações que gerou nossa pesquisa: Como os anseios dos habitantes poderiam ser levados em conta pelos projetistas? (Chouillou, 2018)

Na tentativa de responder a essa pergunta, iniciamos por Aguiar (2016), em que encontramos a definição de que “Espaços dotados de qualidade espacial seriam espaços receptivos, dotados de urbanidade, espaços adequados à relação com as pessoas”. O oposto, afirma, seriam espaços desconfortáveis, hostis à caminhada ou permanência, inóspitos; como as vizinhanças de grandes condomínios cercados de muros cegos, ou as imediações de shoppings cercados de enormes estacionamentos, entre outros exemplos. Assumindo o ponto de vista do pedestre como referência, o autor sustenta que os dois principais aspectos a abordar na avaliação da qualidade espacial urbana, além do mais elementar, relativo às estruturas materiais e sua disposição no espaço, são o *óptico*, relacionado à visão, portanto, facilidade de orientação, escalas de proximidade e anonimato, relação entre áreas livres e construídas, paisagem, beleza etc. e o *háptico*, que se refere ao tato mas na argumentação do autor se estende aos demais sentidos, i.e., ao sentir imediato na pele, sentir os cheiros, ouvir os sons e provar os sabores – como numa feira livre ou restaurante com mesas na calçada, ou quando se arranca uma fruta de uma árvore em uma praça¹⁰ –, em “um corpo a corpo com a materialidade da cidade”. O autor vincula a definição dessa categoria a

um entendimento abrangente do que é a cidade como lugar de uma cultura urbana compartilhada, fundada em valores coletivos, uma cultura que envolveria por definição o convívio com os opostos, diversidade, troca e,

¹⁰ É comum nas cidades brasileiras moradores de bairros populares plantarem espécies vegetais frutíferas nas praças públicas, canteiros centrais e espaços residuais. Em minha vivência no Piza, presenciei ordinariamente pessoas colhendo mangas, abacates, pequis, acerolas, jabuticabas, goiabas, carambolas e outras frutas, em vários pontos do bairro, de árvores plantadas naqueles locais por algum morador.

mais que tudo, o desfrute de uma situação [em que] o espaço urbano participaria como *fundo ativo*. (Aguiar, 2016, grifo meu.)

A noção dos ELP como *fundo ativo*, em que as pessoas circulando e os elementos móveis como veículos, p.ex. são *figura*, é essencial para compreensão de seu argumento.

Não é possível pensar nos elementos concretos estacionários da cidade como entidades neutras e passivas, posto que são seres comunicacionais, i.e., emitem significados todo o tempo, o que determina ou, no mínimo, influencia um “comportamento espacial” (op. cit., p. 8) de indivíduos ou grupos em razão de sua posição, tamanho, forma, cor, utilidade, funcionamento, quantidade e outras características. Por via indireta, aqui o autor visita o conceito antropológico de *agência*, i.e., tais objetos de certo modo *agem* – ou atuam, influem – sobre as pessoas, tanto quanto as pessoas em relação a eles em seu cotidiano; ou seja, nesta acepção o conjunto de objetos inanimados formado pelas estruturas físicas espaciais exerce ações, não é mero suporte ou contexto neutro para o foco de nossa percepção (Coli, 2012; Gell, 1998; Souza & Dias, 2022), que é a *figura*, como já dito, pessoas e veículos. Em contraponto ao comportamento espacial das pessoas em suas interações com as estruturas espaciais, Aguiar traça linhas que ligam os aspectos configuracionais (o design, a forma das estruturas) aos aspectos de “representação simbólica, informacional e cognitiva do espaço urbano” (op. cit., p. 14), sendo todos fatores de qualidade espacial.

Na introdução do trabalho de Delphine Chouillou (2018) sobre as possibilidades e meios de os projetistas levarem em conta dados levantados em instâncias de participação dos habitantes nos projetos urbanos são abordados diferentes ângulos do que se entende por *qualidade ambiental urbana*. Nesse estudo de caráter nitidamente transdisciplinar, uma tese em urbanismo e ordenamento territorial, no campo da Geografia Social, desenvolvida por uma engenheira civil praticante e já experiente quando o iniciou, a ênfase está no termo *ambiental*, o que implica fazer comparações entre diferentes abordagens do tema, para além das preocupações ordinárias de arquitetos-urbanistas, em geral focalizadas nas estruturas ambientais urbanas; seu desenho, forma, dimensão, posição, relação delas a outras concretudes, escalas etc. Embora afirme que a definição do construto permanece “flutuante” e “polissêmica” (p. 17), pontua que duas são as perspectivas em que

se dividem as abordagens da questão no meio científico. O enfoque determinista implica que os cientistas dão *a priori* sua própria concepção da qualidade ambiental urbana. Eles determinam as problemáticas a considerar e privilegiam os métodos quantitativos de avaliação, como mensurações físicas ou modelagem digital. O enfoque construtivista, ao contrário, estuda as diferentes representações que a qualidade ambiental suscita nos indivíduos, privilegiando a relação destes com seu ambiente; o que exige métodos qualitativos de avaliação, como entrevistas, questionários, observação participante e outros.

Trata-se de um trabalho de vulto, que em sua primeira parte fornece um panorama abrangente das possíveis definições da expressão, assim como refere-se a uma lista extensa de pesquisas na área. Dado o escopo reduzido de nossa tese, a contribuição dessa obra para nossos marcos teóricos está em que a parte inicial do procedimento adotado pela autora, além da robusta fundamentação, guarda semelhanças metodológicas com nosso trabalho, apesar de os objetos e preocupações serem muito diferentes. Enquanto sua tese abordou junto a moradores a percepção de problemas ambientais relativos a ruído, poluição atmosférica e trânsito pesado em um bairro composto por quatro áreas com tipologias de edificações bem distintas em Tolouse, França¹¹, por meio das representações expressas por esses indivíduos quanto a esses problemas, a nossa concentrou-se em averiguar a percepção da qualidade espacial urbana de um bairro bastante homogêneo, sem os problemas ambientais daquele, e em contexto urbano do Sul Global. Assim sendo, nossa pesquisa enquadra-se na vertente construtivista de abordagem da qualidade espacial ou ambiental urbana, dado que nossa opção foi trabalhar com as noções/representações/opiniões dos moradores do Piza, recolhidas por meio dos instrumentos que descreveremos no capítulo seguinte.

O artigo do geógrafo e urbanista Jean-Philippe Dind que dá continuidade a esta breve leitura exploratória dos marcos teóricos da qualidade espacial urbana foi escolhido por sua concisão e menção direta aos elementos constitutivos da QEU, encontrados em numerosos trabalhos, tanto no campo da A&U como em outros. Afirma que a qualidade

¹¹ O bairro pesquisado é composto por quatro áreas: *Tabar* – área de longos blocos horizontais com 5 andares para habitação de interesse social; *Papus* – zona de residências uni e bifamiliares térreas de classe média; *Bordelongue* – zona de habitação social em torres de 20 andares e *Tours de Seysses* – área com torres de 20 andares, em regime de condomínio, classe média, totalmente envolvida pelas demais.

urbana não se resume ao atendimento a normas técnicas, mas deve ser pensada para oferecer “um suporte à multiplicidade de significados que os usuários projetam sobre ela [a cidade]” (Dind, 2009). O autor lança mão de uma pergunta-chave como motor da reflexão em torno do tema:

Mas além da profissão de fé, sobre quais princípios basear a implementação, como não ser inibido pela vertiginosa diversidade das vivências e das representações? (Dind, 2009, tradução minha).

O autor parte de quatro aspectos dos espaços de vida, chamados por ele de “registros de significados”, que são a *oportunidade*, a *convivialidade*, a *acessibilidade* e a *coesão*. Como princípio, afirma que a qualidade urbana consiste em equilibrar o interesse coletivo com o privativo, os interesses gerais e os múltiplos interesses particulares nos lugares públicos. Assim, chega na proposição de que a qualidade urbana implica uma “modulação das intensidades”, equilibrando as altas densidades com as baixas, a especialização de certas áreas com a diversidade de usos em outras, o que é central com o que é periférico, lugares de grande fluxo com outros mais rarefeitos e assim por diante.

1.º Registro de significado: A oportunidade – A componente da qualidade urbana *oportunidade* está diretamente ligada às funções. É papel das funções (usos dos espaços) oferecer comodidades às pessoas, como se deslocar, poder fazer compras, se encontrar; mas também se distrair, parar e contemplar, se educar, se informar. Na direção oposta aos zoneamentos monofuncionais preconizados pelo urbanismo modernista, a qualidade urbana é favorecida pela diversidade funcional nas diferentes escalas. Essa diversidade deve encorajar a multimodalidade, que é a possibilidade de realizar a mesma atividade de distintas maneiras por cidadãos em situações diversas de mobilidade, interesse, idade, renda etc.

2.º Registro de significado: A convivialidade – A componente *convivialidade* da qualidade urbana refere-se às modalidades do ordenamento do espaço construído, ao contexto social e à ambiência. A convivialidade do espaço é percebida na escala da proximidade (dimensão do que é familiar, escala humana), do domínio visual de um lugar (alcance, legibilidade e senso de segurança), da identificação e pertencimento (percepção,

fatores culturais, afetividade e memória); e se traduz nos aspectos técnicos, sociais e sensoriais dessa experiência. Entre os aspectos técnicos está a *ergonomia*. Alguns exemplos são o tipo de piso dos locais, se facilita ou desencoraja os deslocamentos; os bancos, se são confortáveis; se há identificações claras e visíveis dos locais, entre tantos outros fatores. A convivialidade é favorecida também pela *hospitalidade*¹², característica relacionada à capacidade de um espaço receber bem quem dele se serve e para quem ele foi projetado. Também para Grinover (2021), a hospitalidade é um dos elementos que dão significado à cidade, sendo a arquitetura dos espaços determinante para que ela se configure.

A arquitetura de uma cidade, com seus movimentos de gentes e de mercadorias, seus lugares de descanso, parques, jardins, flores, suas lojas, seus diferentes recursos, em breve, tudo o que torna a estada agradável contribui para deixar essa cidade hospitaleira (Grinover, op. cit., p. 169).

Enfim, a convivialidade é coroada pela *ambiência*. A noção de ambiência é relacionada ao conjunto dos sentidos humanos e pode ser descrita como o resultado, na psique do indivíduo, do encontro entre um dado físico e aquilo que dele é percebido pelos sentidos (Piombini, 2013). A ambiência influencia na escolha de um espaço a usufruir ou evitar. Ela é baseada na proximidade, na interação com o ambiente imediato, uma “geografia do vivido”, ou uma “paisagem da alma” (Besse, 2010), e dado que múltiplas são as vivências e ímpares os espaços, a ambiência é sempre contextual. Assim, espaços de qualidade no quesito ambiência conseguem “um equilíbrio [...] entre o natural e o cultural, o vegetal e o mineral, lugares de animação e lugares de calma.” (Dind, 2008).

3.º Registro de significado: A acessibilidade – Como fator de qualidade urbana, a *acessibilidade* relaciona-se com as regras de acesso que estabelecem um “inventário de permitidos e possíveis, por um lado, e de proibidos e restrições, por outro” (Dind, 2009), portanto, pode-se falar em uma *normatividade* dos lugares, em termos de permeabilidade e tolerância, assim como de delimitação e controle. A *normatividade social* estabelece o estatuto de ser o local privado ou público, por via de legislação ou de práticas estabelecidas.

¹² Aqui em oposição ao mencionado por Aguiar (2016), quando se refere aos espaços *inóspitos*. Os termos hospitalidade e inóspito têm a mesma raiz etimológica (lat. *hospes* = hóspede), assim entende-se que um local inóspito é o que “não hospeda”, i.e., não tem como receber, abrigar, acolher, prover, proteger. Essas ações simples, esperáveis de quem se propõe a hospedar, têm relação direta com o design de certas configurações arquitetônico-urbanísticas anti-urbanas.

A *normatividade funcional* trata dos usos e atividades autorizados em um local, também aqui por força de lei ou do costume. O autor exemplifica com o caso dos cemitérios que, embora públicos, possuem uma normatividade de usos e atividades bastante rígida. Existe também a *normatividade formal*, que se refere ao modo como as duas normatividades anteriores se manifestam na materialidade dos espaços. Um espaço privativo costuma ser fortemente delimitado e seu acesso muito controlado. A monumentalidade de um templo já simboliza fortemente um determinado controle de usos, ilustra o autor. Por fim, a *normatividade espacial* é relacionada com a proximidade ou distância de um lugar, o que define uma acessibilidade geográfica. Pensar a qualidade urbana pelo ângulo da normatividade auxilia o projetista a equilibrar os interesses coletivos com os particulares. Grinover (2021, p. 119), quanto a este registro de significado, esclarece que “o espaço público acessível representa mais do que o espaço destinado ao uso coletivo, ao demandar uma apropriação social pelo cidadão, pelos residentes e pelos visitantes.”

4.º Registro de significado: A coesão – O quarto aspecto promotor de qualidade espacial urbana, proposto por Jean-Philippe Dind nesta linha de análise, é a *coesão*. Significa dizer que os lugares não são apreendidos como porções isoladas, mas como espaços em uma relação de vizinhança com os demais que lhe são adjacentes, o que forma a noção de *território*, uma porção do espaço urbano consistente em determinadas características, como a ideia de bairro, por exemplo; o que implica reconhecer que a avaliação da qualidade urbana é sempre global, contextualizada e sistêmica. Segundo o autor, é próprio do modo como percebemos fazer intuitivamente duas distinções essenciais: percebemos diferenciação, autonomia, diversidade e liberdade em relação aos elementos; e pertencimento, coesão, estabilidade e ordem em relação a conjuntos. Assim, postula, nossas apreciações sobre o espaço construído vão lançar mão desses modos de interação continuamente, em uma permanente dinâmica entre o que são os componentes e o que é a composição geral do ambiente. A coesão formal é conseguida por meio dos objetos arquitetônicos, como os materiais, alturas, tipologias etc., mas sobretudo pela legibilidade dos lugares, pelo senso de unidade que transmitem, pela relação entre volume construído e áreas livres, existência de marcos simbólicos, delimitação de setores, hierarquia de densidades e outras variáveis, como demonstrou Lynch (2011). Quando percebidas como harmoniosas, essas relações nos dão um sentido de coesão e atuam para uma qualidade urbana positiva. Nessa perspectiva, “O

reconhecimento da cidade a partir da qualidade espacial do âmbito público repropõe os valores essenciais do urbanismo como arte social.” (Aguiar, 2016).

Neste século, o livro de maior relevância e influência no campo da A&U no que concerne à QEU talvez seja *Cidades Para Pessoas*, de Jan Gehl (2015 [2010]). Ao longo de seis capítulos escritos em linguagem simples não dirigida a especialistas, Gehl elenca uma pluralidade de fatores que contribuem para a boa qualidade dos espaços das cidades. Em todas as seções, direta ou tangencialmente, é enfatizada a importância dos espaços públicos como elemento de favorecimento ou impedimento do exercício de uma cidadania plena. Uma vez que dirijo todo o foco desta tese nas relações entre a QEU e os saberes dos cidadãos, na perspectiva de comprovar a hipótese de ser(em) a(s) urbanidade(s) o fenômeno capaz de explicar (estabelecer?) tal relação, farei aqui breves comentários apenas às referências explícitas do autor às questões de cidadania. Assim procedo por duas razões: 1.^a) a obra e seu autor são amplamente reconhecidos em nosso meio, o que retira a necessidade de descrevê-los aqui; 2.^a) os autores e trabalhos que escolhi para a fundamentação teórica deste conceito são absolutamente convergentes com todas as posições e prescrições expressas por Gehl em seu livro.

Segundo Gehl (op. cit.), são os interesses públicos que devem determinar as regras do jogo no espaço comum da cidade, o que ajuda a garantir as oportunidades das pessoas para trocar mensagens pessoais, culturais e políticas. Cita a Primeira Emenda da Constituição dos Estados Unidos, que estabelece a liberdade de expressão e o direito de reunião dos seus cidadãos. Não fosse crucial a importância dos lugares públicos para o exercício da cidadania, não seriam eles um alvo prioritário por parte de regimes autoritários para o estabelecimento de restrições ao direito dos cidadãos de se reunirem em assembleia, argumenta. Enquanto “interface aberta e acessível entre as pessoas”, o espaço da cidade proporciona uma arena importante para grandes reuniões políticas, manifestações e protestos, bem como para atividades mais modestas, como coleta de assinaturas, distribuição de panfletos ou a realização de eventos culturais, manifestações de protesto, reivindicatórias e outras.

Para Gehl, a cidade como local de encontro é também um vetor de criação de oportunidades de intercâmbios democráticos, onde todos podem expressar livremente a sua tristeza ou insatisfação, seu entusiasmo ou felicidade em festas de rua, manifestações, desfiles ou reuniões. Juntamente com os frequentes encontros com os concidadãos, estas manifestações comuns constituem um pré-requisito importante para a democracia. Gehl ressalta a importância dos espaços públicos como locais de encontro em vários níveis, desde conversas tranquilas até poderosas demonstrações políticas.

Sustentabilidade social, segurança, confiança, democracia e liberdade de expressão são conceitos-chave para descrever as perspectivas da sociedade vinculadas à cidade como local de encontro. A vida no espaço da cidade é abrangente: desde olhares momentâneos a eventos menores ou a grandes manifestações coletivas. Caminhar pelo espaço comum da cidade pode ser um objetivo em si mesmo – mas também um começo. (Gehl, 2015, p. 29).

Para Albert Levy (2015) Um espaço público de qualidade deve comportar espaços apropriados a relações sociais outras, que não somente as domésticas, espaços destinados às práticas de comunicação social. Eles devem compor “uma cena pública urbana em que ocorrem as *interações cotidianas fundadoras da urbanidade* e da sociabilidade” (Levy, 2015, grifo meu). Segundo o autor, para produzir junto e manter-se coesa, uma sociedade deve compreender um espaço público comum, cuja função civilizadora e política, como espaço de debate, é um catalisador da cidadania. Neste curtíssimo escrito, em pouco mais de 640 palavras Levy faz-nos compreender a QEU pelos exemplos de seu oposto, i.e., descreve o que destrói a qualidade da cidade. Levy descreve 21 características do que chamou de “espaço público incivil”.

Um espaço público incivil é basicamente repulsivo e antissocial, não oferecendo oportunidade alguma para o desenvolvimento da sociabilidade e da cidadania, prejudicando a socialização e a troca. Exemplo marcante desse tipo de espaço é a maior porção da Favela da Rocinha, no Rio de Janeiro, cujas condições de urbanidade foram objeto de um artigo de Luciana da Silva Andrade, comparando a famosa favela e o bairro de Schöneberg em Berlim (Andrade, 2010), onde residira. A autora refere-se detalhadamente às limitações ao exercício da cidadania que o espaço público incivil da Rocinha impõe, restrições ligadas ao livre direito de ir e vir, controlado por facções criminosas, à falta de delimitação

clara entre as esferas pública e privada da vida, assim como entre os espaços públicos (ruas, passagens, vielas, escadarias, o Largo do Boiadeiro) e privados, às condições de higiene precárias, às carências de todo tipo. Porém, não é preciso um espaço urbano exibir obscenamente esses traços caricaturais e evidentes de uma sociedade arcaica, cínica, economicamente deformada e culturalmente segregacionista para que um espaço público seja não apenas de baixa qualidade, mas também *incivil*.

Levy lista diversos fatores, como a ausência ou deficiência de serviços públicos essenciais, a falta de equipamentos escolares, culturais, esportivos, policiais, todos com graves efeitos para a coletividade. A falta de transporte público, ou, mesmo existindo, a falta de rotas interiores aos bairros, os veículos circulando somente em algumas vias principais. Refere-se também aos enclaves fortificados como condomínios residenciais ou de negócios, cercados de altos muros ou cercas e dotados de toda sorte de aparato de segurança, o que chamou de “espaços de exílio comunitarista”. O tratamento urbanístico frequentemente medíocre ou inexistente, assim como uma mescla social, étnica e funcional quase nula, são fatores adicionais que “entram a sociabilidade” e estimulam comportamentos incivis.

Ainda, entre os principais fatores, estão o apagamento do passado genuíno do lugar, sendo substituído por versões “pasteurizadas” dessas histórias, que sirvam aos interesses financeiros de investidores imobiliários, procedimento urbanístico classificado por ele de *tabula rasa*. Para Albert Levy, Essa prática traduz uma indiferença quanto à inscrição simbólica no espaço público da memória da população, negando as especificidades locais.

Como coroamento às características de um espaço público incivil que afetam drasticamente a QEU, Levy menciona o desinteresse político dos habitantes de um território, traduzido em uma indisposição para a participação nas decisões que afetam seu quadro de vida. A falta de verdadeiras estruturas de democracia que permitam aos cidadãos intervirem a todo momento é uma das razões alegadas para isso. O autor aborda, por fim, a banalização dos edifícios do poder público, via de regra sem uma arquitetura “verdadeiramente proclamadora dos valores republicanos comuns”, o que “desvaloriza o espaço público: o

espaço público de cidadania, como espaço de deliberação e de representação, é atingido em seu aspecto simbólico e em sua finalidade” (Levy, 2015).

2.2 SABERES CIDADÃOS

Os processos de redemocratização ocorridos em vários países da Europa Meridional e América Latina, nas décadas de 1970 e 1980 respectivamente, foram acompanhados de reivindicações por maior participação popular na formulação de políticas públicas (Goirand, 2013; Lemos, 1980; O’Donnell & Schmitter, 1986, pp. 48–56). Multiplicam-se desde então nessas sociedades iniciativas no sentido da criação de dispositivos que permitam maior participação dos cidadãos nas decisões que afetam suas vidas. Um dos exemplos de maior repercussão nesse período foi a instituição do orçamento participativo de Porto Alegre (1988), que se tornou referência para vários outros dispositivos semelhantes no Brasil e no mundo (Garibay, 2015; Goirand, 2013; Porto de Oliveira, 2010).

Os conhecimentos revelados em tais dispositivos participativos têm sido referidos na literatura por *competência cidadã*, *saber comum* ou *saber costumeiro*.¹³ Esse conhecimento empírico de quem vivencia um lugar, quando mobilizado individual ou coletivamente, em instâncias de participação voltadas para processos decisórios que implicam intervenções espaciais concretas e gestão de recursos (como no caso dos orçamentos participativos, das assembleias para revisões do plano diretor de uma cidade, ou as reuniões de conselhos de bairro para melhorias urbanísticas), é o que tem sido denominado na literatura *saberes cidadãos*. (Bailleul, 2009; Crémin et al., 2018; Damayt & Schaut, 2022; Hofland et al., 2018; Millot et al., 2013; Nez, 2011b; Sintomer, 2008, 2010).

No que concerne à nossa pesquisa, adotamos a definição de saberes cidadãos descrita em Nez (2011b). A autora robustece a definição que constrói ao corroborar a distinção feita por Neveu (2011) entre habitantes e cidadãos, preferindo a expressão *saberes cidadãos* à de *saberes [dos] habitantes* (Fr. « *savoirs habitants* »), dado que ela vai além da simples concepção do habitante como usuário de um território. A noção de *cidadão*, no

¹³ Cf., p.ex., Nez (2011a): « *expertise citoyenne, savoir commun ou savoir d’usage* » .

sentido de alguém que pertence a uma cidade, abrange um conjunto mais amplo de saberes sociais e políticos. Esta é, portanto, a definição de saberes cidadãos que adotamos em nossa pesquisa:

Nossa definição inicial de saberes cidadãos é, portanto, relativamente ampla: ela inclui o conjunto de conhecimentos, experiências e técnicas, isto é, não somente os recursos cognitivos (saberes, em sentido estrito) mas também as habilidades práticas (*savoir-faire*), que um ator que não dispõe nem do estatuto de representante eleito nem de profissional pode mobilizar quando intervém nos dispositivos participativos (Nez, 2011b, tradução minha).

Quanto à tipologia dos saberes cidadãos, a autora distingue três conjuntos: os *saberes costumeiros* ou *saberes de uso* (Fr. « *savoirs d'usage* »), os *saberes profissionais* e os *saberes militantes*. Cada um desses pode ser individual ou coletivo, o que resulta em seis tipos básicos de saberes cidadãos. Em linhas gerais, os saberes costumeiros ou saberes de uso são os conhecimentos não formalizados, baseados em uma prática sobre o território. Os saberes profissionais são os conhecimentos mais sistematizados, fruto de uma formação específica ou expertise técnica. Os saberes militantes se referem à inserção em redes de atores e ao domínio de saberes e *savoir-faire*¹⁴ políticos. Esses seis saberes são classificados pela autora como *saberes solicitados*, quando são convidados ou sorteados¹⁵ para se manifestar nos dispositivos de urbanismo participativo, por iniciativa de governos locais. A autora ainda registra os *saberes reivindicados* (quando o indivíduo ou grupo não foi convidado, mas impõe sua presença no dispositivo, i.e., *reivindica* seu direito à participação e faz ouvir sua voz) e os *saberes negados*, aqueles nunca solicitados ou, caso sejam, nunca levados em conta, os quais acabam por expor as desigualdades de classe e gênero, mostrando que os debates em processos participativos não são isentos de conflitos.

Ao detalhar os *saberes negados* (« *savoirs déniés* ») nos dispositivos de urbanismo participativo, a autora reporta-se ao caso da França, em que os “os jovens, as mulheres, as pessoas oriundas de classes trabalhadoras e os imigrantes estão, em geral, ausentes ou sub-representados” (op. cit., p. 401). Cita uma pesquisa realizada junto a 800

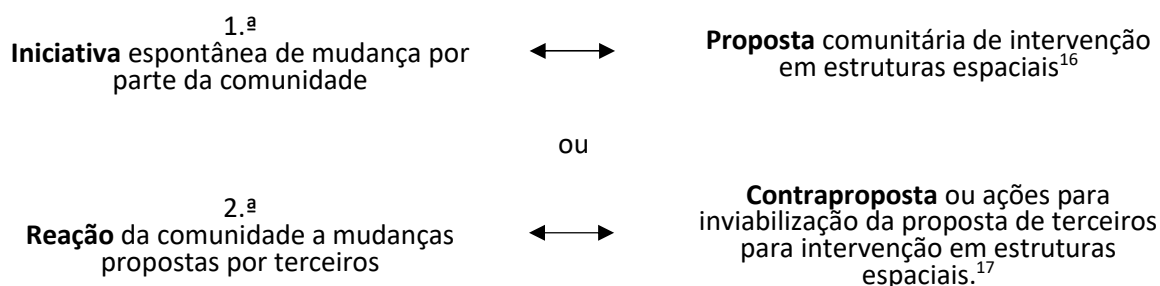
¹⁴ Quanto à expressão francesa *savoir-faire* e seu significado, falaremos no subtítulo referente à urbanidade.

¹⁵ O sorteio (Fr.: « *tirage au sort* ») é uma modalidade de inserção de cidadãos no dispositivo participativo, inexistente no Brasil. No caso da França, a pessoa sorteada pode recusar a convocação.

conselhos de bairro em toda a França, que evidenciou a persistência de filtros sociais ao serem considerados os saberes dos cidadãos, dando-se preferência às pessoas de classe média e mais alta escolaridade.

Digna de nota é a diferença entre o que ocorre nos conselhos de bairro na França, em que as mulheres representam uma parcela reduzida dos membros, e o que acontece no Brasil: aqui são os homens a minoria nos conselhos e associações de bairro, mas não porque seus saberes venham sendo *negados*, e sim porque eles mesmos se abstêm de participar, como os resultados desta pesquisa confirmarão. Para os objetivos de nossa argumentação, todavia, basta-nos a definição mais geral, consubstanciada na citação acima.

A pesquisa exploratória evidenciou, em virtualmente todos os trabalhos que tratam deste tema, o nexos entre tais conhecimentos e as estruturas espaciais que compõem o habitat dos grupos pesquisados, tanto nas pesquisas realizadas em meio urbano como em contexto rural, áreas ribeirinhas, costeiras etc. Este nexos apresenta-se sob duas formas:



Assim, nas pesquisas que focalizam os saberes cidadãos, evidencia-se a relação destes com a possibilidade de indivíduos ou grupos exercerem poder de influenciar ou mesmo determinar o desfecho de processos decisórios sobre intervenções concretas em

¹⁶ Situação em que a própria comunidade propõe e implementa reformulações em seu habitat, sem ter sido provocada, mas por uma insatisfação interna ou pelo acatamento coletivo de um projeto elaborado por algum indivíduo ou grupo no interior da comunidade.

¹⁷ Situação em que a comunidade se insurge contra um projeto visto como interferência indesejada em seu ambiente, formulada por órgãos técnicos, como prefeituras ou administrações regionais, mobilizando-se, seja para impor seu próprio projeto, para alterar substancialmente o projeto elaborado pelas autoridades direcionando-o no sentido dos seus interesses ou até mesmo para barrar sua execução.

seu ambiente, desde que exista, no seio do grupo, *vontade política* e suficiente organização por parte dos atores envolvidos.

A possibilidade de um indivíduo ou de uma comunidade exercer poder de decidir livremente sobre seu destino, dentro de um quadro legal estável de direitos e deveres, tem sido descrita como um dos elementos constitutivos da noção de cidadania. Segundo Rocher (2015, p. 147), os três marcos constitutivos da noção de cidadania são “direitos, pertencimento e participação”. Ao discorrer em linhas gerais sobre o que é ser cidadão, Covre (1994) afirma que o cidadão é ao mesmo tempo súdito das leis e soberano para atuar dentro dos limites impostos por ela. Referindo-se aos direitos, conceitua que cabe ao cidadão o direito sobre seu corpo e sua vida, bem como o direito à educação, à saúde, à habitação e ao lazer. Por outro lado, lembra a autora, exercer cidadania é também ter deveres, entre os quais o principal, que é ser o fomentador e guardião da própria existência de direitos e zelar pela manutenção dos direitos de todos, além de

ter responsabilidade em conjunto pela coletividade, cumprir as normas e propostas elaboradas e decididas coletivamente, fazer parte do governo, direta ou indiretamente, ao votar, ao pressionar através dos movimentos sociais, ao participar de assembleias – no bairro, sindicato, partido ou escola. (Covre, 1994, p. 9)

A autora considera que só existe cidadania se houver a prática da reivindicação, da apropriação de espaços físicos e políticos, e a luta para fazer valer os direitos do cidadão, estabelecidos na Constituição. Portanto, cidadania é não apenas ter acesso aos direitos sociais, políticos e econômicos, mas também a chance de participar de forma ativa, organizada e consciente da vida coletiva. Assim, os atos de cidadania são tão mais constantes, potentes e eficazmente exercidos quanto mais consciente de seus direitos e da possibilidade de participação uma pessoa ou comunidade se encontra. Ora, quando o saber de uma comunidade sobre seu ambiente é mobilizado de forma coletiva e coordenada, com projeto¹⁸ definido e visando intervenções no real, é justamente este conhecimento o que se denomina *saberes cidadãos*, sendo este uso um autêntico exercício de cidadania. Em dado contexto

¹⁸ O termo *projeto* é aqui entendido como desígnio, visão de futuro, um futuro desejado e compactuado comunitariamente, a ser realizado pela ação coletiva, não necessariamente dispondo dos produtos gráficos e demais planos que usualmente compõem um *projeto arquitetônico-urbanístico*.

comunitário urbano, a mobilização para a ação mediante aplicação pragmática e eficaz dos saberes cidadãos pressupõe a manifestação anterior de uma dimensão importante e indissociável da cidadania: a urbanidade.

2.3 URBANIDADE(S)

Em sentido amplo, fora do campo da Arquitetura e Urbanismo (A&U), o termo *urbanidade* é definido como “Reunião dos costumes, formalidades e comportamentos que expressam respeito entre pessoas; demonstração de civilidade; afabilidade. Característica do que é urbano, civilizado; civilidade.” (Urbanidade, 2023a). O dicionário Michaelis, versão online, define o vocábulo de maneira muito semelhante: “1. Qualidade ou característica de ser urbano. 2. [FIG] Conjunto de preceitos de civilidade que revelam boas maneiras e respeito nos relacionamentos sociais; civilidade.” (Urbanidade, 2023c). Em consonância com esses significados encontrados em léxicos brasileiros, os dicionários portugueses Porto Editora e Priberam, versões online, assim explicam a urbanidade: “1. qualidade de urbano. 2. *figurado* cortesia; boa educação; civilidade; delicadeza”. (Urbanidade, 2023b); e “1. Qualidade do que é urbano. 2. Vida de cidade. 3. [Figurado] Cumprimento das regras de boa educação e de respeito no relacionamento entre cidadãos. Afabilidade, civilidade, cortesia” (Urbanidade, 2022).

Ampliando a investigação do termo para dicionários de outros idiomas, encontramos as seguintes definições, cujas traduções já apresentamos aqui, em prol da clareza: No idioma espanhol, o *Diccionario de la Real Academia Española* fornece os seguintes significados: “Cortesia, comedimento, atenção e bons modos”¹⁹ (Urbanidad, 2023). Em francês, o dicionário Larousse, versão online, define o termo urbanidade como “Polidez, cortesia”²⁰, e apresenta como sinônimos “civilidade – educação – *savoir-vivre*”²¹. No caso da expressão sinônima *savoir-vivre*, que não é simplesmente *saber viver* mas tem conotações várias de difícil tradução. Fazendo-se uma pesquisa reversa encontramos como significado

¹⁹ Esp.: *urbanidad*: 1. f. *Cortesanía, comedimiento, atención y buen modo.*”.

²⁰ Fr. : *urbanité. n. f. : Politesse, courtoisie.*

²¹ Fr. : *civilité – éducation – savoir-vivre.* Sobre a expressão *savoir-vivre* e sua possibilidade de significado no contexto desta análise, falaremos adiante.

“Conhecimento e prática das regras da polidez, dos costumes do mundo”²², sendo apresentada a seguinte sinonímia: “civildade – correção – educação – tato – urbanidade – costume.”²³ (Urbanité, 2023).

Finalmente, no idioma inglês, dicionário Merriam-Webster online, encontramos “1: qualidade ou estado de ser urbano; 2: urbanidades. pl.: atos ou conduta urbanos”²⁴. (Urbanity, 2023). Digna de nota é a clara distinção de sentido e pronúncia entre os adjetivos *urban* (pron. /'z:bən/) e *urbane* (pron. /'z:bɛɪn/)²⁵. Enquanto *urban* refere-se àquilo que pertence, se relaciona, é característico de, ou constitutivo de uma cidade, no seu aspecto espacial, material, *urbane* é adjetivo nitidamente relacionado a determinados comportamentos, como atesta a resposta dada à pergunta abaixo, extraída do Thesaurus desse mesmo dicionário, em que se destaca a expressão francesa *savoir-faire*²⁶: (Urbane, 2023a, 2023b):

Quando você deve usar *urbane*?

Os janotas da cidade e a gente do campo há muito discutem se a vida é melhor na cidade ou nos grandes espaços abertos, e o termo *urbane* brota das agruras desse debate. A palavra remonta ao latim *urbs*, significando “cidade”, e nos seus usos mais antigos em inglês *urbane* era sinônimo de sua parente mais próxima *urban* (“pertencente a, relacionado a, característico de ou constitutivo de uma cidade”). *Urbane* desenvolveu seu sentido moderno de *savoir-faire* a partir da crença (sem dúvida fomentada pelos moradores da cidade) em que morar na cidade tornava alguém mais suave e polido do que levando uma vida rural. (MERRIAM-WEBSTER THESAURUS, S.d. Trad. nossa, aspas e itálicos no original)²⁷

Depois de coligar todas as definições, bem como as traduções de todos os termos e expressões nas outras línguas pesquisadas, foram reunidas em um *corpus* a fim de conhecer as definições mais frequentes. Para tanto, foi utilizado o software estatístico RStudio

²² Fr. : *Connaissance et pratique des règles de la politesse, des usages du monde.*

²³ Fr. : *civilité – correction – éducation – tact – urbanité – usage”.*

²⁴ Ing.: 1: *the quality or state of being urbane*; 2: *urbanities* pl.: *urbane acts or conduct.*

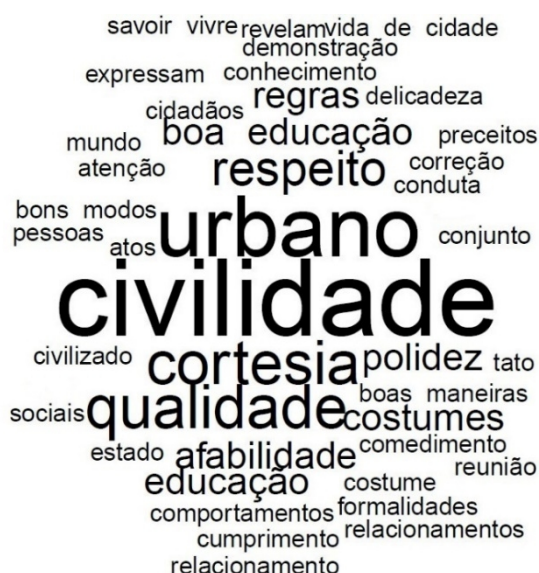
²⁵ Para a escrita fonética dos termos apresentados foi utilizado o site IPA – *International Phonetic Alphabet* (disponível em: <https://www.internationalphoneticalphabet.org/english-to-ipa-translator/>, acesso em 01 abr. 2023).

²⁶ Lit.: saber-fazer. A conotação dessa expressão é de habilidade interpessoal, senso de oportunidade; flexibilidade, sabedoria e correção nas atitudes, fazer bem, fazer direito, expertise, capacidade.

²⁷ Cf.: www.merriam-webster.com/dictionary/urbane#did-you-know.

(Posit, 2021) com instalação do pacote *Word Clouds* (Fellows, 2018), para produzir a nuvem de palavras da **Figura 5**. A nuvem de palavras, embora não seja precisa como ferramenta estatística, permite rapidamente, para fins explicativos, discernir os termos mais frequentes que ocorrem em um *corpus* discursivo (no caso, os sinônimos, descrições e palavras-chave encontrados nos dicionários) associando a maior frequência ao maior tamanho da palavra, destacando assim as ideias principais. Para tanto, excluem-se palavras conectoras como preposições, conjunções, artigos etc. bem como as ocorrências do próprio conceito sob escrutínio, neste caso, *urbanidade*.

Figura 5 – Significados de urbanidade - nuvem de palavras



Fonte: Godoy Filho, Suguihiro & Castells (2023).

A **Figura 5** evidencia a dominância do termo *civilidade*, tendo sido o significado mais frequente, com oito menções. Na segunda ordem de importância, aparecem os termos *urbano*, *qualidade* (significando atributo de) e *cortesia*, com quatro ocorrências cada um. Na terceira, isolado, *respeito*, três vezes. Na quarta, finalmente, *regras*, *costumes*, *educação*, *afabilidade*, *polidez*, todos com duas ocorrências cada. Todos os demais termos apareceram apenas uma vez na composição da ideia de urbanidade expressa nas definições encontradas nos dicionários. Tais são, portanto, as características do comportamento de um indivíduo ou sujeito coletivo que, ao interagir no corpo social, o faz com urbanidade. Em vista do exposto, pode-se afirmar, a partir de uma análise lexical, que a essência da urbanidade é a

civilidade, ou, no mínimo esta é sua característica mais evidenciada nas definições presentes nos dicionários consultados.

A urbanidade, nessa perspectiva, apresenta-se como uma dimensão inalienável da cidadania. Quanto a esta última, ainda servindo-me da Etimologia como acesso aos significados primários de palavras por vezes banalizadas, os substantivos *cidadão* e *cidadania* derivam da palavra cidade, cuja origem é o latim *cīvitātis* e significava tanto a condição de cidadão do Império Romano como o conjunto dos cidadãos, a cidade em sua dimensão política. De origem comum são os termos civilidade, civismo, civil, civilização etc., que provêm do étimo latino *civi*, cidadão. O termo *civilidade* origina-se diretamente do latim *civilitas*, que significa a prática do poder por parte do cidadão, ou seja, está impregnada neste termo a dimensão política (Civilitas, 2023).

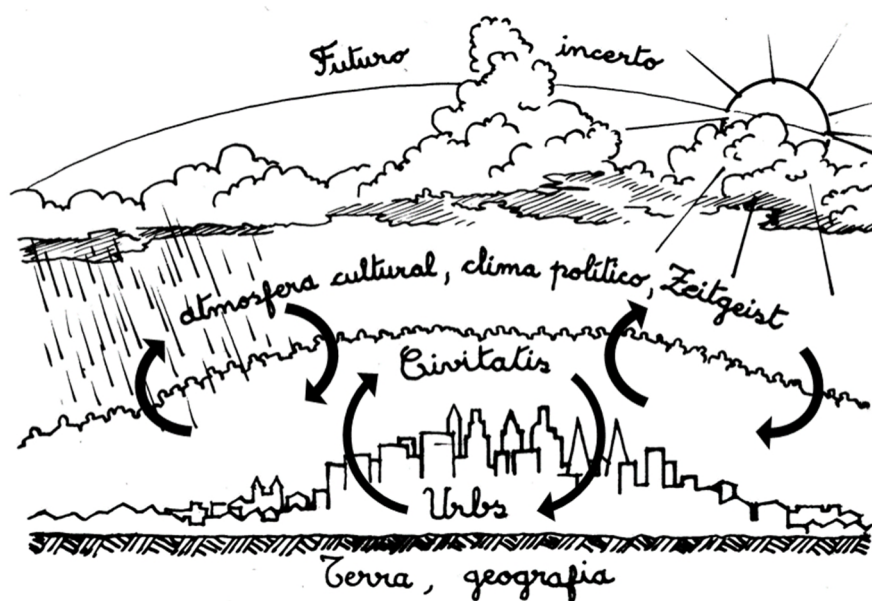
Por outro lado, *urbano* e *urbanidade* têm sua raiz no termo latino *urbs*, relacionado à concretude da cidade, o sítio urbano, as estruturas espaciais da cidade compreendida como lugar, referência no espaço. Logo, em sentido lato, a urbanidade pode ser compreendida como um modo de convivência social em que a cidadania se exerce com civilidade, respeito, educação, afabilidade, cortesia e sabedoria (*savoir-faire* e *savoir-vivre*). Estes dois *savoirs*, sutis saberes não escritos, frutos da experiência de vida pessoal e da vivência em um lugar, que fundamentam a competência para a melhor prática diante de desafios não previstos e robustecem sua validade em face das evidências de seus positivos efeitos concretos, estão na base dos saberes cidadãos — estes que a pesquisa visa desvelar e esclarecer como operam na comunidade do bairro Piza em Londrina-PR, em sua relação com a qualidade espacial.

Portanto, em relação ao emprego usual do termo aqui examinado, a noção atual de urbanidade, que começou a ser forjada no contexto do desenvolvimento histórico das cidades europeias a partir do século XVI, abrange três dimensões: 1) a espacial (lat. *urbs*), constituída pela cidade como estrutura de suporte, lugar de referência, porção do espaço construído, a um tempo palco e plateia dos processos sociais citadinos; 2) a política (lat. *cīvitātis*), instituída a partir do conjunto de ações individuais e coletivas no interior de uma sociedade, em uma dinâmica de constante negociação de forças e interesses que dizem

respeito tanto ao ambiente citadino quanto ao ambiente rural fora dele; e 3) a comportamental-espacial, evidenciada pelas diferentes maneiras como se manifestam as interações entre as ações da *civitas* e as estruturas da *urbs*, de acordo com a atmosfera cultural, o clima político e o espírito do tempo (*Zeitgeist*).

Como um arranjo em camadas geológicas, em que quanto mais alta a camada mais instável, imprevisível e vulnerável o sistema é frente às mudanças causadas pelos três fatores mencionados, Godoy Filho, Suguihiro & Castells (2023) propõem o croqui reproduzido na **Figura 6**, em que as setas representam as interações entre camadas, ou seja, a(s) urbanidade(s) observáveis no meio ambiente citadino.

Figura 6 – Interações constitutivas da urbanidade.



Fonte: Godoy Filho, Suguihiro & Castells (2023, p. 148).

Em contraposição ao sentido cotidiano da palavra, em que se verifica uma convergência de significados, tornando assim facilmente reconhecível a presença ou ausência de urbanidade no proceder de um indivíduo ou grupo, no campo da A&U o termo parece designar fenômenos diversos, cujos aspectos são descritos segundo abordagens por vezes bastante diferentes, dependendo do autor e do ponto de vista considerado. Se não fenômenos diferentes, ao menos visões diversas sobre um mesmo conjunto de fenômenos.

Gonçalves (2010) se concentra principalmente nas estruturas espaciais e discute a validade da dicotomia urbano – rural, enquanto tenta definir a urbanidade partindo da vitalidade e diversidade urbanas. Propõe que a operacionalização do conceito deva ser pela compreensão do que chamou “potencial de urbanidade” de uma configuração espacial, uma concepção que considera a capacidade do suporte material favorecer ou desencorajar um tipo de urbanidade referenciada nas noções tradicionais de vitalidade e diversidade urbanas inicialmente delineadas por Jacobs (1992 [1961]). Uma vez plenamente elaborada, essa noção seria capaz de reconhecer *graus de urbanidade em arranjos de estruturas espaciais urbanas*,²⁸ ou seja, converter-se-ia em ferramenta analítica e projetual em A&U.

Assim, se a urbanidade, enquanto qualidade das estruturas espaciais da *urbs* ou da interação destas com as pessoas é algo análogo a uma determinada noção de urbanidade desejável nas relações interpessoais cotidianas, i.e., relações que se espera transcorram de modo afável e sem atritos; e se, por outro lado, a vitalidade é definida por uma frequência mais ou menos constante de contatos significativos em intensidade e diversidade, então pode haver urbanidade do lugar mesmo em contexto que não se encaixe nas definições consagradas de vitalidade urbana. Em outras palavras: neste raciocínio, um arranjo dos elementos materiais de certo ambiente construído poderia ser “dotado de urbanidade” (favorecendo tais interações, de certas maneiras) porém apresentar baixa vitalidade.

Por outro lado, existem bairros modestos, razoavelmente homogêneos em sua simplicidade, cujas praças singelas e desprovidas de estruturas supostamente potencializadoras de urbanidade são verdadeiros centros de convivência urbana. Essas pracinhas despojadas, segundo aquela lógica, seriam espaços de baixa urbanidade (ou baixo “potencial de urbanidade”. A autora afirma que, dependendo do arranjo espacial dos elementos em um espaço urbano, pode-se ter variação no potencial de urbanidade. Isso denota que, nesta acepção, a urbanidade é um atributo do espaço urbano derivada da disposição das estruturas materiais. Estabelece-se assim rigorosa separação entre a

²⁸ O mesmo que Frederico de Holanda denomina, em vários de seus escritos, “urbanidade arquitetônica”, uma característica das estruturas materiais da cidade ou de determinado arranjo destas, como como será visto adiante.

concretude das estruturas (a *urbs*) e os sujeitos que nela vivem e dela se aproveitam (a *civitatis*, o conjunto dos habitantes citadinos, no exercício de seus direitos, interesses, poderes e deveres).

Ao considerar que a busca por um arranjo físico que favoreça a diversidade de contatos é importante na configuração de espaços dotados de urbanidade, fica explícita a concepção da urbanidade das estruturas materiais como algo possível de ser projetado deterministicamente; em outras palavras, programado com base em um design. Assim enunciada, a urbanidade parece não se diferenciar da vitalidade urbana, sendo que no trabalho a dificuldade dessa diferenciação é admitida. Finalmente, depois de elencar uma série de fatores que devem ser levados em conta na tentativa de estabelecer parâmetros de avaliação da urbanidade, a autora conclui que a definição permanece em aberto. Sugere um alargamento da noção de urbanidade que extrapole os referenciais vitalidade e diversidade, e propõe focalizar o que conceitua como "qualidade urbana" (op. cit., p. 10), caminho visto como capaz de superar o desafio de definir *urbanidade*, em que pese a relatividade da palavra qualidade.

Por sua vez, Holanda (2010) publica um artigo intitulado *Urbanidade: Arquitetônica e Social*, no qual declara, logo no início, que "Há muitas conotações para 'urbanidade' ", e que o conceito, para ser útil, não deve ser empregado de maneira "ampla, geral e irrestrita". Porém, se bem definido, serviria para a compreensão das interações entre as pessoas e as estruturas materiais da cidade, no aspecto do convívio entre citadinos. Diferentemente da visão explorada por Gonçalves (2010), Holanda coloca toda ênfase no aspecto interacional, sendo a urbanidade um padrão verificável de ações das pessoas entre si e na relação que estabelecem com a base material da cidade. Se o termo for empregado em referência às estruturas materiais da urbe, adverte o autor, o será mais por analogia e sempre com alcance limitado. É a partir deste ponto que Holanda busca situar sua argumentação em prol de uma compreensão mais clara e focada da urbanidade, diferenciando-a daquilo que classifica como a "ampla bacia fluvial" das pesquisas em ambiente-comportamento (op. cit., p. 3).

Sempre visando a operacionalização do conceito, Holanda (2010) insere a urbanidade em uma discussão distinta, entendendo-a como o processo das interações entre sociedade e espaço, chamadas por ele de "socioarquitetônicas". Essas interações e as evidências delas resultantes são variáveis, conforme as sociedades e as arquiteturas. Assim, como requisito indispensável para tal esforço epistêmico, postula que é preciso definir a urbanidade no contexto da discussão sobre arquitetura, bem como definir o que é relevante em arquitetura quando se trata de urbanidade.

Destrinchando a questão, podemos falar em *urbanidade social* – quando os atributos estiverem relacionados a modos de interação social – e *urbanidade arquitetônica* – quando os atributos estiverem relacionados ao lugar. (Holanda, 2010, p. 4, itálicos no original)

Para demonstrar a validade da teoria, do método e das técnicas propostas por ele em trabalho anterior, no qual sugere a existência dos dois paradigmas, o da formalidade e o da urbanidade, o autor expõe os resultados de sua pesquisa na Vila Planalto, no Distrito Federal. Trata-se de um trabalho de fôlego, derivado de sua tese de doutoramento defendida em 1997, conceitualmente denso e robustecido por muitos dados quantitativos obtidos em trabalhos de campo (2018 [2002]). Mais adiante no artigo de 2010 ora analisado, são mostrados resultados da aplicação instrumental e objetiva de sua teoria, método e técnicas em projetos de sua autoria. Seu propósito foi demonstrar a utilidade de parametrizar a urbanidade arquitetônica, não somente "para *melhor projetar*" (Holanda, 2010, p. 5, itálico no original), mas também para tornar verificáveis por outros pesquisadores os resultados da aplicação do método que propôs.

Outro exemplo da variedade de proposições feitas pelos pesquisadores da urbanidade em A&U é *Urbanidade: conceito e parâmetros* (Chakur, 2018), em que já no título são declarados os objetivos do trabalho. O autor entende que definir a urbanidade das estruturas materiais por meio de poucos e simples parâmetros de fácil verificação (*a posteriori*, no caso de uma avaliação do ambiente construído) ou aplicação (*a priori*, i.e., no momento da elaboração do projeto), seria um auxílio importante para "ajudar a moldar o desenvolvimento de políticas públicas" (op. cit. p. 1). Aqui, existe similaridade com a visão proposta por Holanda (2010 e 2018 [2002]), de que se trata da "urbanidade socioarquitetônica" (Holanda, 2010), cuja compreensão e parametrização contribuiria para

arquitetos-urbanistas e planejadores urbanos não apenas fazerem melhores projetos como também dispõem de argumentos mais alicerçados em dados quantitativos, no momento de sua argumentação com promotores imobiliários, gestores públicos e outros tipos de contratantes institucionais.

Ao analisar a urbanidade, afirmando que ela é parte constitutiva da identidade²⁹ de uma cidade, o autor inicia pelo mesmo caminho que propus na abertura deste subtítulo: o de investigar primeiro os significados primários do termo na linguagem comum, i.e., consultando os léxicos do idioma, como fez também Aguiar (2012). Na mesma linha, Chakur (2018) procura tornar mais nítidos os contornos da urbanidade utilizando-se de contrastes entre o que seriam espaços *com urbanidade* (lugares de vivência em coletivo, acolhedores, receptivos, expostos às pessoas e onde elas se expõem, nos quais convive a diversidade) e o que classifica como espaços *sem ou com baixa urbanidade* (espaços inóspitos, segregados, fechados à vista do público e padronizados).

O autor ressalta de maneira didática que tais contrastes tornam mais vívida a definição da urbanidade como um fenômeno comportamental ou uma característica de certos lugares, cuja manifestação mais verificável (“grau de urbanidade”, op. cit., p. 3) é consubstanciada no conjunto de interações entre as estruturas físicas da cidade, o lugar, a referência no espaço (*urbs*) e o conjunto dos fruidores desses locais no momento de suas atividades (*civitatis*). Trata-se de uma concepção abrangente, centrada na importância das influências recíprocas e constantes ao longo do ciclo de vida dos espaços e do arco de vida de uma pessoa ou sociedade, uma vez que “a maximização do grau de urbanidade maximiza as qualidades caracterizadoras dos espaços com urbanidade” (p. 3). Com relação a este aspecto da urbanidade mencionado por Chakur (2018), as influências recíprocas e as interações sociais, Grinover (2021) sustenta que é possível defini-la “pela convergência de sociabilidades em certas condições espaciais, em espaços que permitem as tensões entre espaço e social, que sejam suficientes para a emergência da prática e do encontro” (op. cit., p. 160).

²⁹ Atributo não mencionado nos outros trabalhos consultados, que aqui aparece remetendo o leitor à ideia de fisionomia urbana ou caráter da cidade.

Rheingantz (2010) levanta outra possibilidade de compreensão da urbanidade por uma via original e bastante diferente da percorrida pelos autores citados até aqui. Propõe a explicação da urbanidade pela óptica atuacionista, pela Abordagem Experiencial e segundo princípios da Teoria Ator-Rede (*Actor-Network Theory* – ANT). Rheingantz afirma que “a urbanidade é produzida no processo de nossa interação com o ambiente construído”, sendo o resultado da relação entre ambos. Convida-nos a considerar a urbanidade como um “coletivo” que resulta da *relação* entre seres humanos e não-humanos. Postula que a urbanidade, sendo uma experiência produzida no processo de nossa interação com o ambiente construído, é inapropriável por uma ciência que espera um mundo predefinido, em que existe independência e neutralidade do observador em relação ao objeto observado.

Neste sentido, a urbanidade ou a [des]urbanidade³⁰ não são atributos dos moradores e frequentadores de um lugar, tampouco das estruturas materiais que o configuram³¹. Sob esse ponto de vista, a urbanidade ou a [des]urbanidade, ao invés de fatos estáveis, são fluxos e possibilidades dinâmicos de uma rede formada pela justaposição de materiais heterogêneos envolvendo espaço, tempo, conhecimentos e experiências. Ocorre que, sendo a experiência uma relação vivencial, ela não se refere a como as coisas são, independentemente das pessoas, mas ela é simultaneamente ponto central e ponto de partida para a reflexão. Desse fato decorre que “Se Urbanidade é uma experiência ou conjunto de experiências, não pode ser definida, mas usufruída.” (Rheingantz, 2010, p. 115).

Em suma, para o autor, urbanidade é uma *relação* ou um *processo* que é vivenciado no lugar, equivale dizer, é sempre *em situação*, como defendem também Godoy Filho, Suguihiro & Castells (2023) quando sugerem que a(s) urbanidade(s) se consubstancia(m) (ou se constituem) nas interações dinâmicas e simultâneas entre os três níveis que propõem como “camadas geológicas”, i.e.: a) as estruturas materiais da cidade (*urbs*), b) o conjunto dos cidadãos, a cidade política (*cīvitātis*) e, c) o universo de ideias e conhecimento que paira acima

³⁰ Modo de escrita do autor na obra, com o prefixo *des* entre colchetes.

³¹ Afirmação que, em princípio, vem a se contrapor ao proposto por Frederico de Holanda em seus escritos sobre o tema, para quem deve-se pensar em urbanidade social e urbanidade arquitetônica. Holanda, no entanto, utiliza a expressão “interações socioarquitetônicas”, o que apontaria para um entendimento semelhante ao de Rheingantz.

das duas outras camadas e as condiciona, que são a atmosfera cultural, o clima político e o espírito do tempo (*Zeitgeist*).

Portanto, segundo o autor, “como nada na natureza é independente dos homens e vice-versa, não é possível separar a sociedade – o mundo dos homens em si – de natureza – o mundo das coisas em si.” (op. cit., p.119). Na base de sua argumentação, está a proposição latouriana de *tradução*³², o que implica assumir, no empreendimento explicativo, que a urbanidade não pode ser definida, mas somente traduzida, visto que sua produção implica em “formas descentradas e não singulares de *ser* e *conhecer*, que podem ser traduzidas como *um mundo comum*, que continuará a existir independentemente do que digam ou pensem os arquitetos.” (Idem, p. 127, grifo meu).

³² “...*tradução*, que ‘significa deslocamento, traição, ambiguidade. Significa, portanto, que partimos da não-equivalência entre interesses e jogos de linguagem e que o objetivo da tradução é tornar equivalentes duas proposições’.” (Latour, 1988, p. 253, apud Rheingantz, 2010, p. 117).

3 CARACTERIZAÇÃO DO BAIRRO PIZA

3.1 LOCALIZAÇÃO NO TECIDO URBANO LONDRINENSE

Na divisão de bairros feita pela Prefeitura Municipal de Londrina (PML), o Piza (coordenadas 23°21'15" S – 51°08'15" W) ocupa uma área de 649,11 hectares, na Zona Sul da malha urbana (Prefeitura Municipal de Londrina, 2024d) (**Mapa 1**) e abriga uma população de 12.570 pessoas³³ (IBGE, 2024). Embora à primeira vista pareça tratar-se de vasta área resultante de um só empreendimento imobiliário, justamente devido ao aspecto homogêneo, é de fato de um conjunto de nove loteamentos, projetados entre 1968 e 2002, cuja soma das áreas é de 2.860.281,75 m², ou cerca de 286,60 ha (Prefeitura Municipal de Londrina, 2024c).

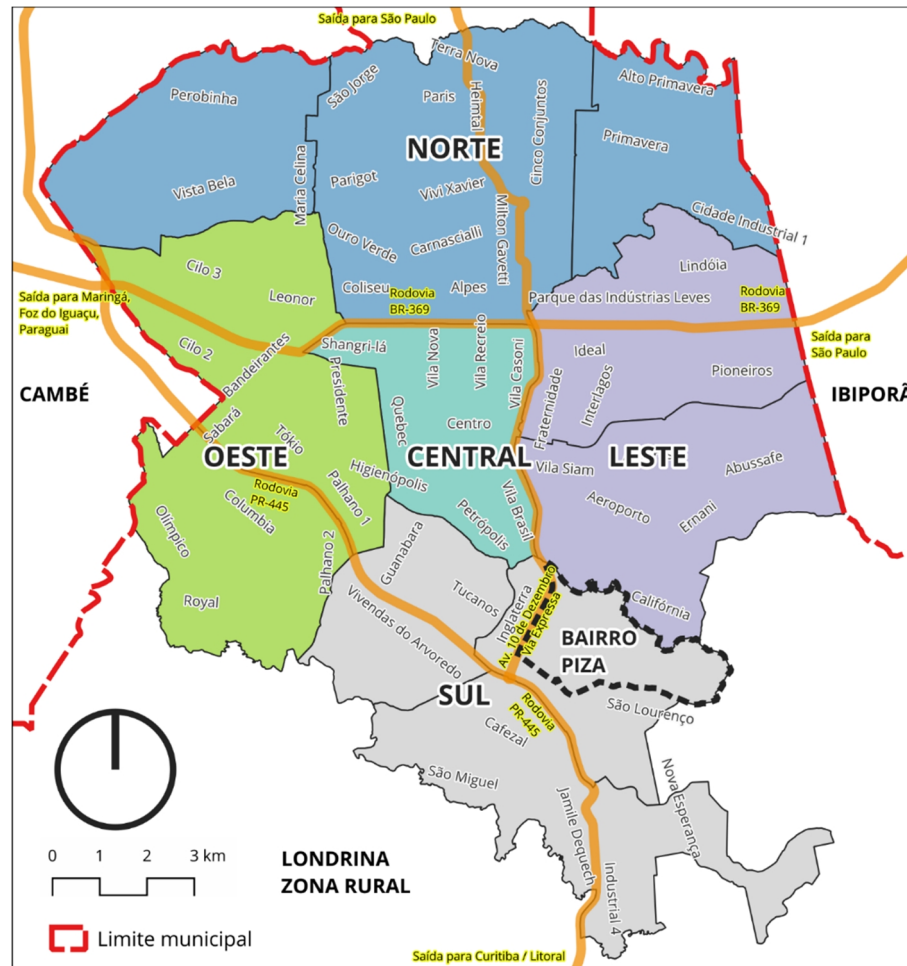
Todavia, na delimitação administrativa dos bairros feita pela prefeitura da cidade a extensão do Piza é consideravelmente maior, chegando aos 649,11 ha, (Prefeitura Municipal de Londrina, 2024d). Desse total, 85,47 ha ou 13,16 % correspondem ao Parque Municipal Arthur Thomas, um parque florestal urbano que abriga um dos poucos remanescentes de Mata Atlântica original da região norte do Paraná (Prefeitura Municipal de Londrina, 2024b; STCP Engenharia de Projetos Ltda., 2004, p. 3.6). O restante da área oficial do bairro, aproximadamente 277,04 ha ou 42,68 %, são constituídos de diversas áreas verdes não habitáveis, como fundos de vales às margens de vários córregos, áreas de proteção de nascentes, porções de cobertura florestal para proteção de encostas e outras áreas semelhantes, designadas pelo poder público municipal como áreas de preservação permanente (APP).

Além dessas, compõem esta parcela chácaras de lazer ou moradia, grandes terrenos vazios em meio à trama de ruas, uma faixa extensa usada para agricultura comercial e até, no seu extremo leste, o Parque Municipal João Milanez, em que está situado o Viveiro

³³ O perímetro da reunião dos quinze setores censitários adjacentes em que foi dividido o bairro coincide com o perímetro delimitado pela PML.

Municipal (horto para prover de mudas o serviço de manutenção de jardins da cidade), sobre parte de uma gleba que foi uma fazenda de gado, hoje propriedade do Município de Londrina.

Mapa 1 – Localização do bairro Piza entre as regiões de Londrina.



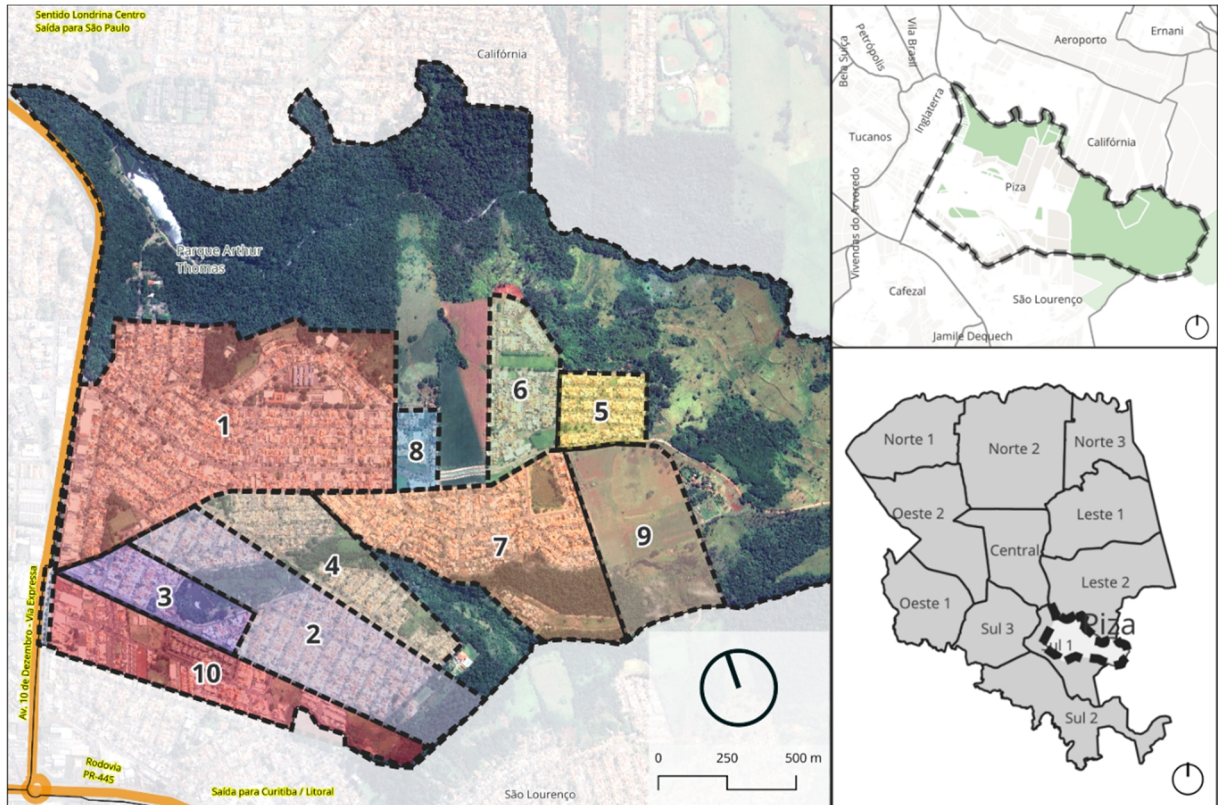
Fonte: PML, Sistema de Informações Geográficas (SIGLON), adaptado pelo autor.

3.2 LOTEAMENTOS QUE FORMAM O BAIRRO

O Piza é formado por nove loteamentos hoje contíguos, aprovados pela PML entre 1968 e 2002 (Prefeitura Municipal de Londrina, 2024a). O Parque Residencial Joaquim Toledo Piza, o maior e o segundo construído entre as antigas propriedades agrícolas a leste

da extremidade sul da Av. 10 de Dezembro³⁴, tornou-se a principal referência da área desde aquela época e deu nome à região (**Mapa 2**).

Mapa 2 – Loteamentos que formam o bairro Piza



Fonte: Elaborado pelo autor.

A **Tabela 1** a seguir esclarece a numeração dos loteamentos no **Mapa 2** e informa as datas de aprovação dos projetos.

³⁴ O primeiro loteamento situado a leste da extremidade sul da Av. 10 de Dezembro foi o Parque Ouro Branco (1967), no encontro desta com a rodovia estadual PR-445.

Tabela 1 – Loteamentos, anos de projeto, de aprovação na PML e número de lotes.

| N.º | LOTEAMENTO | ANO 1.º PROJETO | ANO PROJETO APROVADO | ÁREA (m ²) | N.º LOTES P/ EDIFICAÇÃO |
|--------------|--|-----------------------|-------------------------|------------------------|----------------------------|
| Todos | | | | 3.005.336,55 | 4.505 |
| 1 | Parque Residencial Joaquim Toledo Piza | 1968 | 1968 | 853.524,83 | 1.255 |
| 2 | Jardim Monte Bello | 1978 | 1982 | 357.043,49 | 571 |
| 3 | Jardim Lagoa Dourada | 1978 | 1983 | 116.769,16 | 172 |
| 4 | Conjunto Habitacional João Baptista de Almeida Barros (“Conjunto Roseira”) | 1983 | 1987 | 243.121,63 | 408 |
| 5 | Jardim Vale Azul | 1980 | 1992 | 242.000,00 | 196 |
| 6 | Residencial José Bastos Almeida | 1996 | 1997 | 242.000,00 | 359 |
| 7 | Jardim Neman Sahyun | 1996 | 1998 | 484.000,00 | 868 |
| 8 | Chácara Olaria | 2001 | 2002 | 49.660,00 | 80 |
| 9 | Condomínio Residencial Portal de Piza* | 2003 | 2004 | 145.054,80 | 199 |
| 10 | Chácara Mussashino** | ? | 198? | 272.162,64 | 397 |

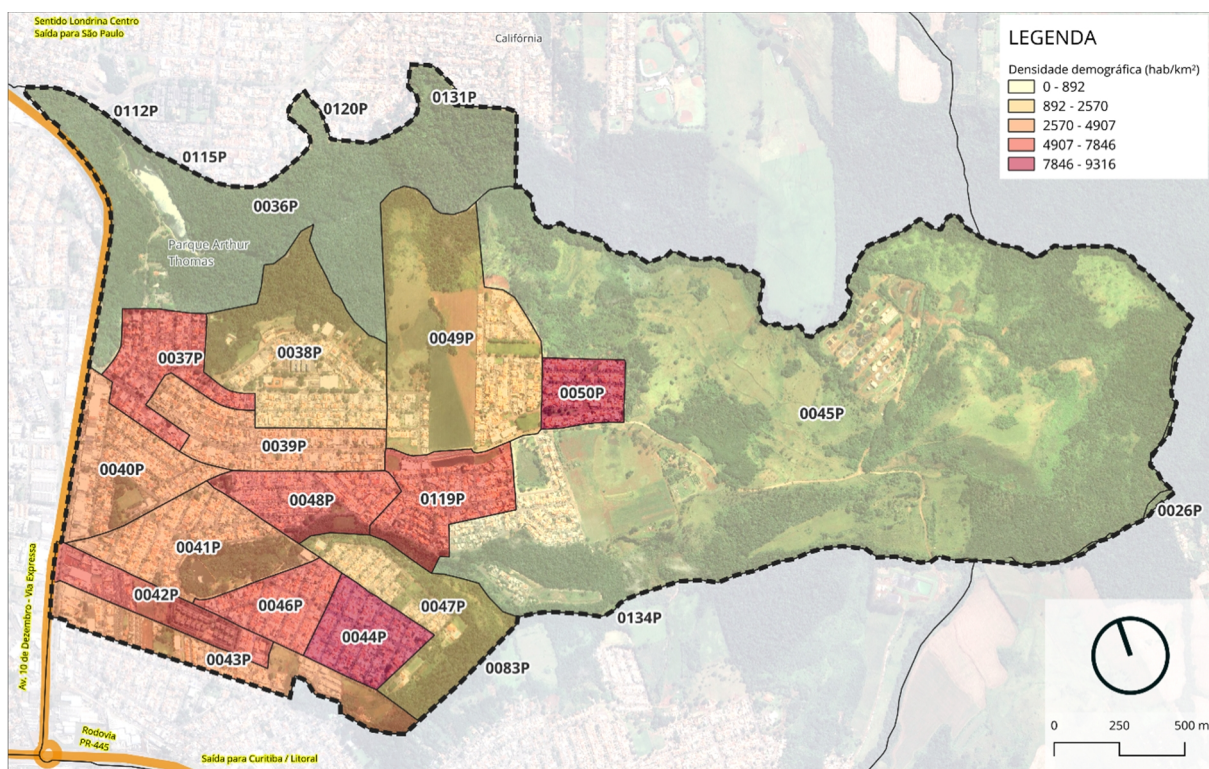
*Anteriormente denominado Condomínio Residencial Colina de Pizza (sic). Não executado até o momento.

** Os dados do loteamento Chácara Mussashino não se encontravam disponíveis na época de nossa pesquisa. Um estudo de fotos aéreas mostrou que a ocupação daquela faixa (Lote 66-A da Gleba Ribeirão Cambé) data do início da década de 1980.

Fonte: Elaborada pelo autor (dados da PML, 2024).

3.3 DADOS POPULACIONAIS E CENSITÁRIOS

Os dados populacionais mais recentes obtidos pelo Censo 2022 ainda não estavam completamente consolidados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) quando da realização da pesquisa. Até a data de fechamento deste documento haviam sido disponibilizados apenas os dados preliminares de população residente nos setores censitários sem, no entanto, a estratificação por sexo, idade, escolaridade, renda e outros parâmetros. Como o perímetro da área de todos os setores censitários em que foi dividido o bairro coincide com os limites definidos pela PML, foi possível chegar ao número total de residentes em 2022. O **Mapa 3** mostra os setores censitários e densidades demográficas (DD). A **Tabela 2** complementa o mapa e informa a área de abrangência dos setores nos loteamentos (IBGE, 2024).

Mapa 3 – Setores censitários e densidades.

Fonte: IBGE (2024), adaptado pelo autor. **Tabela 2 – População e densidade demográfica por setores censitários do bairro Piza.**

| Código do setor censitário em 41137000505 | Área (km ²) | População | Densidade (hab./km ²) | Localização do setor censitário |
|---|-------------------------|---------------|-----------------------------------|---|
| Todos os setores | 5,629293 | 12.570 | 2.232,96 | |
| 0037P | 0,140915 | 893 | 6.337,15 | Parque Residencial Joaquim Toledo Piza |
| 0038P | 0,335076 | 683 | 2.038,34 | Parque Residencial Joaquim Toledo Piza |
| 0039P | 0,169380 | 809 | 4.776,24 | Parque Residencial Joaquim Toledo Piza |
| 0040P | 0,188103 | 889 | 4.726,13 | Parque Residencial Joaquim Toledo Piza |
| 0041P | 0,221417 | 883 | 3.987,95 | Jardim Lagoa Dourada / Jardim Monte Bello (parte norte) |
| 0042P | 0,109523 | 818 | 7.468,75 | Chácara Mussashino (parte norte) |
| 0043P | 0,174746 | 587 | 3.359,16 | Chácara Mussashino (parte sul) |
| 0044P | 0,117588 | 996 | 8.470,25 | Jardim Monte Bello (parte sul) |
| 0045P | 2,991501 | 809 | 270,43 | Jardim Neman Sahyun (partes leste e sul) |
| 0046P | 0,102021 | 783 | 7.674,89 | Jardim Lagoa Dourada / Jardim Monte Bello (parte central) |
| 0047P | 0,221102 | 518 | 2.342,81 | Conjunto "Roseira" (sul) / fundo de vale Jardim Monte Bello |
| 0048P | 0,136672 | 906 | 6.629,01 | Conjunto "Roseira" (norte) / Jd. Neman Sahyun (parte oeste) |
| 0049P | 0,476640 | 1.225 | 2.570,07 | Chácara Olaria / Res. José Bastos de Almeida |
| 0050P | 0,080936 | 754 | 9.316,00 | Jardim Vale Azul |
| 0119P | 0,163673 | 1.017 | 6.213,61 | Jardim Neman Sahyun (parte central) |

Fonte: IBGE – Censo 2022 – Tabelas – Agregados por setores censitários – Arquivos complementares (2024); organização e seleção do autor. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2022/Agregados_por_Setores_Censitarios_preliminares/arquivos_complementares/Agregados_preliminares_por_municipios_BR.xlsx

Predominam DD entre 2.038,34 e 9.316,00 hab./km², sendo 2.232,96 hab./km² a média. Exceção é o setor 0045P, com 809 habitantes e área de 2,99 km². Todavia, apenas 0,11 km² dessa superfície são construídos. Assim, a densidade da parte ocupada é de 7.354,54 hab./km². O documento *Caderno censitário do perfil de Londrina - ano base 2010* (Prefeitura Municipal de Londrina, 2010, p. 14) traz os dados consolidados do penúltimo censo demográfico. Quanto à distribuição por sexo, os dados de 2010 eram os da **Tabela 3**, abaixo.

Tabela 3 – População residente em Londrina por bairros e por sexo – 2010.

| População residente em Londrina por bairros e por sexo – 2010 | | | | | |
|---|----------------|------------------|----------------|------------------|--------|
| Bairro | Homens | | Mulheres | | Total |
| | Valor absoluto | Valor percentual | Valor absoluto | Valor percentual | |
| Piza | 5.990 | 48,36% | 6.396 | 51,64% | 12.386 |

Fonte: Prefeitura Municipal de Londrina (2010).

A **Tabela 4**, extraída do mesmo documento, mostra os domicílios particulares permanentes, total e média de moradores em domicílios particulares permanentes por bairro em Londrina, de acordo com o Censo 2010.

Tabela 4 – Domicílios particulares e permanentes e moradores por domicílios – 2010.

| Local | Domicílios particulares permanentes | Moradores em domicílios particulares permanentes | |
|-------|-------------------------------------|--|----------------------------------|
| | | Total | Média de moradores por domicílio |
| Piza | 3.985 | 12.380 | 3,11 |

Fonte: Prefeitura Municipal de Londrina (2010).

Quanto às classes de rendimentos nominais mensais, o Caderno censitário do perfil de Londrina - ano base 2010 informa os dados da **Tabela 5**, abaixo.

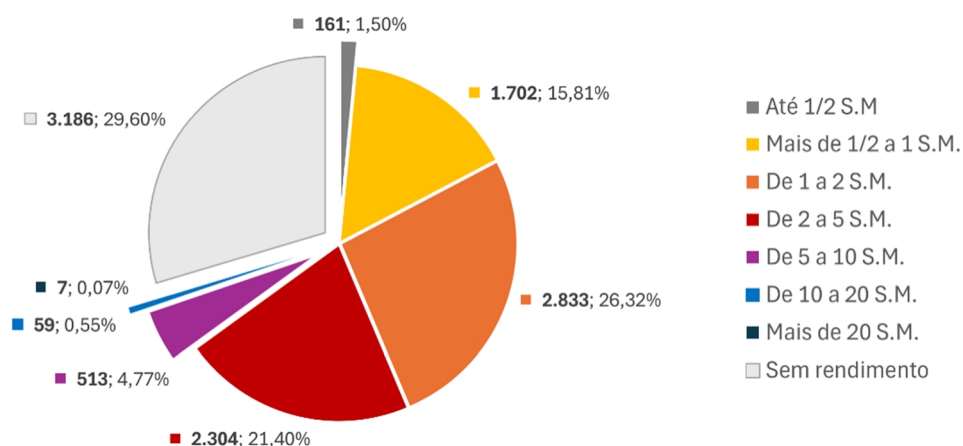
Tabela 5 – Classes de rendimento nominal do bairro Piza – 2010.

| Classes de rendimento nominal mensal – Bairro Piza (2010) | | | | | | | | | | |
|---|--------------|-----------------|---------------|---------------|----------------|-----------------|-----------------|----------------|----------------|---------|
| Renda Bairro | Até 1/2 S.M. | De 1/2 a 1 S.M. | De 1 a 2 S.M. | De 2 a 5 S.M. | De 5 a 10 S.M. | De 10 a 20 S.M. | Mais de 20 S.M. | Sem rendimento | Sem declaração | Total |
| Piza | 161 | 1.702 | 2.833 | 2.304 | 513 | 59 | 7 | 3.186 | 0 | 10.765 |
| % | 1,50% | 15,81% | 26,32% | 21,40% | 4,77% | 0,55% | 0,07% | 29,60% | 0,00% | 100,00% |

Fonte: Prefeitura Municipal de Londrina (2010), adaptação de layout pelo autor.

Sabemos assim que 47,72 % da população do bairro declararam em 2010 um rendimento nominal médio mensal entre 1 e 5 salários mínimos. Não foram divulgados até o momento da conclusão deste trabalho os dados do Censo 2022 referentes a essa categoria de dados. Com base nos dados da **Tabela 5**, elaboramos o **Gráfico 1**, a seguir.

Gráfico 1 – Classes de rendimento nominal mensal do bairro Piza (Censo 2010).



Fonte: Elaborado pelo autor, sobre base de dados da Prefeitura Municipal de Londrina (2010).

Chama a atenção a quantidade de pessoas de 10 a 64 anos de idade que declararam não ter rendimento algum. Isoladamente, é o maior percentual. É necessário, no entanto, considerar esses resultados com especial cuidado, sendo razoável supor que esses números sofreram significativa alteração nos 12 anos seguintes ao penúltimo censo.

Terminando este subtítulo, o Caderno censitário perfil de Londrina – ano-base 2010 apresenta a taxa de alfabetização dos bairros da cidade. Em relação à média geral do município, o Piza exibe ligeira vantagem (**Tabela 6**).

Tabela 6 – Taxa de alfabetização por bairro de Londrina (2010).

| Taxa de alfabetização das pessoas de 10 anos de idade ou mais, por bairros de Londrina – 2010 | | | |
|---|-----------------------|----------|--------|
| Abrangência | Taxa de alfabetização | | |
| | Homens | Mulheres | Total |
| Londrina | 96,70% | 94,90% | 95,80% |
| Piza | 97,50% | 97,50% | 96,50% |

Fonte: Prefeitura Municipal de Londrina (2010).

3.4 ÁREAS VERDES

O bairro possui várias praças e áreas verdes próximas entre si, além das áreas de preservação permanente (APP) para proteção de córregos e nascentes da região (**Mapa 4**). Existem dois parques maiores: o Parque Lagoa Dourada (71.817,26 m²), de fácil acesso e boa estrutura para lazer e prática de esportes e o Parque Municipal Arthur Thomas (85,47 ha), ponto turístico de Londrina, um oásis urbano que abriga um dos poucos remanescentes de Mata Atlântica original da região norte do Paraná (Prefeitura Municipal de Londrina, 2024b).

Mapa 4 – Parques, praças, áreas verdes e vazios urbanos.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Existem duas praças maiores, que possuem algum mobiliário urbano. As **Figuras 7 e 8** mostram vistas da Praça Nelson Ferracini, na divisa dos loteamentos Parque Residencial Joaquim Toledo Piza e Conjunto Habitacional João Baptista de Almeida Barros (Conjunto “Roseira”). Essa é a praça de maior frequência e vitalidade entre todas, durante o ano todo, em diversos horários do dia e à noite, até por volta das 23 horas, quando as

lanchonetes e bares no seu perímetro encerram as atividades. Na Praça Nelson Ferracini realiza-se todas as quintas-feiras a feira livre, com significativa frequência de moradores de todo o bairro. Na **Figura 9**, um ângulo da Praça Nelino Silva Pereira, a maior praça da região. Sobre esta praça encontram-se o Colégio Estadual Professor Paulo Freire, uma pequena edificação de uma água que outrora abrigou a sede da Associação de Moradores do Jardim Piza (Rua Turim, 83) e um telheiro para um futuro centro comunitário cuja obra nunca passou dos pilares e vigas de cobertura pré-moldados.

Figura 7 – Praça Nelson Ferracini, divisa entre Pq. Res. Joaquim Toledo Piza e Cj. Roseira.



Fonte: Google Street View (2024).

Figura 8 – Praça Nelson Ferracini em dia de feira livre na Rua Georg Von Malte (lateral).



Fonte: Google Street View (2017).

Figura 9 – Praça Nelino Silva Pereira, na junção Rua Turim (esq.) e Rua Veneza (dir.).



Fonte: Google Street View (2024).

A Praça Nelson Ferracini, com 3.437,34 m², estava prevista no projeto do Conjunto Habitacional João Baptista de Almeida Barros (Conjunto “Roseira”, devido ao Córrego da Roseira, que o divide em duas partes), assim como quatro outras. Hoje, estas encontram-se sem qualquer equipamento nem urbanização, embora estejam situadas em locais de forte apelo paisagístico para criação de lugares de encontro e lazer. O **Quadro 1** traz uma breve descrição dessas praças.

Quadro 1 – Praças subutilizadas no Conjunto Roseira

| Praças subutilizadas no Conjunto Habitacional João Baptista de Almeida Barros – Conjunto Roseira | | | | |
|--|------------------------|--|---|--|
| Nome | Área (m ²) | Referência | Descrição | Notas |
| Augustinho Martiniano Perandrea | 990,94 | Entre R. Vitório Zanoni e R. Cabo Luiz Budziak | Formato triangular, terreno com inclinação média de 13,3% | Praça praticamente vazia, contando apenas com 7 árvores frondosas e postes de iluminação pequenos. Não há calçada no perímetro, bancos nem outro mobiliário urbano. O local possui uma vista aprazível em direção à APP do Córrego Roseira e próximo ao Jardim Neman Sahyun. |
| Vitório Zanoni | 661,22 | Rua Vitório Zanoni, na junção com R. Dep. Agnaldo Pereira Lima | Faixa de terra de 12 x 60 m, formato oblongo. | Praticamente um grande canteiro, fazendo a transição de níveis entre a R. Vitório Zanoni e a R. Washington Siqueira. O local é adequado para ajardinamento com espécies de sombra, exatamente em frente a um ponto de ônibus que existe do outro lado da rua. |

| Praças subutilizadas no Conjunto Habitacional João Baptista de Almeida Barros – Conjunto Roseira | | | | |
|--|------------------------|--|---|--|
| Nome | Área (m ²) | Referência | Descrição | Notas |
| Santini Gelini | 2.504,15 | R. Dep. Agnaldo Pereira Lima | Retangular, terreno com forte inclinação, entre 16% e 30% | A parte na R. Dep. Agnaldo Pereira Lima é a de menor inclinação. A praça estava assim destinada no projeto do loteamento. Existem muitas árvores frondosas nessa parte. A forte inclinação, principalmente na área central ($i \geq 33\%$) inviabiliza uma ocupação convencional. No entanto, a partir dessa área inclinada, desfruta-se de uma vista ampla para o Jd. Neman Sahyun e a APP do Córrego Roseira. Um projeto em patamares daria a essa praça um bom aproveitamento. O local hoje é um matagal de difícil manutenção por parte da PML, devido às inclinações. A praça não tem calçada em seu perímetro, tampouco qualquer equipamento ou mobiliário urbano, mesmo na parte menos inclinada. |
| João Severiano da Costa | 1.467,44 | Esq. Ruas Francisco Antonio Galhardi e João Geremias Fernandes | Retangular, terreno com forte inclinação, entre 16% e 30% | Configuração topográfica e problemas idênticos aos da Pça. Santini Gelini, que lhe é adjacente, porém, sem árvores. Apenas uma área vazia com mato de difícil manutenção pela PML. |

Fonte: Elaborado pelo autor.

3.5 VOLUME EDIFICADO

O volume edificado é formado por unidades residenciais e comerciais construídas segundo o que no Brasil se chama de *sistema convencional de construção*: Fundações e superestrutura de concreto armado; paredes de alvenaria de blocos cerâmicos ou de concreto; acabamentos externos em argamassas de cimento protegidas por pintura ou revestimentos cerâmicos. Esquadrias são em geral de metal, vidro ou madeira, e as coberturas (aparentes ou escondidas) em telhas de barro ou cimento. Também comuns são os telhados em chapas de fibrocimento, zinco ou alumínio, sendo as respectivas estruturas construídas de madeira ou perfis metálicos. Todas essas características conferem ao lugar uma aparência de relativa ordem e à sua paisagem urbana uma notável homogeneidade. As **Figuras 10 a 13**, a seguir, mostram exemplos de locações típicas do bairro.

Figura 10 – Vistas típicas do Parque Residencial Joaquim Toledo Piza.



Fonte: Elaborado pelo autor, com base no SIGLON e Google Earth.

Figura 11 – Vistas típicas do Conjunto “Roseira”, em direção ao Jd. Monte Bello.



Fonte: Elaborado pelo autor, com base no SIGLON e Google Earth.

Figura 12 – Vistas típicas do Jardim Neman Sahyun.



Fonte: Elaborado pelo autor, com base no SIGLON e Google Earth.

Figura 13 – Vistas típicas do Jardim Vale Azul e do Residencial José Bastos de Almeida.



Fonte: Elaborado pelo autor, com base no SIGLON e Google Earth.

4 METODOLOGIA

4.1 ESTRUTURA CARACTERÍSTICA DA PESQUISA-AÇÃO

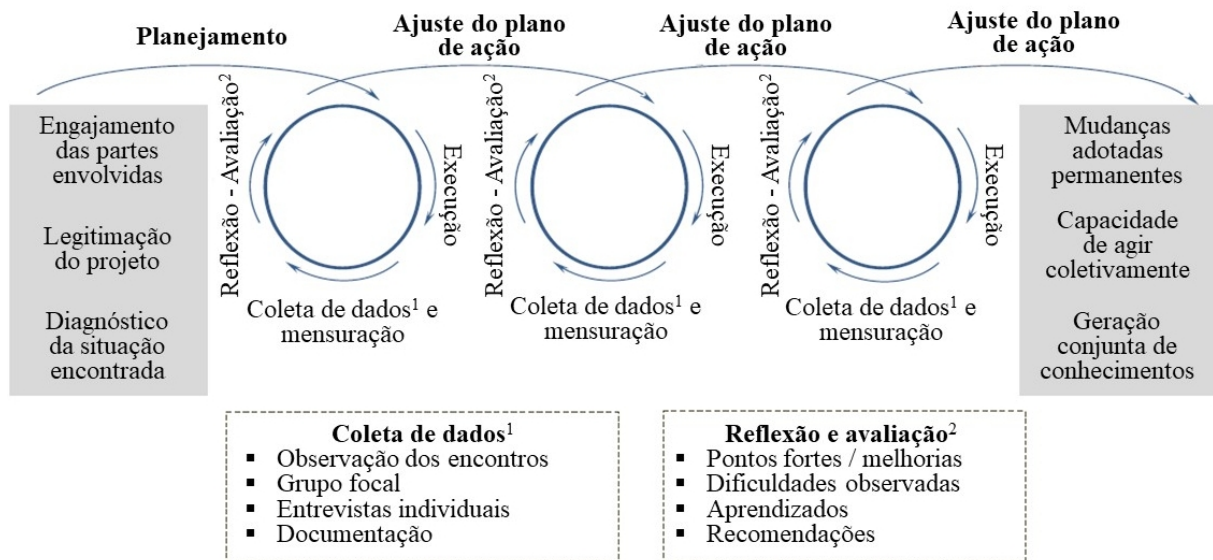
Roy & Prévost (2013, p. 136), em artigo que recupera a história da pesquisa-ação e discute a aplicação dessa metodologia em ciências da gestão, apresentam um diagrama que aperfeiçoa o diagrama de Elliot (1991)³⁵ acrescentando detalhes e mais etapas, prévias e posteriores às iterações da pesquisa. Os autores consideram três etapas anteriores ao planejamento da ação: a) o diagnóstico da situação atual; b) a legitimação do projeto e c) o engajamento das partes envolvidas. Essas três etapas equivalem, de certo modo, às duas etapas propostas por Elliott (1991) em sua análise do diagrama de Lewin (1946) interpretado por Kemmis (1980): a) identificação e ideia inicial da pesquisa; e b) reconhecimento, averiguação e análise. Reconhecem ainda, ao fim dos ciclos, a fase de perenização dos resultados, que se dividem em a) implementação definitiva das mudanças; b) desenvolvimento da capacidade de agir coletivamente e c) a geração conjunta de conhecimentos.

É a partir dessa estrutura, reproduzida na **Figura 14**, que passo a descrever as instâncias de aproximação a serem percorridas até que seja dada a partida no primeiro ciclo, que se inicia com o planejamento das ações e se encerra com a revisão do plano inicial, em vista da implementação das primeiras ações e avaliação de seus resultados preliminares. A finalização dessa readequação do plano inicial, ou seja, o plano revisado e pronto para uma segunda rodada de implementação dá início ao segundo ciclo. A natureza iterativa da pesquisa-ação requer que os planos sejam flexíveis e adaptáveis, e como se trata de um procedimento diretamente ligado a práticas e problemas concretos, cujas decisões baseiam-se em deliberações coletivas e compromisso com mudanças, “na prática nunca é possível antecipar tudo o que precisa ser feito” (McTaggart, 1994, p. 316). De todo modo, neste trabalho considere provável realizar dois ciclos de deliberação-ação-avaliação, com a possibilidade de as transformações desejadas pela coletividade (cognitivas, atitudinais, em

³⁵ Cf. Subtítulo 1.2.1 – Delineamento da pesquisa.

estruturas materiais ou todas em conjunto) eventualmente chegarem a ser implementadas ou ao menos iniciadas.

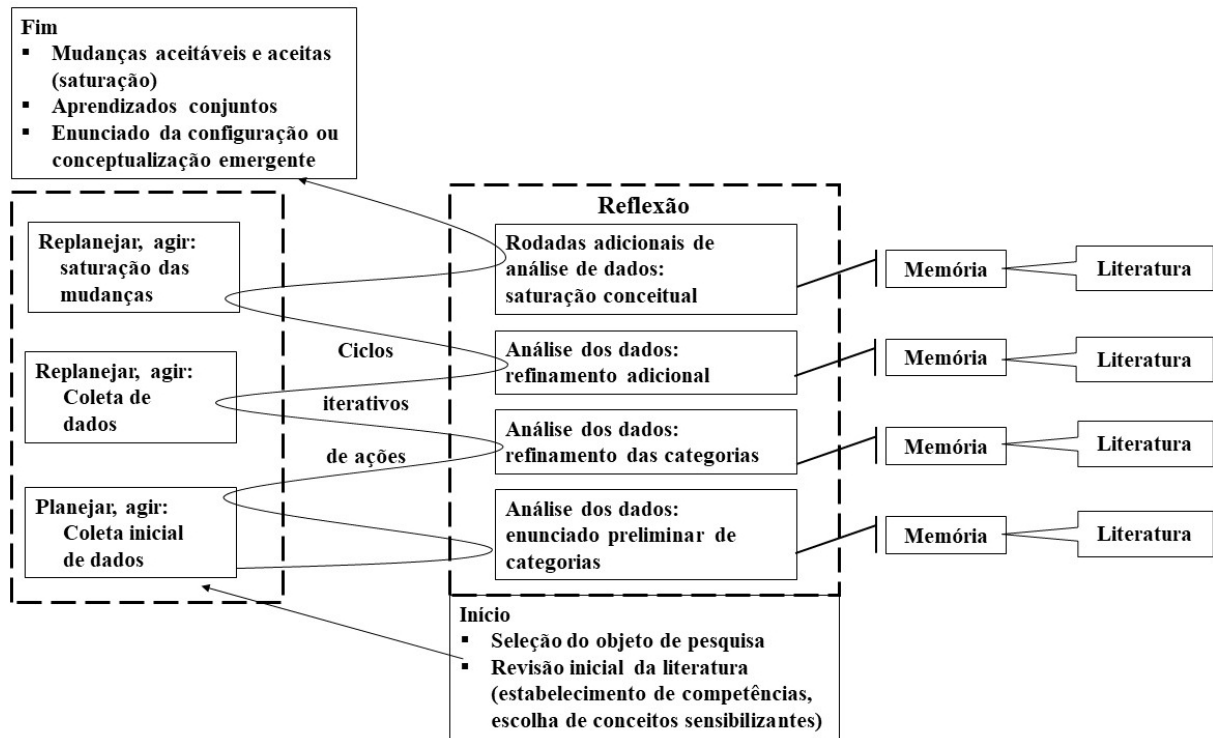
Figura 14 - O ciclo de pesquisa-ação em Roy & Prévost (2013).



Fonte: Roy & Prévost (2013, p. 136), tradução minha.

De acordo com os autores, o procedimento do(s) pesquisador(es) vai acompanhando os ciclos de desenvolvimento dos trabalhos, sendo gerados produtos de conhecimento e de compreensão da realidade, em graus crescentes de refinamento das categorias envolvidas, até um estágio chamado *de saturação*, em que não se constata mais a geração de novos conhecimentos nem a disposição por parte dos envolvidos de promover mais transformações da realidade. Nesse momento a pesquisa-ação chega a termo. A dinâmica desses ciclos, no que concerne ao trabalho do(s) pesquisador(es) está sintetizada na **Figura 15**.

Figura 15 - O procedimento de reflexão-na-ação com registro de uma memória.



Fonte: Roy & Prévost (2013, p. 138). Tradução e adaptação minha.

Assim, nesse procedimento, a cada rodada de coleta de dados, análise e enunciado de categorias, é gerada pelo(s) pesquisador(es) uma *memória* da etapa, sob forma de relatórios, anotações etc., registros estes a serem cotejados com a literatura pertinente. Para isso, faz-se uma *ficha de ação na pesquisa*, referente a qualquer ação a ser planejada e desempenhada de concluída, determinando seus componentes antecipadamente e registrando os que efetivamente foram mobilizados, possibilitando assim comparações entre o planejado e o realizado, em dado momento.

4.2 A ABORDAGEM DA COMUNIDADE DO BAIRRO PIZA

Neste subtítulo apresento o recorte populacional alcançado pelas ações de pesquisa; as ações de busca, identificação e acompanhamento dos principais atores; a estratégia para encontrar e fazer aproximação aos grupos já organizados que atuam de alguma forma no bairro e suas lideranças; bem como os meios de organização de uma instância de discussão análoga a um dispositivo de urbanismo participativo.

4.2.1 Recorte populacional

Segundo o penúltimo censo demográfico realizado pelo IBGE em 2010, o Piza possuía 12.386 habitantes. Pouco mais de 1/4 dessa população (26%) compunha-se de crianças e adolescentes com idades até 14 anos, ou 2.601 pessoas. Destes, 830 eram crianças com idades entre 0 e 4 anos. A população restante era basicamente composta de adolescentes, jovens e adultos (15 a 64 anos), sendo este o grupo majoritário, correspondente a 67,3% da população (praticamente 2/3). Os mais idosos, acima de 65 anos, eram 892 pessoas ou 6,7 % do total. Na ausência de divulgação dos resultados consolidados do Censo 2022 relativos aos estratos populacionais, estes números foram os utilizados como ponto de partida para as análises.

Para realização da primeira aproximação à comunidade de moradores e frequentadores do bairro, a pesquisa de campo, foram considerados prioritários alguns grupos de forte presença no bairro:

1.º Grupo) a população composta pelas famílias de moradores do bairro com filhos matriculados nos centros de educação infantil (CEI) ou centros municipais de educação infantil (CMEI);

2.º Grupo) idem, com filhos matriculados no Ensino Fundamental I e II, nas duas instituições de ensino públicas presentes no bairro: Escola Municipal Prof. Carlos da Costa Branco e Colégio Estadual Prof. Paulo Freire (Ensino Fundamental II e Ensino Médio);

3.º Grupo) diretores, coordenadores, docentes e funcionários das instituições de ensino mencionadas, sejam ou não moradores do Piza. A inclusão dessas pessoas é essencial, ainda que não sejam residentes, pois seu trabalho as coloca mais próximas às famílias e aos jovens do bairro, além de vivenciarem o dia a dia das preocupações da comunidade.

4.º Grupo) pessoas que trabalham nas instituições de saúde e/ou assistência social do bairro, como unidade básica de saúde (UBS), centro de referência em assistência

social (CRAS), centro de assistência psicossocial (CAPS) e instituições congêneres privadas, como clínicas médicas, centros de tratamento e outros.

5.º Grupo) líderes ou membros destacados de organizações socioculturais de caráter religioso cujos locais de moradia e/ou reuniões seja no território do bairro;

6.º Grupo) líderes ou membros destacados de agremiações socioculturais de caráter esportivo ou recreativo cujos locais de reuniões e /ou moradia esteja situado no bairro.

7.º Grupo) comerciantes, profissionais liberais, empresários e prestadores de serviços diversos que têm loja, oficina, ateliê, fábrica ou outro negócio qualquer no bairro e/ou nele residem;

Quanto aos participantes arrolados no 5.º, 6.º e 7.º grupos, é esperado que boa parte deles já esteja incluída de algum modo nos quatro primeiros, uma vez que as aproximações informais perante membros da comunidade, realizadas previamente à iniciativa desta pesquisa, apontaram que existe um número significativo de funcionários da área da saúde pública, de líderes de agremiações culturais de tipo esportivo ou religioso, bem como comerciantes que, além de morar no bairro, são também pais de estudantes das instituições educacionais mencionadas. Assim, a determinação da população envolvida na pesquisa comporta a inclusão de um indivíduo em dois ou mais grupos.³⁶ Em prol da síntese e para melhor organização do trabalho de campo, classificam-se os grupos acima descritos em quatro coletivos maiores, cada um correspondendo a um mini-público diferente, segundo sua mais forte afiliação a uma das quatro esferas principais da vida em comunidade: educação, saúde produção e cultura. São eles:

- *Mini-público 1 – Educação.* Engloba os atores oriundos dos primeiros quatro grupos, i.e., membros da comunidade escolar em geral, sejam alunos, pais, professores, gestores ou funcionários. Esta é a coletividade perante a qual

³⁶ Assim, p.ex., pode haver alguém que seja ao mesmo tempo pai ou mãe de aluno em uma das escolas consideradas, líder de agremiação recreativa e tenha um negócio no bairro.

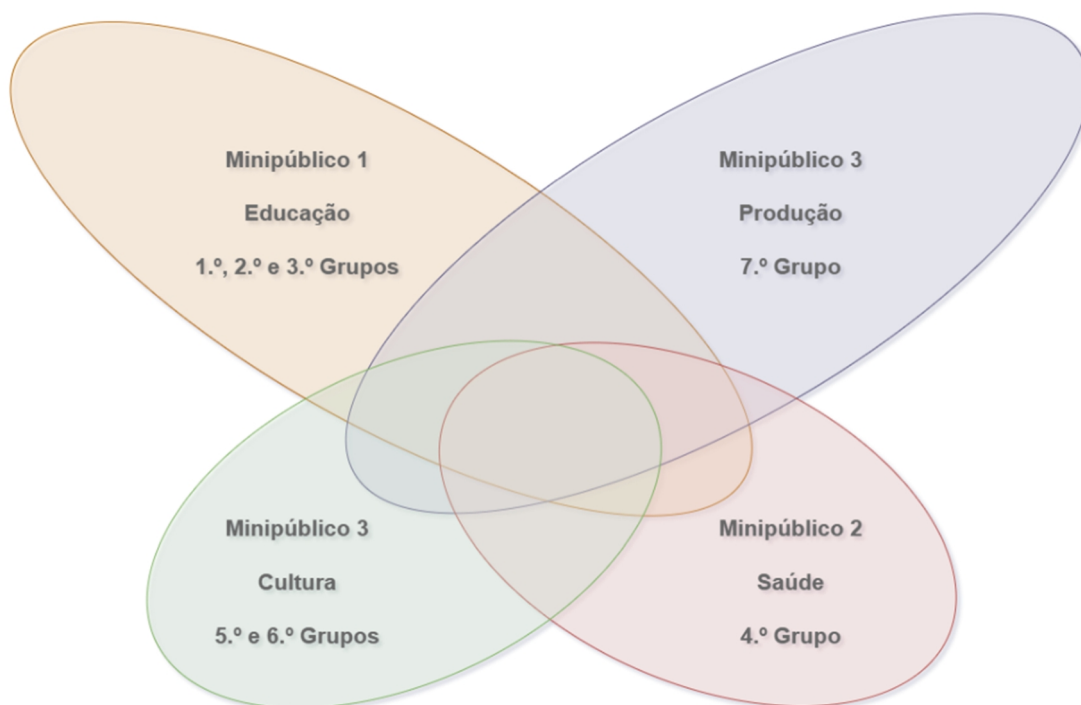
será empreendida a primeira aproximação, dado ser a mais coesa e integrada em duas instituições principais que concentram cerca de 1.500 matrículas;

- *Mini-público 2 – Saúde.* Comporta os atores pertencentes ao 4.º grupo, vinculados aos equipamentos de saúde pública do bairro, seja como usuários ou trabalhadores, e que não tenham sido incluídos no Mini-público 1;
- *Mini-público 3 – Produção.* Composto pelos atores oriundos do mundo do trabalho que não pertençam aos dois mini-públicos anteriores; e:
- *Mini-público 4 – Cultura.* Formado pelas pessoas ligadas a atividades culturais de caráter associativo em geral, sejam esportivas, religiosas ou recreativas e que não estejam incluídas nos demais mini-públicos.

A razão de a primeira aproximação à comunidade ser feita junto às comunidades escolares é justamente porque a partir dela pôde ser mais bem concretizada a intenção educativa da pesquisa, no sentido da construção coletiva de conhecimentos e ainda porque, a partir da aproximação aos seus sujeitos, os demais grupos já vão sendo conhecidos.

A **Figura 16** resume as possibilidades de pertencimento dos atores aos mini-públicos propostos, seja a apenas um, a dois, a três ou a todos.

Figura 16 - Os quatro mini-públicos envolvidos na pesquisa-ação.



Fonte: Elaborado pelo autor.

4.2.2 Objetivos a alcançar para o início do primeiro ciclo

De acordo com a literatura, o primeiro ciclo de uma pesquisa-ação inicia-se com a conclusão de um plano de ação. (Kemmis, 1980; Lewin, 1946; McNiff & Whitehead, 2002; Tripp, 2005). No entanto, existem algumas ações anteriores ao momento de elaboração do projeto pelos envolvidos. Até mesmo antes de qualquer ação concreta, a reflexão sobre uma possível pesquisa, a partir de uma problematização intuitiva de uma realidade percebida já está presente, em um momento denominado *reconhecimento*³⁷ (Elliott, 1991; Lewin, 1946; Tripp, 2005). Três objetivos deverão ser alcançados pelo pesquisador para criar condições de iniciar o primeiro ciclo, de acordo com o recomendado por Roy & Prévost (2013), (cf. Fig. 6): 1º) Formulação de um *diagnóstico da situação encontrada*; 2º) Conseguir, com a comunidade,

³⁷ *Reconnaissance*, no texto original em inglês. Não confundir com *recognition*, que aparece no mesmo trabalho, e tem o sentido de identificação de algo conhecido ou esperado, admissão de certo estado ou situação. *Reconnaissance* (palavra francesa incorporada ao inglês), neste caso, expressa um *conhecer de novo*, enxergar com outros olhos, ver a situação por um ângulo ainda não experimentado que permite perceber aspectos incomuns, portanto, um *re-conhecer* que a problematiza enquanto especula sobre possíveis soluções.

a *legitimação do projeto* e 3º) construir suficiente *engajamento das partes envolvidas* de modo a poder iniciar o planejamento das ações.

4.2.3 Estratégias para diagnóstico da situação encontrada

Antes de começar qualquer aproximação formal às pessoas na comunidade, procedeu-se ao registro desta pesquisa no Comitê de Ética em Pesquisas Envolvendo Seres Humanos (CEP-UEL), condição indispensável à segurança institucional e jurídica deste trabalho. A pesquisa foi registrada nesse órgão da universidade, e aprovada na data de 22 de dezembro de 2023, sob o número do parecer 5.834.349 e N.º CAAE 64939022.3.0000.5231, sendo registrado outrossim o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), a ser apresentado aos participantes da pesquisa no momento de sua adesão.

As primeiras pessoas alcançadas faziam parte dos mini-públicos 1, 2 e 3, sendo que foi a partir de contatos com os gestores das instituições educacionais que a pesquisa de campo se iniciou. A sequência descrita adiante foi elaborada partindo do pressuposto que os contatos seriam bem-sucedidos e que haveria, por parte dos atores contatados, disposição de participar da/na pesquisa. Os passos e instrumentos utilizados para esse fim seriam os seguintes:

1ª Aproximação: Contatos informais, em modo presencial, com os gestores das instituições de ensino (Escola Municipal Prof. Carlos da Costa Branco e Colégio Estadual Prof. Paulo Freire), com objetivo de expor brevemente a ideia da pesquisa-ação e angariar a disposição de colaborar/participar. O produto esperado desta ação na pesquisa é a disposição de participar colaborando. Caso houvesse a concordância dos citados gestores em participar, seria organizada uma primeira reunião formal, idealmente com todos em um mesmo espaço-tempo ou reuniões separadas, se isso não fosse possível, para uma exposição mais completa e detalhada dos objetivos da pesquisa-ação. Esta reunião teria como meta definir consensualmente uma forma de alcançar o maior número possível de pessoas, de acordo com as possibilidades e restrições de acesso do pesquisador a membros da

comunidade escolar pertencente às duas instituições mencionadas. O produto esperado desta ação na pesquisa seria o consenso em torno da definição de um instrumento de comunicação para acesso do(s) pesquisador(es)³⁸ à comunidade escolar vinculada às instituições de ensino públicas do bairro. Exemplos desses instrumentos comunicacionais poderiam ser: construção e divulgação de uma página interativa em redes sociais; produção de audiovisual simples e breve para ser divulgado com esclarecimentos sobre a pesquisa e fazendo apelo ao engajamento; divulgação da pesquisa em grupos de mensagens instantâneas já existentes na comunidade; aplicação de um questionário online com uso do aplicativo Google Forms hospedado nos servidores da UEL, afixação de cartazes ou banners em locais de reunião de pessoas etc.

2ª Aproximação: Uma vez conhecidas as possibilidades e limitações de acesso à comunidade escolar vinculada às instituições de ensino públicas do bairro, bem como definido o instrumento comunicacional a ser utilizado para alcançar a comunidade, implementação desse instrumento, coleta dos dados e cômputo dos resultados (que poderão ser sob forma de respostas ou participações as mais diversas) para posterior tabulação e análise. O objetivo da implementação do instrumento seria divulgar que uma pesquisa-ação estaria sendo realizada no bairro e ao mesmo tempo angariar mais adesões de interessados em participar, de modo a formar um coletivo razoavelmente numeroso, heterogêneo e representativo das famílias ligadas às escolas do bairro, assim como de seus gestores e funcionários. Este grupo maior é o que constituiria o ponto de partida para a ação seguinte, a legitimação do projeto, e passaria a ser denominado *Mini-público 1 – Educação*. Uma vez formado o *Mini-público 1 – Educação*, distinguir, em meio aos seus integrantes, aqueles que de algum modo estejam inseridos também no 4.º, 5.º, 6.º e 7.º grupos. Estes indivíduos seriam naturalmente os primeiros

³⁸ Neste momento, é feito o esclarecimento aos participantes sobre a própria metodologia da pesquisa-ação, apresentando-se materiais audiovisuais simples e atrativos, reforçando particularmente o aspecto colaborativo, em que os atores envolvidos passam a ser considerados co-pesquisadores agregados à iniciativa.

componentes dos outros mini-públicos. Uma composição mais abrangente desses grupos seria formada depois de realizada a ação seguinte, descrita abaixo.

3ª Aproximação: Contatos informais, em modo presencial, com os gestores das unidades básicas de saúde (UBS) do Piza, com objetivo de expor brevemente a ideia da pesquisa-ação e angariar a disposição de participar. O produto esperado desta ação na pesquisa seria a disposição de participar em modalidade de colaboração. Caso houvesse a concordância dos(das) citados gestores em participar, organização de uma primeira reunião formal, idealmente com todos em um mesmo espaço-tempo ou reuniões separadas, se isso não fosse possível, para uma exposição mais completa e detalhada dos objetivos da pesquisa-ação. Nessa reunião deveriam estar presentes também os demais trabalhadores das UBS, como médicos, enfermeiros, pessoal administrativo, de manutenção, limpeza etc. A reunião teria como meta definir consensualmente uma forma de alcançar o maior número possível de pessoas ligadas à referida UBS e que não estejam incluídas no Mini-público 1 – Educação (p.ex., idosos que vivam sós, adultos sem filhos nas escolas públicas do bairro e outras situações), de acordo com as possibilidades e restrições de acesso do pesquisador a membros da comunidade que frequentam as duas instituições mencionadas. O produto esperado desta ação na pesquisa seria o consenso em torno da definição de um instrumento de comunicação para acesso do(s) pesquisador(es)³⁹ à comunidade vinculada às instituições de saúde pública do bairro. Os instrumentos comunicacionais para esse fim poderiam ser os mesmos cogitados anteriormente ou outros, a critério desse grupo.

4ª Aproximação: Uma vez conhecidas as possibilidades e limitações de acesso à comunidade vinculada às instituições de saúde pública do bairro, bem como definido o

³⁹ Neste momento, é feito o esclarecimento aos participantes sobre a própria metodologia da pesquisa-ação, particularmente no aspecto colaborativo, em que os atores envolvidos, em especial os de maior escolaridade, passam a ser considerados, eles mesmos, pesquisadores agregados à iniciativa.

instrumento a ser utilizado para alcançar esse público, operacionalização do artefato comunicacional, coleta dos dados obtidos e cômputo dos resultados (que poderão ser sob forma de respostas ou participações as mais diversas) para posterior tabulação e análise. O objetivo da implementação do artefato comunicacional perante essa coletividade seria o mesmo: divulgar a pesquisa e conseguir engajamento. Na medida do possível, o grupo acima caracterizado deveria incorporar-se a outro formado anteriormente, vindo a participar das deliberações da etapa prévia seguinte, a legitimação do projeto, sendo denominado *Mini-público 2 – Saúde*.

5ª Aproximação: De maneira semelhante, uma vez formado o Mini-público 2 – Saúde, distinguir-se-ia, em meio aos seus integrantes, os que pertencem também aos mini-públicos 3 – Trabalho e 4 – Cultura e assim por diante.

A partir deste ponto, as próximas ações no sentido da constituição de um coletivo mais amplo e representativo da população do Piza deveriam seguir basicamente a mesma sequência, agora para incluir pessoas destacadas ou líderes de agremiações socioculturais de caráter religioso, esportivo e recreativo (5.º e 6.º grupos). Por óbvio, seria feito o cruzamento das informações obtidas durante a constituição do Mini-público 1 – Escolas e do Mini-público 2 – Saúde para verificar a existência de membros dessas associações que eventualmente já teriam sido comunicados da pesquisa por meio do instrumento comunicacional definido pelos grupos anteriormente constituídos. Detive-me a detalhar os passos referentes às comunidades de educação e saúde visto serem esses os segmentos com maior número de ramificações no interior dos demais, facilitando assim, em parte, a tarefa de alcançar os indivíduos nesses grupos.

A mesma sequência de ações seria executada para alcançar o 7.º grupo (comerciantes, prestadores de serviços, profissionais liberais etc.), procedendo-se à mesma verificação de inclusão em outros segmentos, evitando assim a multiplicidade de contatos junto a um mesmo sujeito com apelos à participação, o que poderia aborrecer a pessoa e ter o efeito contrário, ou seja, provocar rejeição a se envolver.

Dependendo de como a pesquisa-ação fosse se configurar diante desses grupos, seria possível saber se as interações poderiam ou não ser em conjunto com os mini-públicos anteriores 1 – Educação e 2 – Saúde (por razões de deslocamentos, horários de trabalho, uso dos locais de reuniões e demais fatores); ou se, ao contrário, seria mais útil para a pesquisa a organização desses participantes em outro tipo de arranjo.

4.2.4 Legitimação do projeto

Tendo sido constituídos os grupos no seio da comunidade com os quais trabalhar, determinados seus perfis e possibilidades de participação bem como seu número, deveriam ser organizadas reuniões formais com objetivo de elaborar uma pauta de transformações no bairro consideradas as mais urgentes e relevantes para o coletivo. É sobre esse rol de mudanças que deveria ser construído um consenso (ou maioria expressiva) em torno da definição de um plano de ação para dar a partida na segunda etapa prévia ao início do 1º Ciclo da pesquisa-ação, que é a *legitimação do plano*. As reuniões seriam registradas pelos meios usuais, como apontamentos que orientam a redação de atas, ou registros audiovisuais com posterior transcrição e outros, sendo tais registros amplamente compartilhados com todos os participantes e a comunidade em geral, em prol da transparência dos atos. Assim seria deixada aberta a possibilidade de adesão de outras pessoas durante o andamento da pesquisa, mesmo que não tenham participado dos momentos iniciais. O projeto seria considerado legitimado quando fosse estabelecido consenso ou maioria expressiva em torno de um objetivo de transformação a ser atingido em primeiro lugar, juntamente com a designação dos atores que participariam diretamente na execução do projeto, bem como a definição de seu grau de autonomia.

Dada a natureza mais focalizada das discussões que caracterizam as reuniões desta fase da pesquisa, posto que seriam instâncias de discussão sobre problemas concretos, i.e., relativos ao espaço físico, era esperado que durante os encontros fossem evidenciados os *saberes cidadãos* referentes aos ELP do Piza. O registro de sua ocorrência seria por meio audiovisual, sendo transcritas as falas para posterior análise com a ferramenta

mapa de associação de ideias, proposta por Spink (2000, pp. 107–122), para uso quando se deseja acompanhar a construção de sentido dos atos de fala cotidianos.⁴⁰

4.2.5 Engajamento das partes envolvidas

Em pesquisa-ação, o ato que encerra a fase preliminar e marca o início do primeiro ciclo é a elaboração conjunta do plano de ações para intervir no real, i.e., a elaboração do projeto ao ponto de sua implementação, quando a ênfase está na ação concreta. Os ciclos seguintes consideram-se iniciados com o término das etapas de avaliações do realizado até determinado ponto e as ações de *replanejamento* ou *revisão* do plano, em razão dessas reflexões sobre os dados coletados e os aprendizados obtidos.

Para dar conta dos objetivos desta etapa seria estruturada uma instância de encontros e deliberações análoga a um dispositivo de urbanismo participativo. Este poderia se estruturar como fórum, contando com reuniões presenciais regulares, ou como uma plataforma online de enquetes, comentários e respostas, como perfil em rede social, ou ainda como uma combinação desses recursos ou outra modalidade. Seria o coletivo quem determinaria a estrutura e *modus operandi* do dispositivo. Uma vez estabelecido, estaria formalizada a instância comunitária em que o participante teria vez, voz e voto no planejamento da solução do problema urbanístico, bem como a oportunidade de expor seu conhecimento do urbano, ao mesmo tempo em que se depararia com o conhecimento de outras pessoas com respeito ao mesmo tema, especificamente quanto aos ELP do Piza.

A possibilidade de efetiva participação no processo de projeto das soluções para os problemas elencados pelo grupo é um dos fatores mais importantes na geração de um tipo de engajamento com suficiente motivação para perdurar por mais um ciclo de pesquisa-ação.

⁴⁰ Os mapas de associação de ideias são uma forma particular de grafia da transcrição de uma entrevista ou depoimento, colocando-se blocos de textos em uma espécie de tabela, permitindo a visualização em separado de vários aspectos da representação coletada pelo pesquisador, e os entrelaçamentos do relato com manifestações pessoais do entrevistado, inclusive quanto a significados afetivos, de pertencimento etc. Consulte-se a referida obra para maiores detalhes. No caso deste trabalho, visto que não chegaram a ser gravadas entrevistas nem outra forma de registro audiovisual, não foram utilizados.

No capítulo 5, descrevo as ações executadas na pesquisa de campo realizada no bairro Piza, em preparação para o processo de pesquisa-ação, os contatos com membros da comunidade, os eventos importantes e os resultados das ações na tentativa de estabelecer um dispositivo de urbanismo participativo.

4.3 MÉTODOS E INSTRUMENTOS UTILIZADOS PARA O DIAGNÓSTICO INICIAL

O método empregado na etapa de diagnóstico⁴¹, ainda na suposição de que seria possível a realização da pesquisa-ação inicialmente delineada, foi a *pesquisa de campo* (ou *estudo de campo*). A pesquisa de campo é empregada para desvelar “conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as *relações entre eles*” (Marconi & Lakatos, 2003, grifo meu). Segundo Gil (2002), é típico dos estudos de campo concentrar-se em uma comunidade (não necessariamente geográfica), seja de trabalho, lazer, estudo, condição de saúde, vizinhança, étnica, religiosa ou outra razão qualquer. Gil (2002) esclarece o papel do pesquisador nos estudos de campo:

No estudo de campo, o pesquisador realiza a maior parte do trabalho pessoalmente, pois é enfatizada importância de o pesquisador ter tido ele mesmo uma experiência direta com a situação de estudo. Também se exige do pesquisador que permaneça o maior tempo possível na comunidade, pois somente com essa imersão na realidade é que se podem entender as regras, os costumes e as convenções que regem o grupo estudado. (Gil, 2002).

Como se trata de uma técnica de documentação direta, coletei os dados no próprio local onde os fenômenos ocorrem, o bairro Piza, em Londrina. Os fenômenos, sua *qualidade espacial urbana* (QEU) e os *saberes cidadãos* da comunidade. A soma de minha vivência no cotidiano do bairro por alguns anos como um participativo morador, com o conhecimento empírico adquirido pela observação crítica, direta e prolongada daquela

⁴¹ Atente-se para o fato de que a *etapa* ou *ação* de diagnóstico da situação não é exclusiva nem característica da pesquisa-ação, mas um momento prévio a qualquer tipo de investigação que se proponha ser feita diretamente no campo, junto a uma comunidade.

realidade, aliada à minha atividade na docência e pesquisa em arquitetura e urbanismo levou-me a inferir que os dois fenômenos estão de algum modo relacionados.

Durante a primeira etapa da pesquisa de campo, a exploração bibliográfica para determinação dos marcos teóricos das duas categorias centrais, emergiu a *urbanidade* como fator frequentemente mencionado; tanto como um dos requisitos da QEU (neste caso, a *urbanidade arquitetônica*, referente à configuração dos lugares urbanos, ao par densidade/diversidade⁴²), quanto como um componente inseparável dos saberes cidadãos, associado ao exercício da cidadania (a *urbanidade social*, referente a comportamentos e a certo modo de interação entre cidadãos).

Sendo esta pesquisa de campo do tipo quantitativa-descritiva, empreguei, como instrumentos de coleta de dados dois questionários, ambos em versões papel e online (Google Forms, hospedado nos servidores da UEL). A população alcançada foi a dos moradores e frequentadores habituais do Piza. A seleção da amostra foi por conveniência, dada a minha inserção nas comunidades de pais e professores das duas escolas públicas do bairro.

As matrículas nessas escolas são divulgadas à população por canais digitais do governo do Paraná e direcionadas automaticamente por sistemas de bancos de dados municipal e estadual de endereços georreferenciados, o que em princípio garante que as famílias dos estudantes sejam moradoras da área de abrangência das instituições. Como os limites dessas áreas de abrangência são em grande parte coincidentes com os limites do bairro, a amostra provou-se acertada, pois a distribuição atingiu moradores de todos os loteamentos que compõem o bairro. O **Mapa 5** mostra a distribuição dos respondentes pelas ruas de moradia. O mapa associa uma linha e um marcador a cada rua com pelo menos um respondente.

⁴² Cf. a obra do geógrafo Jacques Lévi sobre o tema.

Mapa 5 – Ruas do bairro com pelo menos um respondente.



Fonte: Elaborado pelo autor.

A quantidade de questionários a distribuir foi dimensionada para uma fração do número total de estudantes das escolas, cujas turmas têm, em média, trinta alunos cada. Em razão dos recursos disponíveis para impressão, a cada turma foram destinados três conjuntos de documentos (kits), cada um composto por Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), Questionário 1 (Q-1) e Questionário 2 (Q-2), a serem entregues aleatoriamente pelos professores aos pais e responsáveis dos alunos de suas turmas. Os instrumentos foram distribuídos também para todos os servidores das escolas; diretoras, secretárias, professores e demais funcionários.

A **Tabela 7** informa os quantitativos de distribuição e devolução dos questionários.

Tabela 7 – Questionários – distribuição, devolução e validação.

| Grupos de respondentes | Servidores das escolas | Alunos | Turmas | Kits com TCLE + questionários Q-1 e Q-2 entregues e identificação dos sujeitos | | | Questionários devolvidos | | | | Questionários invalidados | | Questionários válidos | | | |
|---|------------------------|-------------|-----------|--|------------|------------|--------------------------|-----------|------------|-----------|---------------------------|-----------|-----------------------|-----------|------------|------------|
| | | | | servidores | famílias | TOTAL | Q-1 | | Q-2 | | Q-1 | | Q-2 | | Q-1 | Q-2 |
| | | | | | | | n | i_R (%) | n | i_R (%) | n | i_P (%) | n | i_P (%) | | |
| Todos | 106 | 1448 | 45 | 106 | 138 | 244 | 136 | 55,7 | 135 | 55,3 | 25 | 18,4 | 29 | 21,5 | 111 | 106 |
| Comunidade escolar CCB | 50 | 579 | 24 | 50 | 72 | 122 | 76 | 62,3 | 76 | 62,3 | 3 | 3,9 | 7 | 5,7 | 73 | 69 |
| Comunidade escolar PPF | 56 | 869 | 21 | 56 | 63 | 119 | 58 | 48,7 | 57 | 47,9 | 22 | 37,9 | 22 | 18,5 | 36 | 35 |
| Online, fora das comunidades escolares* | | | | | 3 | 3 | 2 | N.A. | 2 | N.A. | N.A. | N.A. | N.A. | N.A. | 2 | 2 |

Notas:

CCB - Escola Municipal Prof. Dr. Carlos da Costa Branco

PPF - Colégio Estadual Prof. Paulo Freire

* Pessoas que acessaram o TCLE e os instrumentos online e responderam aos questionários disponibilizados na mesma semana de distribuição dos kits.

N.A. - Não aplicável.

Simbologia:

n = Número de kits encaminhados às instituições

 i_R = Índice de retorno. Calculado como percentual de questionários devolvidos em relação aos distribuídos. i_P = Índice de perda. Calculado como percentual de questionários invalidados em relação aos devolvidos.

Fonte: Elaborada pelo autor.

4.3.1 Questionário 1 (Q-1)

O “Questionário 1 (Q-1) – O que você mudaria para melhor nas ruas, praças e parques do bairro?” trazia onze perguntas elaboradas por mim. As seis primeiras visavam caracterizar o respondente e sua relação com o bairro. As cinco seguintes concentravam-se em avaliações diretas do bairro. Os campos e perguntas de resposta obrigatória estavam marcados com asterisco (*). Deveriam ser preenchidos previamente os campos: a) Nome completo (necessário, para cruzamento de dados com o TCLE, previamente firmado); b) rua de moradia/trabalho/estudo/frequência⁴³; c) telefone para contato; d) e-mail. Na sequência, campos para as informações de praxe, tais como sexo, idade e escolaridade, seguidas pela relação da pessoa com o bairro. O **Quadro 3** apresenta uma sinopse das perguntas, informações de interesse e opções de respostas do Q-1.

Quadro 2 – Sinopse do Questionário 1 (Q-1).

| Questionário 1 (Q-1) – O que você mudaria para melhor nas ruas, praças e parques do bairro? | | | |
|---|----------|---|--|
| Pergunta | Tipo | Objetivo de informação | Número de opções - descrição |
| 1* | Objetiva | Relação do respondente com a região do Piza (escolha única) | 5 - envolvendo moradia, trabalho, estudo etc. |
| 2* | Objetiva | Lugares de vivência (escolha múltipla) | 9 - os loteamentos que formam o bairro |
| 3 | Objetiva | Sexo | 2 |
| 4 | Objetiva | Faixa etária | 5 - adaptação dos critérios da OMS |
| 5 | Objetiva | Escolaridade | 4 - fundamental, médio, superior, não informar |
| 6* | Objetiva | Setor de atividade | 4 - saúde, educação, produção, cultura |
| 7* | Likert | Percepção geral da qualidade dos ELP | 7 - pontuação de 1 a 7 + emojis com as expressões de <i> muito insatisfeito a muito satisfeito</i> |
| 8* | Aberta | Percepção geral do que é mais positivo no bairro | Resposta por escrito |

⁴³ Nesta pesquisa, considerei a rua como *unidade primária urbana*, em razão de sua condição como lugar do primeiro contato com o espaço público, ao deixar o espaço privado da moradia ou outro domínio privativo, e o último lugar desse contato, ao se recolher de volta para ele.

| Questionário 1 (Q-1) – O que você mudaria para melhor nas ruas, praças e parques do bairro? | | | |
|---|--------|--|--|
| Pergunta | Tipo | Objetivo de informação | Número de opções - descrição |
| 9* | Aberta | Percepção geral do que é mais negativo no bairro | Resposta por escrito |
| 10* | Likert | Avaliação da participação da comunidade nas decisões | 7 - pontuação de 1 a 7 + emojis com as expressões de <i> muito insatisfeito a muito satisfeito</i> |
| 11 | Aberta | Auto-avaliação da possibilidade de contribuir | Resposta por escrito |

* Perguntas de resposta obrigatória

Fonte: Elaborado pelo autor.

4.3.2 Questionário 2 (Q-2)

O “*Questionário 2 (Q-2) – Quão bom é o nosso bairro?*” foi elaborado com base em uma tradução e adaptação minha, de um instrumento de diagnóstico definido na *Place Standard Tool (PST)* (Our Place & Architecture and Design Scotland, 2023), uma ferramenta utilizada como protocolo de avaliação de lugares.

A ferramenta PST não se resume a um roteiro de diagnóstico, mas engloba um amplo conjunto de procedimentos padronizados destinados a informar e uniformizar diversos processos de enquete social, desde seu planejamento e organização até a execução dos planos (Horgan & Dimitrijević, 2019). A ferramenta originou-se da constatação, pelos técnicos dos serviços de saúde pública britânicos (*National Health Service – NHS* e *Public Health Scotland – PHS*), do Governo da Escócia e do Conselho da Cidade de Glasgow, de que em lugares com melhores indicadores de qualidade ambiental a incidência de problemas de saúde física, psíquica e mental era significativamente menor do que em outros com indicadores piores. Para enfrentar o problema, o Governo da Escócia criou em 2005 o *Architecture and Design Scotland (A&DS)*, um órgão executivo independente, com o fim específico de pesquisar e propor soluções para melhorar a qualidade de bairros e espaços públicos do país, auxiliando e organizando metodologicamente a realização dos projetos

demandados pelas comunidades, sob o lema da *criação do lugar* (“*creating places*”)⁴⁴ (Architecture & Design Scotland, 2024). Esses trabalhos produziram o conhecimento que levou à estruturação da PST em 2015.

Desde então, a ferramenta tem sido aplicada com sucesso em mais de 90 cidades na própria Escócia e outras do Reino Unido; e em países como Macedônia (Gjorgjev et al., 2020), Noruega (Mouratidis et al., 2024), Espanha (Ocaña et al., 2022) e outros, tendo sido traduzida para mais de dez idiomas⁴⁵. A Organização Mundial da Saúde (OMS) publicou em 2020 um compêndio de ferramentas processuais participativas que promovem o desenvolvimento de ambientes de saúde e bem-estar, destacando instrumentos de aplicação local e desenvolvimento urbano, entre elas a PST (WHO Regional Office for Europe, 2020). Elegemos a ferramenta por seu histórico de aplicações bem-sucedidas em diferentes contextos e países, pelo reconhecimento internacional de sua eficácia, por sua linguagem simples e facilidade de aplicação, além da disponibilidade online e gratuita de todos os materiais de apoio necessários, como o questionário, guias de condução de reuniões etc.

O recurso central da PST é o conjunto de 14 perguntas temáticas, cujas respostas, dadas em uma escala com pontos de 1 até 7, são marcadas sobre um gráfico do tipo radar. O gráfico é preenchido pelo participante à medida em que vai respondendo e a figura formada serve de indicador visual dos pontos fortes e fracos da situação espacial analisada, na visão dele. Na página de cada pergunta existem explicações, perguntas auxiliares e um espaço para anotações, manifestação de opiniões e motivos de ter dado a nota de avaliação. A PST, quando utilizada em sua forma original, em dinâmicas presenciais coletivas e grupos focais, revela-se muito mais que um simples questionário. É de fato um instrumento de estímulo a refletir sobre o lugar e um guia para o encaminhamento de soluções pactuadas que conduzirão à concretização do projeto comunitário. Porém, nesse caso, o material a ser lido no momento de cada resposta é mais extenso, adequado para um dispositivo participativo estruturado, em que a comunidade se reúne em torno de alguma demanda ou ideia já

⁴⁴ O sentido dessa expressão nos documentos explicativos do site Our Place é mesmo que se encontra na literatura como *Placemaking* – criação do lugar.

⁴⁵ Não existia, até a conclusão tradução para o português.

esboçada para melhoria futura do bairro, praça, rua ou outro ELP, e por isso cobra do poder público as soluções.

No caso em tela, o de uma comunidade desarticulada do ponto de vista de ação política, cuja associação de bairro já se encontrava praticamente inativa por décadas quando adveio a pandemia de Covid-19, e que durante anos não mostrou qualquer sinal de preocupação com seus ELP, portanto, nada demandou do poder público nesse sentido, interessava-me apenas coligar as avaliações e opiniões dos moradores, bem como os comentários sobre cada tópico de avaliação. Parti do pressuposto que o material que obteria, mesmo sendo uma imagem incompleta de seus *saberes cidadãos* (verificáveis somente no caso de ter sido instituído um verdadeiro dispositivo de urbanismo participativo, contexto em que se manifestariam plenamente), seria suficiente para validar a hipótese de ser a urbanidade o fator que relaciona tais saberes à QEU. Os resultados obtidos mostraram o acerto da opção. Portanto, o Q-2 foi elaborado utilizando como referência as 14 perguntas temáticas da PST, em traduções o mais simplificadas e curtas possível, sem, no entanto, desviar seu interesse (**Quadro 4**). A **Figura 39** mostra um exemplo de pergunta do Q-2 como apareceu impressa, com a escala Likert de sete pontos e espaço para comentários (cf. **Apêndice E**).

Figura 17 – Exemplo de pergunta como impressa no Q-2

11) Senso de identidade e pertencimento
(Histórias compartilhadas, família, amigos e relação com o bairro)

1 2 3 4 5 6 7

Gostaria de comentar?

Fonte: Elaborada pelos autores.

Quadro 3 – Correspondência entre perguntas da PST e traduções simplificadas.

| Questionário 2 (Q-2) – Quão bom é o nosso bairro? | | | |
|--|------------------------------------|--|---|
| Pergunta | Tema (tradução do original) | Pergunta no idioma original | Tradução simplificada |
| 1 | Mobilidade ativa | Can I easily walk and cycle around using good-quality routes? | Condições para caminhar e pedalar * (mobilidade ativa) |
| 2 | Transporte público | Does public transport meet my needs? | Qualidade do serviço de ônibus * (Condição dos veículos e frequência) |
| 3 | Trânsito e estacionamento | Do traffic and parking arrangements allow people to move around safely and meet the community's needs? | Trânsito no bairro * (Segurança, facilidade de circulação, orientação e para estacionar) |
| 4 | Ruas e espaços livres | Do buildings, streets and public spaces create an attractive place that is easy to get around? | Paisagem urbana * (Visual das ruas, edificações, espaços públicos, facilidade de se localizar) |
| 5 | Áreas verdes | Can I regularly experience good-quality natural space? | Áreas verdes * (Visual, qualidade dos equipamentos e facilidade para acessar) |
| 6 | Jogos e recreação | Can I access a range of space with opportunities for play and recreation? | Lugares para brincar, esporte e lazer * (Qualidade e variedade, para crianças, adolescentes e adultos) |
| 7 | Equipamentos urbanos e facilidades | Do facilities and amenities meet my needs? | Serviços públicos, comércio e serviços locais * (Qualidade, quantidade e variedade) |
| 8 | Emprego e economia local | Is there an active local economy and the opportunity to access good-quality work? | Empregos e economia local * (Qualidade, oferta e variedade) |
| 9 | Habitação e comunidade | Do the homes in my area support the needs of the community? | Moradias do bairro * (Qualidade das moradias, variedade e quantidade para venda/aluguel) |
| 10 | Interação social | Is there a range of spaces and opportunities to meet people? | Lugares de interação social * (Quantidade, qualidade e variedade de lugares para encontrar as pessoas) |
| 11 | Identidade e pertencimento | Does this place have a positive identity and do I feel I belong? | Senso de identidade e pertencimento * (Histórias compartilhadas, família, amigos e relação com o bairro) |
| 12 | Sensação de segurança | Do I feel safe here? | Sensação de segurança * (Em geral, horas do dia, dias do ano) |
| 13 | Cuidado e manutenção | Are buildings and spaces well cared for? | Cuidado e manutenção* (Ruas, calçadas, construções, praças etc.) |
| 14 | Influência e senso de controle | Do I feel able to take part in decisions and help change things for the better? | Minha participação e influência na comunidade * (Em relação às decisões sobre o bairro) |








Nota: O texto entre parênteses é uma síntese dos objetivos das perguntas auxiliares e dos textos explicativos que as acompanham.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base na ferramenta *Place Standard* (Our Place & Architecture and Design Scotland, 2023).

4.3.3 Tipos de questões e modos de respostas

Quanto à forma de resposta aos questionários, havia perguntas objetivas, de múltiplas opções, e outras com escala Likert e espaço para eventuais comentários. Desse modo, as perguntas 7 e 10 do Q-1 e todas as 14 perguntas do Q-2 foram acompanhadas de uma escala Likert de 7 pontos e emojis correspondentes. O **Quadro 5** esclarece a pontuação e as avaliações associadas a cada emoji, dependendo do quesito da pergunta. Na apresentação dos resultados do Q-2, utilizamos as avaliações simplificadas.

Quadro 4 – Escala Likert, emojis, pontuações e avaliações associadas.

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Emojis utilizados nos questionários e pontuação |  |  |  |  |  |  |  |
| Quanto à Satisfação | Muito insatisfeito | Insatisfeito | Um pouco insatisfeito | Neutro, indiferente | Um pouco satisfeito | Satisfeito | Muito satisfeito |
| Quanto à Qualidade | Péssimo | Muito ruim | Ruim | Regular | Bom | Muito bom | Ótimo |
| Quanto à Intensidade | Inexistente | Muito fraca | Fraca | média | Forte | Muito forte | Intensa |
| Avaliações simplificadas | Ruim ou péssimo Níveis de insatisfação | | | Regular | Bom ou ótimo Níveis de satisfação | | |

Fonte: Elaborado pelos autores.

4.3.4 Não-conformidades anulatórias de instrumento

Finalmente, durante a revisão dos questionários para tabulação das respostas, foram constatados oito tipos de não-conformidades (NC), entre elas cinco que invalidavam os instrumentos. As demais apenas invalidavam alguma resposta ou geravam uma ambiguidade contornável, p.ex., o comentário de uma pergunta claramente escrito no campo de outra. As NC anulatórias de instrumento foram:

- NC-01 – Questionários devolvidos sem o TCLE anexado;
- NC-02 – TCLE devolvido sem identificação e/ou assinatura, ainda que a identificação constasse dos questionários respondidos;

- NC-03 – TCLE devolvido somente com uma assinatura ilegível, sem o nome da pessoa por extenso, ainda que constasse legível nos questionários;
- NC-04 – TCLE preenchido, legível e assinado, mas instrumento(s) devolvido(s) em branco.
- NC-05 – Conjunto de documentos preenchido por uma pessoa menor de idade.

5 AS AÇÕES NA PESQUISA

Neste capítulo, relato as ações implementadas no campo de pesquisa, os obstáculos enfrentados, os sujeitos participantes e descrevo os passos para obtenção dos dados objetivos que resultaram em evidências. Todos os nomes de pessoas foram substituídos por iniciais maiúsculas ou nomes fictícios, a fim de resguardar as identidades dos sujeitos mencionados.

5.1 EM BUSCA DOS SABERES CIDADÃOS NA COMUNIDADE DO PIZA

Iniciado em março de 2019, este trabalho teve sua etapa de pesquisa de campo, necessária para a fase prévia à formulação de um diagnóstico, programada para ocorrer a partir de agosto de 2020, com todas as etapas posteriores na modalidade presencial. A pandemia de Sars-COV2 (Covid 19), que interrompeu as atividades acadêmicas na UEL em 17 de março de 2020, forçou o adiamento do início desses trabalhos para meados do segundo semestre de 2021. Durante todo aquele ano, no entanto, ainda havia muitas restrições a reuniões presenciais e apenas uma pequena parte da população brasileira havia sido vacinada. O efeito dessas restrições sobre uma comunidade que fazia anos já vinha sem uma representação foi nefasto. O que já estava claramente desarticulado passou a ser virtualmente inexistente. Como sói acontecer nesses casos, o esvaziamento da ação política local que poderia beneficiar uma coletividade maior acaba sendo preenchido por caçadores de oportunidades de benefícios setoriais, que se utilizam da coisa pública para atendimento de interesses particulares. Nesta subseção descrevo as providências e os eventos que possibilitaram o início da pesquisa de campo, a busca ativa pelos atores significativos da coletividade e as ações de comunicação implementadas, bem como os meios utilizados.

O planejamento para a pesquisa de campo inicia-se, de fato, no primeiro semestre de 2022. A partir desse momento, realizei a pesquisa bibliográfica sobre as modalidades de pesquisa-ação e suas providências práticas. Trata-se de uma estratégia que pode ser considerada mais do que um método, mas uma metodologia, haja vista a necessidade de utilizar, no processo da pesquisa-ação, diversos métodos, a depender da fase

do trabalho e da necessidade que se apresentar. Assim, para a primeira aproximação à comunidade, na qualidade de pesquisador e não como simples vizinho ou amigo, determinei que a *pesquisa de campo* seria o método apropriado, pelo fato de colocar o pesquisador diretamente na realidade que pretende investigar, em contato com os indivíduos ou grupos que lhe podem auxiliar com informações diretas ou indicações importantes de onde conseguir mais dados.

5.2 O CONTATO COM A ADMINISTRAÇÃO DA UBS PIZA/ROSEIRA

Um pouco antes da aprovação da pesquisa no CEP-UEL, eu já iniciara os contatos informais e a busca ativa pelos atores individuais e institucionais que imaginava poderiam vir a colaborar na pesquisa, sem, no entanto, inquirir sobre algum aspecto específico do bairro ou solicitar dados de pessoa alguma; apenas encontros quase casuais. Entre esses primeiros potenciais participantes estava o conjunto de servidores da Unidade Básica de Saúde Dra. Maria do Socorro N. Brito (UBS Piza/Roseira), que comporiam uma parte importante do mini-público *Saúde*. Priorizei a UBS devido à sua grande importância junto à comunidade, atendendo milhares de moradores de todas as faixas etárias. Os objetivos buscados com essa colaboração eram: a) divulgar, junto ao corpo de servidores da UBS a existência da pesquisa, bem como angariar respondentes entre os que nela trabalham; b) obter permissão para afixar no mural da recepção alguns materiais de divulgação (cartazes em formato A5 com códigos QR que levavam aos questionários online); c) fazer divulgação da pesquisa junto aos grupos de atividades externas ligadas à saúde coordenados por profissionais da UBS, como, p.ex., os de ginástica na praça Nelson Ferracini; d) obter indicações de outros indivíduos ou grupos na comunidade que se interessariam em participar na pesquisa.

Depois de diversas tentativas frustradas de agendamento de uma reunião com a diretora da UBS Piza/Roseira, finalmente logrei agendar o encontro, em 4 de agosto daquele ano. A diretora, Sra. G. F. I., demonstrou simpatia pela iniciativa e marcamos uma segunda reunião, para o dia 28 de setembro. A reunião aconteceu, dessa vez com mais tempo para que eu explicasse a pesquisa e como seria encaminhada, e foi obtida a autorização por escrito para realização das referidas ações de pesquisa junto aos servidores da UBS (**Anexo B**).

Ficou também acertado que eu teria 20 minutos para apresentar a pesquisa ao conjunto dos servidores, no início da próxima reunião geral a ser marcada. De fato, no dia 9 de novembro, a reunião aconteceu como planejado e pude apresentar para cerca de 30 pessoas todos os aspectos da pesquisa-ação que se realizaria. Naquela ocasião, pelos comentários, sugestões e intervenções construtivas que os médicos, enfermeiros e demais funcionários fizeram durante meu tempo de exposição, percebi o interesse geral suscitado pela pesquisa e que este grupo seria de grande valia no processo. Ficou decidido então que tão logo saísse o aval do CEP-UEL para realização da pesquisa, todos os presentes participariam desse esforço. Recordemos que tal aprovação saiu três dias antes do Dia de Natal daquele ano, época de festas e férias, pouco favorável para contatar pessoas em posição de decisão e lhes falar de pesquisa.

Uma vez emitido o parecer do CEP-UEL, foram postados os questionários online e iniciaram-se as primeiras ações de divulgação, junto a membros da comunidade. Porém, nenhum questionário online havia sido respondido até março do ano seguinte. Diante desse imprevisto, decidi imprimir os questionários para os 41 servidores da entidade e pretendia solicitar sua distribuição, deixando-os na recepção. Por precaução, como tal não havia sido acertado previamente, e sim que todos responderiam aos questionários online, mais uma vez procurei a direção da UBS para comunicar-lhe dessa alteração. Ocorre que a Sra. G. F. I. estava de férias, só voltaria dali a um mês, tendo sido substituída pela Sra. M. F. – que estava de férias quando da reunião geral à qual compareci, em 9 de novembro do ano anterior, e nada sabia “nem tinha ouvido falar” de que haveria a pesquisa na instituição. Ainda, que era ela a diretora da UBS, que a Sra. G. F. I. apenas a estava substituindo na ocasião, não tendo autoridade para emitir tal permissão e que, portanto, não me concederia realizar a pesquisa junto aos servidores. Apontou como solução que eu buscasse autorização da Divisão de Assistência Primária à Saúde (DAPS) de Londrina, pois esta seria a instância competente para permitir a realização da pesquisa. Diversos contatos foram feitos com esse órgão, inclusive visitas pessoais para conseguir ser atendido e agendar uma reunião, mas constatei haver uma grande dificuldade de acesso à pessoa responsável. Em face das sucessivas perdas de tempo que se avolumavam ao insistir nesse grupo, concentrei-me em buscar alguma outra coletividade organizada do bairro.

5.3 O CONTATO COM A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO “JARDIM” PIZA

Tradicionalmente, o período próximo às festas de final de ano é de férias escolares. Por esse motivo, as ações de busca ativa por membros da comunidade dispostos a participar, em especial o contato com as comunidades escolares, foi retomado somente depois do período de férias, a partir de 6 de fevereiro de 2023⁴⁶. Todavia, logo depois das festividades de Natal e Ano Novo, iniciei a preparação dos materiais para postagens em redes sociais, iniciadas em 9 de janeiro de 2023. Quanto aos contatos preliminares com as diretorias das duas escolas públicas do bairro, já tinham sido feitos durante o segundo semestre de 2022. A autorização por escrito da diretoria do Colégio Estadual Professor Paulo Freire, inclusive, já havia sido obtida em 5 de outubro daquele ano (**Anexo C**).

Voltei-me então, novamente, para a tentativa de encontrar alguma instância de organização popular existente no bairro, buscando uma última vez a associação de moradores, que a pesquisa prévia havia revelado que existira e ainda constava como ativa no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas (CNPJ). Embora eu já tivesse feito uma demorada pesquisa em bancos de dados públicos e descoberto que uma certa senhora A. L. D.⁴⁷ havia sido a presidente da Associação de Moradores do Jardim Piza⁴⁸, e tivesse tentado de várias formas localizá-la sem sucesso, decidi buscar mais uma vez, agora em redes sociais alguma referência dessa associação, que chegou a dispor de uma sede, à Rua Turim, n.º 83 (**Figura 17**); construída sobre uma praça pública (Pça. Nelino Silva Pereira).

⁴⁶ Data de retorno às aulas nas duas escolas públicas do bairro, uma municipal e outra estadual, em calendários letivos coincidentes.

⁴⁷ Nesta pesquisa todos os nomes de pessoas relacionadas de alguma forma com o bairro foram ocultados, substituídos por iniciais ou por nomes fictícios, preservando assim as identidades dos sujeitos.

⁴⁸ Tal é a denominação mais popular do Parque Residencial Joaquim Toledo Piza.

Figura 18 – Sede da Associação de Moradores do Jardim Piza em julho de 2019.



Fonte: Google Street View – Pormenor do panorama C1DK7ZreyLGgBhdm8_9TuA, detalhe ampliado em edição digital pelo autor.

Essa pequena construção ainda existente, de aproximadamente 100 metros quadrados, tinha se tornado a residência do Sr. Martinho,⁴⁹ morador no local havia mais de 20 anos e que na época do nosso contato cuidava da parte da edificação destinada a banheiros e vestiários de apoio ao campo de futebol que há nessa praça. Fiz contato com este senhor, e lhe indaguei sobre a Sra. A. L. D., porém, ele disse que não participava mais da Associação, não a conhecia e não soube dar qualquer indicação.

Por outro lado, foi constatada a existência de um perfil na rede social Instagram, cujo nome faz referência ao bairro. Nesse perfil, que faz crer tratar-se de um perfil “oficial” da Associação dos Moradores do Jardim Piza (no *lead* do perfil lê-se: “Assoc. Moradores Jardim Piza – Trabalho voltado a busca de melhorias para nós moradores do Jardim Piza”). Entrei em contato com o administrador do perfil, Sr. Wanderson⁵⁰, que me informou não ser ele o presidente da associação, que na verdade “estava participando” da entidade e

⁴⁹ Nome fictício.

⁵⁰ Nome fictício. Nesse perfil do Instagram, até o dia 18 de julho de 2024 havia 42 publicações, 240 seguidores e 449 perfis seguidos.

que a presidente atual era a Sra. D. C. M.⁵¹. Chama a atenção nesse perfil o foco quase exclusivo sobre o campo de futebol que há na Pça. Nelino Silva Pereira e nas atividades de uma escola particular de futebol que o utiliza regularmente. Em praticamente todas as fotos, aparece o Sr. Wanderson em alguma situação ligada ao referido campo, que é cercado, possui portões e controle de acesso, mesmo sendo uma área pública. Entre os escassos 42 posts (até 29 jul. 2024), praticamente não existem fotos ou textos relativos a alguma preocupação com outra parte do bairro, a outras demandas dos moradores nem a outros interesses não relacionados a essa área.

Tampouco existem postagens que seriam de se esperar de uma associação de moradores, como, p.ex., fotos das reuniões dos líderes na sede da associação ou na residência de algum membro, das assembleias com moradores, fotos de momentos importantes como votações, fotos de visitas a locais problemáticos do bairro, contatos com membros de entidades religiosas e outras pessoas com que normalmente coletivos como esses se relacionam a fim de buscar apoio para seus projetos. Além dessas características atípicas, não existe postagem alguma em que apareça a Sra. D. C. M.⁵², a presidente; ou mesmo alguma postagem feita por ela. Existem várias postagens com vereadores, mas sempre com foco exclusivo na praça em que há o campo de futebol. Interessante observar que os vereadores que aparecem nas fotos são os que defendem a privatização da gestão de áreas públicas na cidade de Londrina⁵³, apoiando projetos que, se aprovados, podem até viabilizar cobrança de ingresso às praças e outras áreas públicas da cidade.

Uma postagem em vídeo, de 3 de março de 2023, mostra uma reunião de pessoas não identificadas⁵⁴, em torno de um projeto de revitalização da praça impresso em uma prancha colorida de grande formato e com muitos desenhos em perspectiva. A pesquisa

⁵¹ Por várias vezes solicitei ao Sr. Wanderson que me passasse o contato da Sra. D. C. M., porém, sem sucesso. Quando eu voltava ao assunto, percebia certo incômodo, que o levava a direcionar a conversa de forma evasiva.

⁵² Pessoa que consta como presidente no Cadastro Geral de Pessoas Jurídicas – CNPJ, desde 26 de outubro de 2022. No entanto, a Sra. A. L. D. constava como presidente desde 18 de janeiro de 2012. É instrutivo notar que o número de telefone celular que ainda consta no CNPJ é, supostamente, o da Sra. A. L. D., número esse que ao ser discado retorna “número inexistente”.

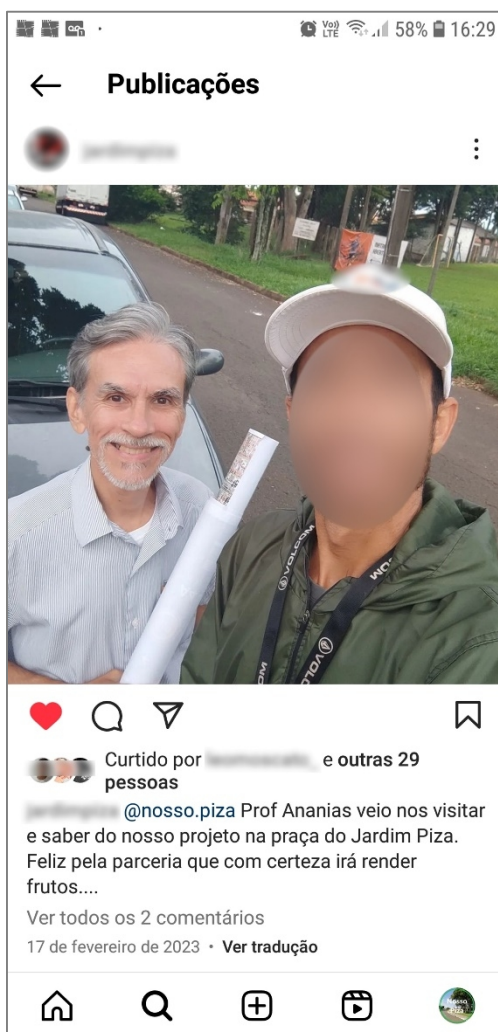
⁵³ Cf.: Projeto de Lei 203/2021 – <https://www1.cml.pr.gov.br/cml/site/projetodetalhe.xhtml?codigoproj=PL002032021&codigo=PL002032021>.

⁵⁴ Exceto um vereador, identificado no texto da postagem.

não encontrou registros de que tenha existido um processo participativo envolvendo a comunidade do Piza, cujas aspirações em relação a essa praça tenham resultado no referido projeto. Outrossim não há nesse post qualquer referência a duas presenças indissociáveis dessa mesma área de praça, visto estarem literalmente *sobre* ela: a horta comunitária do Piza, que faz divisa com o campo de futebol, e o Colégio Estadual Professor Paulo Freire, levando em conta a possibilidade de o campo ser utilizado para atividades pedagógicas e esportivas dos alunos (aulas de Educação Física, p.ex.).

Em suma, na visão do Sr. Wanderson e, possivelmente, das pessoas que aparecem nas postagens em apoio ao projeto de revitalização da Praça Nelino Silva Pereira não se percebe uma apreensão de conjunto com relação à praça como *lugar*, em meio a ruas e casas do entorno, uma igreja que há do outro lado da rua, enfim, parece não haver uma percepção que leve em conta o que está *além* do campo de futebol. Na referida postagem do dia 3 de março de 2023 é possível ver que tanto a horta comunitária como o colégio aparecem em branco. Aparentemente, todas as demais postagens (inclusive duas, referentes à falta de uma cobertura na entrada da UBS Piza) lá estão para dar a impressão de que existe uma atuação fora do foco do campo de futebol. As indicações desse fato são claras, uma vez que se constata não haver sequência dessas postagens, que aqui designo de perfunctórias, cujas supostas preocupações deveriam ser objeto de um acompanhamento e, portanto, de postagens sequenciais dirigidas à comunidade como numa espécie de prestação de contas do encaminhamento do assunto. Fato significativo é que um registro fotográfico daquele primeiro contato presencial que tive com o Sr. Wanderson, em 17 de fevereiro de 2023, para lhe mostrar um mapa geral do Piza, os pontos que necessitavam atenção e comunicar da existência da pesquisa para angariar o apoio da associação para ela, foi postado no referido perfil *como se eu estivesse participando com ele no mesmo interesse pelo campo de futebol* (sic). Na postagem lê-se “...parceria que que com certeza irá render frutos...”. Como já suficientemente descrito nos itens 1.2 e 4.1, em uma pesquisa-ação, o termo *parceria* se refere a algo distinto dessa abordagem. A **Figura 18** reproduz esse registro.

Figura 19 – Postagem no Instagram – Praça Nelino Silva Pereira, Rua Turim, 83.



Fonte: Acervo do autor. A sigla @nosso.piza é uma referência à conta criada por mim nessa rede social para a pesquisa, acessada para captura desta imagem.

O objetivo da *reunião*⁵⁵ foi divulgar a presente pesquisa, comunicar a importância do próprio programa de pós-graduação (PPU) e como as pesquisas desenvolvidas nele poderiam ajudar a cidade; além de reforçar a necessidade de uma iniciativa de urbanismo participativo junto à comunidade, visando não apenas *conhecer a realidade* dos saberes dos cidadãos, mas chegar à implementação de ações concretas, mesmo que pontuais (urbanismo

⁵⁵ Reitere-se: Não fui *visitar* o Sr. Wanderson para conhecer seu projeto, que nem suspeitava existir, dada a virtual invisibilidade da associação de moradores na vida do bairro. Fosse essa associação presente e atuante, teria sido impossível para mim, como morador por nove anos no bairro, nunca ter ouvido falar desse projeto, ainda mais tendo uma filha matriculada justamente no colégio que fica sobre a praça. Adiante veremos como nem mesmo a direção do colégio sabia da existência desse projeto, do outro lado de seu muro, como se a praça e o colégio fossem mundos à parte.

tático, talvez), para *transformação da realidade* da qualidade espacial urbana do bairro – os dois objetivos inseparáveis de uma pesquisa-ação.

Diante do exposto, concluí que a referida associação não representava o interesse geral dos moradores da região do Piza, ainda que sua atuação pudesse vir a trazer benefícios reais como a reforma da Praça Nelino Silva Pereira (mesmo com um projeto em completa desarticulação com a horta comunitária e o Colégio Estadual Prof. Paulo Freire)⁵⁶. Afinal, diante do estado absolutamente lamentável em que se encontrava a praça, qualquer intervenção de limpeza e conserto parecerá – e será, de fato, diante das décadas de abandono completo –, algo muito relevante para o bairro⁵⁷.

Descartada a possibilidade de uma divulgação via associação de moradores, dada a sua invisibilidade no bairro e em vista do particularismo de seu interesse imediato, o que limita seu alcance a um universo muito restrito de indivíduos – além da instantânea e evidente tergiversação de meu interlocutor quando eu mencionava o tema da participação em bases mais amplas –, voltei-me para as comunidades escolares do bairro, a saber, as de pais e mestres da Escola Municipal Professor Doutor Carlos da Costa Branco (doravante denominada *Comunidade CCB* ou, simplesmente, CCB) e do Colégio Estadual Professor Paulo Freire (idem, *Comunidade PPF* ou PPF).

Os próximos subtítulos apresentam uma cronologia parcial e resumida das ações de busca pelos membros da comunidade, separados por grupos, instituições ou locais. Este relato versa apenas sobre os eventos principais e as informações mais relevantes que caracterizaram o percurso dessas buscas. Assim, a ordem em que são apresentados os eventos dentro de cada subtítulo é referente à cronologia das ações perante o grupo mencionado, não refletindo ordem cronológica precisa em que ocorreram, visto que as ações da pesquisa de campo não foram lineares, sujeito por sujeito, mas executadas de modo intercalado, de acordo com as ocasiões que se apresentavam propícias. O **Apêndice J** traz um quadro com as

⁵⁶ No momento em que escrevo esta tese há uma licitação em curso na PML para execução das obras de revitalização Cf.: Folha de Londrina, 1 de abril de 2024 – [Prefeitura realiza licitação para revitalizar Praça do Jardim Piza \(folhadelondrina.com.br\)](https://www.folhadelondrina.com.br) e Jornal União, 2 de abril de 2024 – [Prefeitura realiza licitação para revitalizar Praça do Jardim Piza \(jornaluniao.com.br\)](https://www.jornaluniao.com.br) .

⁵⁷ Nome fictício.

105 principais ações, na ordem cronológica exata em que ocorreram, com a respectiva numeração dos eventos.

5.4 A PESQUISA DE CAMPO JUNTO ÀS COMUNIDADES ESCOLARES DO PIZA

Os primeiros contatos informais com as diretoras e secretárias das escolas públicas de ensino fundamental e médio do bairro foram feitos entre 4 e 7 de julho de 2022, pouco antes desta pesquisa ser qualificada para prosseguir. Foram conversas preliminares em que fiz uma breve apresentação da pesquisa, com a finalidade de me fazer lembrado e tentar obter a concordância para a realização do trabalho perante as comunidades escolares, representada pelas Associações de Pais e Mestres (APM). Nesta seção apresento a sequência de ações da pesquisa junto às comunidades escolares CCB e PPF.

5.4.1 Abordagem da Comunidade Escolar CCB

Evento n.º 008 27/09/2022 | Retornei à CCB. Falei com a Diretora Prof.ª J., que informou que havia um processo eleitoral em curso para o cargo de diretor. Ela declarou que não podia autorizar a realização da pesquisa e que ia levar o assunto à APM. Segundo informou, é a APM quem autoriza ou não a realização da pesquisa junto à comunidade escolar, bem como o uso do espaço e recursos da escola para tais reuniões. Ela disse que assim que tivesse uma posição da APM ela avisaria, mas não tinha previsão de quando seria, pois era assunto que teria de entrar no calendário de reuniões da escola/APM. Seria item de pauta na próxima reunião.

Evento n.º 011 04/10/2022 | Contato com a diretora do CCB - Nada definido sobre a próxima reunião da APM. Contato com a Unopar Câmpus Piza. Não consegui passar da portaria. Deixei alguns folhetos explicativos com o funcionário da guarita, para serem entregues às pessoas responsáveis.

Evento n.º 016 08/11/2022 | Visita à CCB - Diretora J. não estava. Segundo a secretária, não deu retorno devido ao falecimento do pai naquele período. Por esse

motivo, não aconteceu a reunião da APM. Solicitado envio de e-mail para a escola, para formalizar contato/proposta de trabalho da pesquisa.

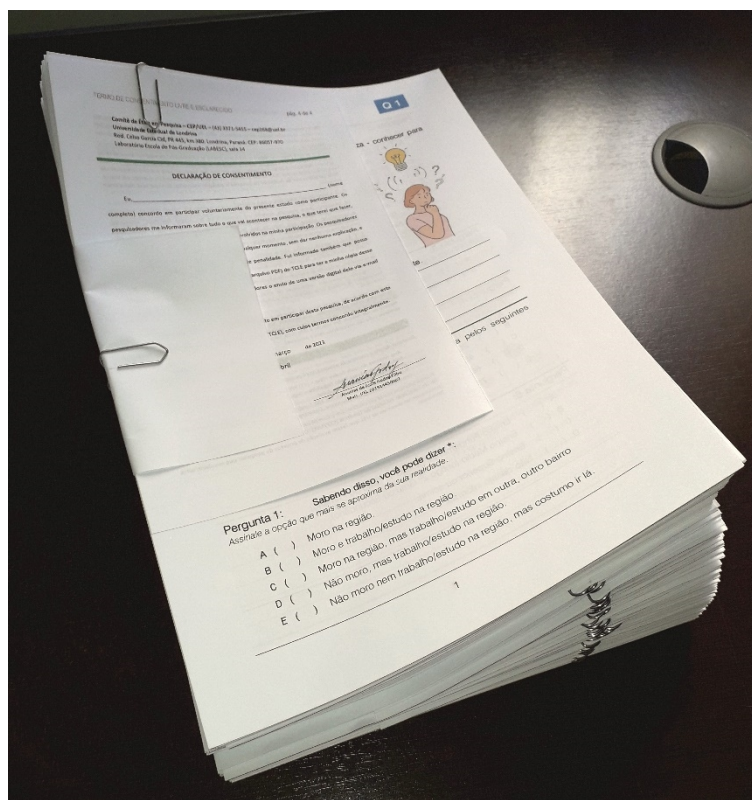
Evento n.º 017 09/11/2022 | E-mail enviado à diretora J., com condolências pelo falecimento de seu pai e solicitando me informar a nova data da reunião da APM. Não houve retorno dessa mensagem.

Evento n.º 053 06/03/2023 | Reunião com CCB, diretora J. Informou que a Reunião da APM seria naquele dia, às 18:00 h.

Evento n.º 056 06/03/2023 | Nova ida à CCB, diretora J., para feedback da reunião com a APM. Foi autorizada a realização da pesquisa junto à comunidade escolar CCB, mas não foi autorizada a apresentação do trabalho para a APM, em nenhuma reunião nem instância presencial, na escola ou fora dela. A permissão foi apenas para responder aos questionários. Comentei com a diretora J. sobre a ideia dada pela diretora do PPF, de encaminhar os instrumentos em papel, ao invés de ficarmos aguardando as respostas das versões online dos questionários, cujo conhecimento da existência dependia de uma ação de apresentação, explicação e divulgação junto à APM e responsáveis pelos estudantes – o que não foi permitido. Ela aprovou a ideia e solicitou que todo o material fosse deixado na secretaria da escola, sendo a partir dali distribuído aos professores para encaminhamento aos responsáveis pelos estudantes.

Evento n.º 058 22/03/2023 | Entregues 50 kits em papel, na escola CCB. Deixados na secretaria, para recolher na sexta-feira, 24/março. Este primeiro lote foi destinado aos 50 servidores da CCB (**Figura 19**).

Figura 20 – Kit de TCLE e questionários para a Comunidade CCB.



Fonte: Acervo do autor.

Evento n.º 060 24/03/2023 | E-mail enviado – Conforme acertado anteriormente, envio de um escaneamento da autorização assinada, em formato PDF.

Evento n.º 061 24/03/2023 | Devido a imprevistos não foi possível recolher os questionários dos servidores do CCB nesta data. Comunicado à diretora J. e adiado para segunda-feira, 27/março.

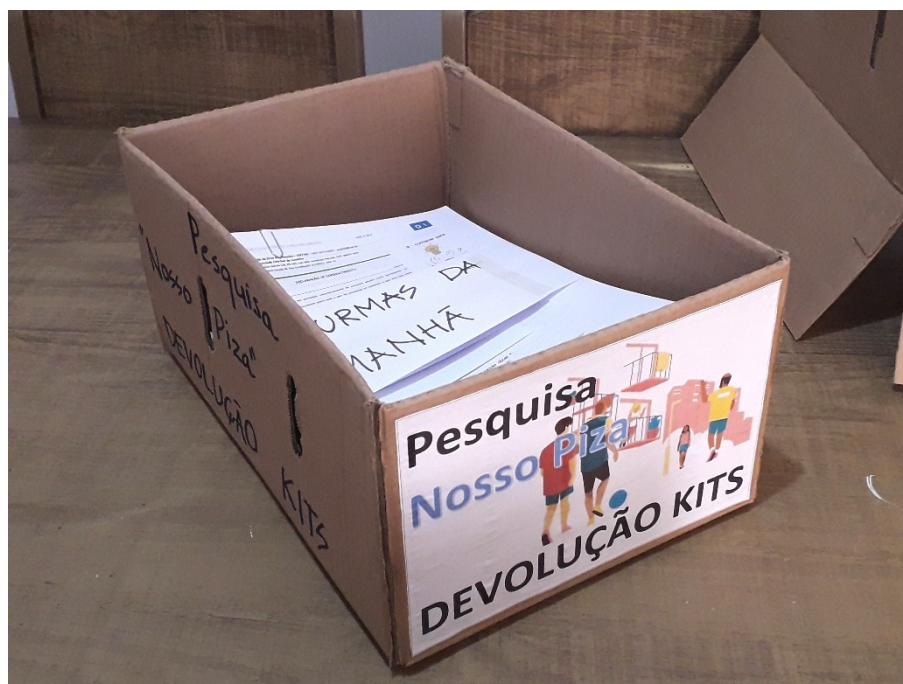
Evento n.º 062 27/03/2023 | Recolhidos os primeiros questionários respondidos, por servidores da CCB (19/50 kits devolvidos). Na mesma data, foram entregues 72 kits para as 24 turmas da escola CCB. Material entregue classificado, separado por turmas da manhã e da tarde, 3 kits por turma, acondicionados em uma caixa rotulada, para fácil identificação. Os kits devolvidos pelas famílias e recolhidos pelos professores deveriam ser simplesmente jogados na caixa, para coleta em momento posterior. As **Figuras 20** e **21** mostram como foram dispostos e entregues os materiais.

Figura 21 – Kits organizados para entrega às 24 turmas da CCB.



Fonte: Acervo do autor.

Figura 22 – Caixa para entrega e acumulação dos kits devolvidos.



Fonte: Acervo do autor.

Evento n.º 064 29/03/2023 | Busquei questionários respondidos pelas famílias de estudantes da comunidade CCB. Recolhidos 29/72 de kits para famílias + 4/50 kits de colaboradores.

Evento n.º 069 31/03/2023 | Chamado telefônico da secretaria do CCB comunicando que mais kits foram devolvidos. Assim, me dirigi à escola para recolhê-los. Foram recolhidos mais 4 de professores e 16 de pais de alunos.

Evento n.º 071 17/04/2023 | Novo chamado telefônico da secretaria da CCB comunicando que mais 8 kits foram devolvidos por responsáveis de estudantes. Assim, me dirigi à escola para recolhê-los.

Evento n.º 096 07/09/2023 | Enviados e-mails com convites pessoais para 3 pessoas na lista de 17 da Comunidade CCB que se propuseram a ajudar. Não houve resposta.

5.4.2 Abordagem da Comunidade Escolar PPF

Evento n.º 012 05/10/2022 | Diretora C. voltou das férias⁵⁸. Contato telefônico com a secretaria e conseguida a reunião à tarde. Obtida nessa data a autorização para realização da pesquisa (**Anexo C**).

Evento n.º 020 18/11/2022 | E-mail enviado à diretora C., a pedido dela, explicando como seria a reunião no colégio: característica do local, duração, assunto, sequência (*follow up*). Informa ainda sobre o andamento da aprovação da pesquisa no CEP-UEL. Menciona a Praça Nelino Silva Pereira.

Evento n.º 054 06/03/2023 | Reunião com diretora, Sra. C. Ela pediu para providenciar os questionários em papel, pois a maioria das pessoas na comunidade não

⁵⁸ Para entendimento deste evento, cf. Evento n.º 006, de 26/09/2022 no subtítulo 5.4.3, a seguir.

tinha familiaridade com recursos informáticos. Ela propôs a distribuição de questionários em papel para os responsáveis dos estudantes, e esses seriam entregues a eles pelos professores.

Evento n.º 059 23/03/2023 | Entregues 56 kits em papel. Havia sido combinado com a diretora que eu entregaria os kits a ela pessoalmente, o que não foi possível, pois estava em reunião. Após pouco mais de uma hora de espera para ser atendido, precisei sair dali para comparecer a outro compromisso. Deixei, então, os kits na secretaria do colégio, para recolher na quinta-feira, 30/março. Esta primeira leva foi destinada aos 56 servidores do PPF. Imaginava que seriam encaminhados à diretora que, já sabedora de como seria feito o trabalho, pois foi tratado o assunto na reunião anterior, quando da obtenção da autorização escrita, os distribuiria para sua equipe de professores e estes os fariam chegar aos responsáveis pelos estudantes, recolhendo-os à medida em que fossem sendo devolvidos.

Evento n.º 063 28/03/2023 | Entregues 63 kits para as 21 turmas do colégio PPF, organizados de modo idêntico como feito para a escola CCB, dentro de uma caixa de papelão devidamente identificada e lotes separados por turmas e turnos. Casualmente, perguntei sobre como estava o retorno dos questionários destinados aos professores e funcionários na quinta-feira anterior (23/março). Nenhum dos questionários entregues na quinta-feira anterior, 23 de março, havia sido respondido. Em realidade, os docentes com quem falei nada sabiam desse material, tampouco sobre a pesquisa. Na secretaria do colégio, ninguém sabia informar sobre esse material. Diante do fato, marquei com a secretaria meu retorno no dia seguinte, para falar com a diretora.

Evento n.º 065 29/03/2023 | Ida ao colégio PPF para me encontrar com a diretora e buscar os questionários respondidos pelos docentes. Ela não sabia que eu havia deixado no colégio esses materiais na semana anterior. Ao nos dirigirmos à secretaria, ninguém sabia da existência desse material. Depois de alguma insistência de minha parte para que fosse procurada a caixa identificada que continha os kits para distribuição às famílias, foi finalmente localizada no interior de um armário fechado com chave. A secretária S., que recebeu esses itens na semana anterior, os colocou nesse lugar e nada comunicou a ninguém. Não dispondo mais de tempo disponível para me atender, devido a demandas pedagógicas urgentes e delicadas que ocorreram naquele momento (conflitos entre alunos), a diretora me

pediu para voltar ao colégio no dia seguinte, e combinar com a pedagoga, Prof.^a A. para ela também participar da reunião. Assim, foi marcado um horário para isso e deixei o colégio.

Evento n.º 068 30/03/2023 | Ida ao colégio PPF para o encontro agendado no dia anterior, no horário logo depois do intervalo da tarde. Participaram da reunião a diretora C. e a Prof.^a A., pedagoga do colégio. A diretora ainda não tinha sido comunicada que a caixa com os 63 kits para as famílias tinha sido deixada na secretaria uma semana antes. Quanto ao conjunto de 56 kits para os servidores, depois de alguma procura foi localizado na própria mesa da Sra. Diretora, debaixo de uma pilha grande de documentos, tendo sido lá deixado também pela secretária S., porém, sem uma comunicação verbal ou escrita à diretora. Uma vez mostrados os materiais para as professoras, explicado como utilizá-los e como proceder à devolução (na caixa identificada), a pedagoga Prof.^a A., com ajuda do Prof. O., se encarregou de iniciar imediatamente a distribuição aos professores que se encontravam na instituição naquele momento. Resolvidos os problemas de comunicação e tendo sido iniciada de fato a distribuição dos instrumentos, encerrou-se a reunião, com agendamento do dia 6 de abril para recolhimento da caixa com os kits preenchidos por funcionários e famílias.

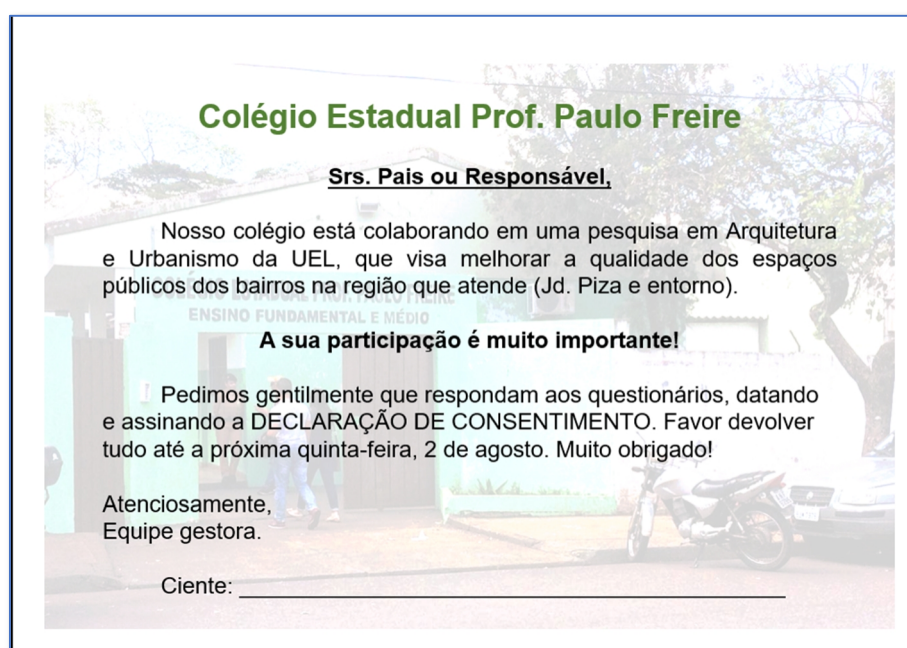
Evento n.º 070 06/04/2023 | Ida ao colégio PPF para coletar os instrumentos respondidos no período. Dos 56 kits para servidores, retornaram 26, sendo: 18 em branco, 8 respondidos (2 sem assinatura no TCLE), portanto, 6 de 56 (10,7%). Recolhidos ainda 27 questionários respondidos por alunos das turmas matutinas do Ensino Médio, menores de idade, portanto, inválidos para o cômputo.

Evento n.º 076 25/07/2023 | Encaminhadas para a secretaria do PPF duas requisições de participação para os professores. Referiam-se a questionários que foram respondidos e devolvidos sem o TCLE assinado. Não houve resposta.

Evento n.º 078 26/07/2023 | Novo contato com PPF, por meio da pedagoga Prof.^a A. Tentativa de substituição dos 27 questionários respondidos por menores de idade. Uma vez permitida, foram entregues mais 36 kits para as turmas da tarde (ensino fundamental e médio), tendo sido a coleta programada para 4 de agosto.

Evento n.º 079 04/08/2023 | Ida ao PPF. Recuperados com a pedagoga Prof.^a A. e o Prof. O. 21 kits dos 36 distribuídos na semana anterior, além dos 2 kits de professores que estavam sem assinatura no TCLE. Na devolução desta remessa, foi possível perceber o cuidado na disposição do material como foi devolvido pelos professores. Muitos kits retornaram agrupados com as mesmas etiquetas que foram usadas na entrega para distribuição (**Figura 22**), o que mostra a atenção e organização dos docentes que receberam dessa vez, conferindo importância ao trabalho. É possível que a etiqueta tenha sido um fator de influência, uma vez que seu texto tem um caráter de comunicação institucional, provocando maior engajamento por parte dos respondentes. De resto, nesse encontro, foi tratado mais uma vez sobre a possibilidade de reuniões para a pesquisa, para os passos seguintes da pesquisa-ação.

Figura 23 – Etiqueta dos kits do segundo lote para Comunidade PPF.



Fonte: Elaborada pelo autor.

Evento n.º 080 08/08/2023 | Contato telefônico da pedagoga Prof. A., sobre últimos kits devolvidos. Passei no colégio para buscar.

5.4.3 Ações simultâneas nas Comunidades Escolares CCB e PPF

Evento n.º 002 04/07/2022 | Primeiros contatos com as diretoras das escolas. Elaboração de uma apresentação no Google Earth para Web, a fim de mostrar nas reuniões com as escolas.

Evento n.º 006 26/09/2022 | Impressos e distribuídos folhetos explicativos para as escolas e UBS (**Apêndice B**). Ida à CCB. Diretora J. não estava. Folhetos entregues para Prof.ª H., que ficou de os entregar à diretora. Ida ao PPF. Diretora C. estava de férias, só retornaria na semana seguinte. Deixei os materiais com a secretária S.

Evento n.º 026 28/12/2022 | E-mails enviados p/ CCB diretora J. e PPF diretora C. Assuntos: 1) Comunica a aprovação da pesquisa no CEP-UEL. 2) Aviso sobre a publicação da página Nosso Piza no Facebook. 3) Questiona se recebeu o e-mail anterior. 4) Nova solicitação de um tempo na próxima reunião da APM, ocasião em que eu apresentaria a pesquisa e poderia angariar participantes. 5) Encaminhamento de 3 documentos: a) Resolução CNS 466/2012; b) Parecer consubstanciado do CEP-UEL com a aprovação da pesquisa; c) Cópia do projeto de pesquisa como aprovado no CEP-UEL. 6) Votos de boas festas.

Evento n.º 044 06/02/2023 | E-mails enviados p/ CCB diretora J. e PPF diretora C. Repetindo o que já fora comunicado no e-mail de 28/12/2022. Assuntos: 1) Aprovação da pesquisa pelo CEP-UEL. 2) Anexados os livretos sobre a pesquisa (**Apêndice B**) em formato PDF. 3) Links para os vídeos postados no YouTube (03 – “O que é Pesquisa-Ação” e 04 – “Como Participar?”). 4) Links para responder aos questionários online (TCLE + Q-1 e Q-2 – “Quão bom é o nosso bairro?” – *Place Standard Tool*).

Evento n.º 092 30/08/2023 | E-mails enviados para CCB diretora J. e PPF diretora C., dando as devolutivas às comunidades escolares. O e-mail tinha 3 pares de arquivos anexados: 1) Resultados do Q-1 + Coletânea de todas as respostas, sem identificação dos sujeitos (**Apêndices H e K**). 2) Resultados do Q-2 + Coletânea de todas as respostas, sem identificação dos sujeitos (**Apêndices I e L**). 3) Apresentações dos resultados dos questionários 1 e 2, em dois arquivos .PPSX (apresentações Power Point somente leitura), para serem

mostrados às comunidades escolares pelas próprias direções das escolas. Os e-mails não foram respondidos, tampouco houve qualquer tipo de retorno dessas ações de comunicação.

5.5 AÇÕES JUNTO AO CONSELHO DO BAIRRO

Durante os contatos com as diretoras da UBS Piza/Roseira, na tentativa de realizar a pesquisa junto aos servidores e grupos de atividades com a comunidade por eles coordenados, ao indagar sobre outros grupos organizados no bairro fui informado sobre um coletivo autodenominado *Conselho do Bairro*. Esse grupo informal, sem status de pessoa jurídica nem ligação alguma com a Associação de Moradores do Jardim Piza, foi então contatado, na pessoa do Sr. A. C. L., um senhor de idade bastante avançada e saúde um tanto debilitada, porém, muito ativo e participativo nesse grupo. Relatou que durante muito tempo fez parte da liderança de um grupo de moradores que trabalhou em prol de melhorias no *Conjunto Roseira*⁵⁹. Sua atividade na Paróquia Cristo Redentor e sua imediata adesão à pesquisa foram de grande valia. De fato, como se verá adiante, foi graças à sua ajuda que obtive a autorização do Padre A. L. para a realização do trabalho junto a membros da paróquia, e que se tornou possível marcar e realizar uma reunião presencial em uma sala dessa instituição, já nos momentos finais da pesquisa de campo, quando da avaliação coletiva dos resultados dos questionários. Embora tenham sido poucas as interações com esse grupo, são aqui relatadas por sua importância na concretização de uma das duas únicas reuniões que aconteceram no período da pesquisa.

Evento n.º 013 05/10/2022 | Conseguida a reunião com o *Conselho do Bairro* - Sr. L. C. A., Sra. L. N., Sra. R. Apresentação da pesquisa e entrega de folhetos.

Evento n.º 014 14/10/2022 | Manhã: 2 reuniões: Paróquia Cristo Redentor, Padre A. L., que deu a autorização por escrito (**Anexo D**) e depois Conselho do Bairro – Sr. L. C. A., em sua residência.

⁵⁹ Apelido do loteamento Conjunto Residencial João Baptista de Almeida Barros, implantado pela Companhia de Habitação de Londrina – COHAB-LD.

Evento n.º 093 30/08/2023 | Contato pessoal presencial com Sr. L. C. A., sobre a possibilidade de uso de algum local na Paróquia Cristo Redentor para realização da reunião presencial para avaliação dos resultados pela comunidade. Essa reunião havia sido convocada por meio do Grupo de WhatsApp Nosso Piza.

Evento n.º 094 05/09/2023 | Por indicação do Sr. L. C. A., foram incluídas no Grupo de WhatsApp Nosso Piza 5 pessoas que eram membros atuantes nas capelas da Paróquia Cristo Redentor.

Evento n.º 098 12/09/2023 | Primeira reunião com participantes do Grupo de WhatsApp Nosso Piza, em uma sala da Paróquia Cristo Redentor (**Figura 23**). Compareceram o Sr. L. C. A., Sra. M. A. S., Sra. N. C. Nessa ocasião, obtive mais 2 TCLE assinados: do próprio Sr. L. C. A. e da Sra. N. C. Dessa reunião foi feita uma ata que foi distribuída dias depois aos presentes, em formato PDF.

Figura 24 – Primeira reunião de membros do GWA Nosso Piza, evento n.º 098.



Fonte: Acervo do autor.

5.6 O CONTATO COM A ASSOCIAÇÃO LDMBR

Em um dos contatos que tive com o Sr. L. C. A., do autodenominado Conselho do Bairro, que atua junto à UBS Piza/Roseira, ele me revelou que havia sido o

presidente da Associação dos Moradores do Conjunto Roseira I e II⁶⁰, mas que não tinha mais participação, por problemas de saúde ligados à idade avançada. Informou que “outro grupo”, com o qual ele tinha alguma discordância, mas não inimizade, havia assumido essa associação e estava continuando o trabalho. Nessa ocasião, passou-me os nomes e contatos das duas pessoas desse grupo, a Sra. J. A., tesoureira da associação e N. C., uma participante bastante ativa.

Essa nova equipe gestora, que assumira havia poucos meses como a chapa vencedora sob o lema “Reconstrução e União”, fundou a *Associação de Moradores do Lagoa Dourada, Monte Belo e Roseira* (doravante denominada Associação LDMBR ou simplesmente LDMBR), formada por moradores do “Roseira” e dos outros loteamentos que não tinham uma representação. Esta nova administração tratou logo de se fazer presente na rede social Instagram, em julho de 2023, com uma postagem que divulga sua logomarca. Esta associação e suas ações, publicizadas nessa rede social, exibem todas as características que se esperam de uma associação de moradores.

Até a conclusão deste trabalho havia 24 postagens na citada rede social. Nelas aparecem claramente sua presidente, Sra. M. J. V., a secretária, Sra. C. B., e a tesoureira da associação, Sra. J. A.. São *posts* com locações na horta comunitária, fotos da reforma da sede e da quadra de esportes adjacente ela, reuniões internas, ações para levantar recursos, como fabricação e venda de coxinhas, p.ex., documentam o trabalho de recomposição da horta comunitária, reuniões na PML com assessores do prefeito e vereadores, vídeos de eventos promovidos pela associação etc. Nos contatos que tive com esse coletivo, ficou evidente que entre seus membros existe maior motivação, organização e uma preocupação mais abrangente com os lugares que pretende atender, como se depreenderá do relato dos três encontros que tive com essa instância de representação comunitária. A **Figura 24** mostra a sede e quadra de esportes da associação LDMBR.

⁶⁰ Embora o Conjunto Habitacional João Baptista de Almeida Barros (“Conjunto Roseira”) seja resultado de um só empreendimento habitacional da COHAB-LD, estabeleceu-se o hábito entre os moradores de considerá-lo “Roseira I”, ao norte, mais perto do Pq. Res. Joaquim Toledo Piza, e “Roseira II”, mais ao sul, próximo ao Jd. Monte Bello, devido a ser dividido ao meio pelo Córrego da Roseira. Essa associação, criada em 21/06/2016, consta no CNPJ como inativa desde 27/10/2020.

Figura 25 – Sede e quadra de esportes da Associação LDMBR.



Fonte: Acervo do autor. Foto de 18/10/2023.

Evento n.º 095 06/09/2023 | Contato por telefone com Sra. J. A. Marcado encontro para segunda-feira, 11/set.

Evento n.º 097 11/09/2023 | Reunião com Sra. J. A. Deixados vários materiais: Folhetos, TCLE, resultados dos questionários e coletâneas das respostas. Esses materiais foram enviados para a Sra. J. A. por e-mail, em formato PDF, para serem reproduzidos e distribuídos aos demais membros da associação e aos moradores em geral. Sra. J. ficou de agendar uma reunião com a diretoria da Associação de Moradores do Lagoa Dourada, Monte Bello e Roseira (LDMBR). O evento n.º 101 é o relato dessa reunião.

Evento n.º 101 02/10/2023 | Reunião com a Associação LDMBR. Compareceram a presidente, Sra. M. J. V. e as moradoras D. T., C. B. (secretária da associação) e J. A. (tesoureira da associação), além da Sra. N. C.. Foram entregues à Sra. M. J. V. os resultados dos questionários 1 e 2, e mostrada a planta em escala do loteamento Roseira (**Figura 25**).

Figura 26 – Reunião com a liderança da Associação LDMBR.



Fonte: Acervo do autor.

Usando a referida planta e um tablet com acesso à Internet para ver fotos de satélite e reconhecer pontos de referência importantes da região, foram discutidos diversos assuntos, sendo os principais: 1) aproveitamento econômico da horta comunitária do Roseira, que necessitava de uma revitalização, como fonte de recursos para a associação; 2) melhoria do acesso entre os dois lados da área verde lindeira ao Córrego da Roseira, ligando a horta com o campo de futebol. Hoje existe apenas uma pinguela sobre o córrego ligando os dois lados, o que acaba promovendo a subutilização e conseqüente abandono do campo (**Figura 26**); 3) Necessidade de obtenção de apoio político junto a alguns vereadores com quem diretoria da associação já vinha mantendo contato, visando à construção de uma quadra de vôlei de areia no Parque Lagoa Dourada, uma demanda recente dos jovens e famílias do bairro.

Figura 27 – Pinguela sobre o Córrego da Roseira, na área da Associação LDMBR.

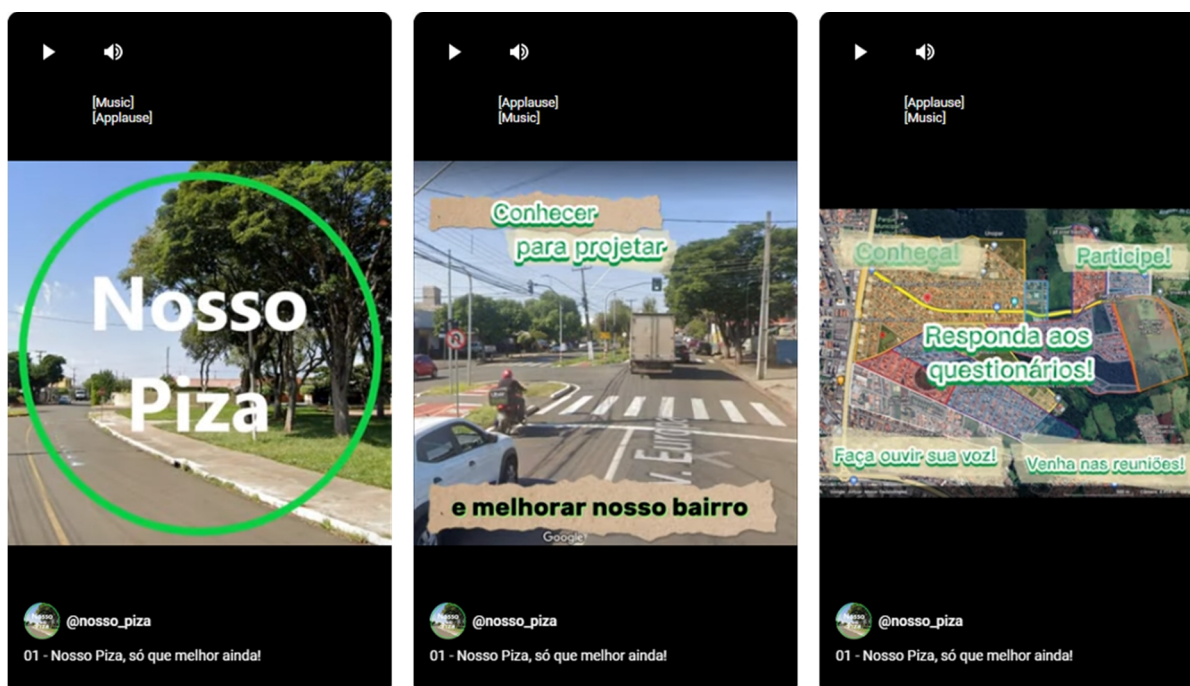


Fonte: Acervo do autor.

5.7 AÇÕES NAS REDES SOCIAIS

Em 29 de janeiro de 2023 foi criado o canal *Nosso Piza* na plataforma YouTube, em uma conta à parte, não hospedada no domínio @uel.br. No mesmo momento foi criado o endereço de e-mail *nossopiza@gmail.com*, como requisito obrigatório para existência do perfil *Nosso Piza*. Esse endereço de e-mail foi divulgado como o endereço para contato com o pesquisador. Na mesma data, foi postado o primeiro vídeo de chamada de atenção para a existência da pesquisa: uma peça de 40 segundos de duração, sem narração, apenas fundo musical, postada na seção *Shorts* (espaço preferencial para vídeos muito curtos). A **Figura 27** mostra três momentos desse vídeo, intitulado *01- Nosso Piza, só que melhor ainda*.

Figura 28 – Vídeo 1 – Seção Shorts do canal Nosso Piza no Youtube – 29/01/2023.




Fonte: Acervo do autor. Disponível em: <https://www.youtube.com/shorts/mV2ZNnS9VLc> .

Depois desse vídeo curto, outros oito vídeos foram produzidos e publicados, cada um com um tema específico, voltado para orientação das pessoas quanto aos objetivos e procedimentos da pesquisa. Como se trata de material mais extenso, com durações maiores e momentos diferentes, apresentamos o **Quadro 2** a seguir, com um resumo dos vídeos produzidos, links para acesso, duração [🕒], data de postagem [📅] e número de visualizações [👁️]. Na plataforma YouTube as descrições aparecem ao se acessar o vídeo. O tempo total de vídeos produzidos soma 1h25'14" (1 hora, 25 minutos, 14 segundos).

Na descrição dos vídeos, a sigla GWA significa *Grupo no WhatsApp*, um grupo criado naquele aplicativo de mensagens/rede social, inicialmente com os números de telefones celulares de todas as pessoas que os forneceram quando do preenchimento do TCLE e Questionário 1. Sobre o GWA como recurso de divulgação da pesquisa e seus resultados, será abordado mais à frente.

Quadro 5 – Vídeos produzidos e postados no canal Nosso Piza no YouTube.

| Miniatura | Título / Descrição / Link | 🕒 | 📅 | 👁️ |
|---|---|--------|-------------|----|
|  | 02 - Apresentação do pesquisador responsável Breve apresentação do Arq. Ananias Godoy, responsável pela pesquisa "Nosso Piza - Conhecer para projetar e melhorar nosso bairro". https://youtu.be/sK7rZHmVjA8 | 4'40" | 30 jan 2023 | 13 |
|  | 03 - O que é pesquisa-ação Apresenta os pontos principais que caracterizam uma pesquisa-ação, e aplica os conceitos ao caso específico da pesquisa "Nosso Piza - conhecer para projetar e melhorar nosso bairro", que acontece em Londrina-PR. https://youtu.be/0lfs9iKOoY0 | 12'01" | 4 fev 2023 | 14 |
|  | 04 - Como Participar Esclarecemos a importância e significado do TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, bem como descrevemos brevemente as etapas da participação na pesquisa-ação "Nosso Piza - conhecer para projetar e melhorar nosso bairro". https://youtu.be/RnG0UjXWnqM | 11'09" | 5 fev 2023 | 21 |
|  | 05 - Acessando o TCLE e Questionário 1 Aqui mostro como responder ao TCLE, Declaração de Consentimento e todas as perguntas do primeiro questionário. Assim, você fica seguro(a) para acessar e responder, pois não terá de fornecer dados sensíveis (como etnia, preferência política, orientação sexual, religião, renda e outras). https://youtu.be/VFZvKqBBO6o | 14'46" | 15 fev 2023 | 8 |
|  | 06 - Acessando o Questionário 1, a partir do Facebook, pelo celular Passo-a-passo, tela por tela do acesso ao Questionário 1, a partir da página Nosso Piza no Facebook. https://youtu.be/ud7XgMGGysw | 5'59" | 15 fev 2023 | 9 |
|  | 07 - Acessando o Questionário 2- Place Standard Apresentamos o modo de acessar ao Questionário 2 - Place Standard e mostramos as 14 perguntas-padrão. https://youtu.be/Y5m1GgckS54 | 4'46" | 20 fev 2023 | 8 |
|  | 08 - Devolutiva Q1 (via GWA) - 10 ago 2023 PRIMEIRA DEVOLUTIVA à comunidade do Piza e bairros adjacentes. Tabulação dos resultados do questionário Q-1 e comentários. Duração 16 min. 16 s. Apresentado pelo Arq. Ananias Godoy - Pesquisador responsável. MATR. UEL 201914450002. https://youtu.be/6tRVy73Z1V0 | 16"16" | 10 ago 2023 | 21 |
|  | 09 - Devolutiva Q2 (via GWA) - 15 ago 2023 PRIMEIRA DEVOLUTIVA à comunidade do Piza e bairros adjacentes. Tabulação dos resultados do questionário Q-2 e comentários. Duração 14 min. 56 s. Apresentado pelo Arq. Ananias Godoy - Pesquisador responsável. MATR. UEL 201914450002. https://youtu.be/PjMXJZOWsEA | 14'56" | 15 ago 2023 | 23 |

Fonte: Materiais audiovisuais elaborados pelo autor. Disponíveis em: https://www.youtube.com/channel/UC0sl_yiWLjgRukXY-AQ3Zuw

Observe-se que o número de visualizações de todos os materiais, entre o vídeo *01- Nosso Piza, só que melhor ainda* (29 jan. 2023) e o *07 - Acessando o Questionário 2-Place Standard* (20 fev. 2023) foi insignificante. Durante esse intervalo de tempo, realizei diversos contatos com conhecidos, vizinhos e amigos para divulgar a pesquisa, mostrando os materiais, solicitando que respondessem aos questionários e que ajudassem a divulgá-los em suas redes de contatos. Os questionários já haviam sido disponibilizados em uma versão online, funcionando no aplicativo Google Forms, hospedado nos servidores da UEL. Pensava eu que com essas providências haveria uma pequena multiplicação orgânica de acessos aos questionários online, pelo menos em uma quantidade suficiente para conseguir realizar as primeiras reuniões, mesmo com poucas pessoas. Porém, isso não se mostrou eficaz para angariar participantes para a pesquisa. Como visto na subseção 5.4, a ação que possibilitou coletar as visões dos moradores e frequentadores do Piza foi a distribuição dos questionários em papel.

Estão relatados adiante os principais movimentos executados nos perfis da pesquisa intitulados *Nosso Piza*, criados nas principais redes sociais daquele período, a saber: Facebook, Instagram, YouTube e WhatsApp. A atividade nas redes sociais, como auxílio às ações presenciais da pesquisa de campo, estendeu-se do dia 22/12/2022 ao dia 31/12/2023.

Evento n.º 023 22/12/2022 | Criação da página Nosso Piza na rede social Facebook (Figura 28).

Figura 29 – Página na rede social Facebook, evento n.º 023.



Fonte: Acervo do autor.

Evento n.º 024 22/12/2022 | Postagem no Facebook 01 - Mapa com os loteamentos que compõem o bairro e uma mensagem comunicando sobre a pesquisa.

Evento n.º 028 17/01/2023 | Postagem no Instagram 01 - Primeira ação de divulgação da pesquisa nessa rede social - Apresenta a pesquisa e convida à participação. Figura de um mapa mostrando os loteamentos que formam o bairro.

Evento n.º 029 17/01/2023 | Postagem no Facebook 02 - Atualização da imagem de perfil Nosso Piza, a ser usada em todas as ações de comunicação da pesquisa.

Evento n.º 030 **24/01/2023** | Postagem no Instagram 02 - Vídeo breve apresentando o nome Nosso Piza e os objetivos da pesquisa. Mostra as praças e ruas do bairro.

Evento n.º 031 **24/01/2023** | Postagem no Facebook 03 - Vídeo curto de apelo à participação, mostrando as ruas e praças do bairro.

Evento n.º 032 **29/01/2023** | Publicação no YouTube 01 - Vídeo curto chamando a atenção para a existência da pesquisa.

Evento n.º 033 **30/01/2023** | Postagem no Instagram 03 - Vídeo breve com apresentação do pesquisador. Locação na Pça. Nelson Ferracini.

Evento n.º 034 **30/01/2023** | Publicação no YouTube 02 - Vídeo curto de apresentação do pesquisador.

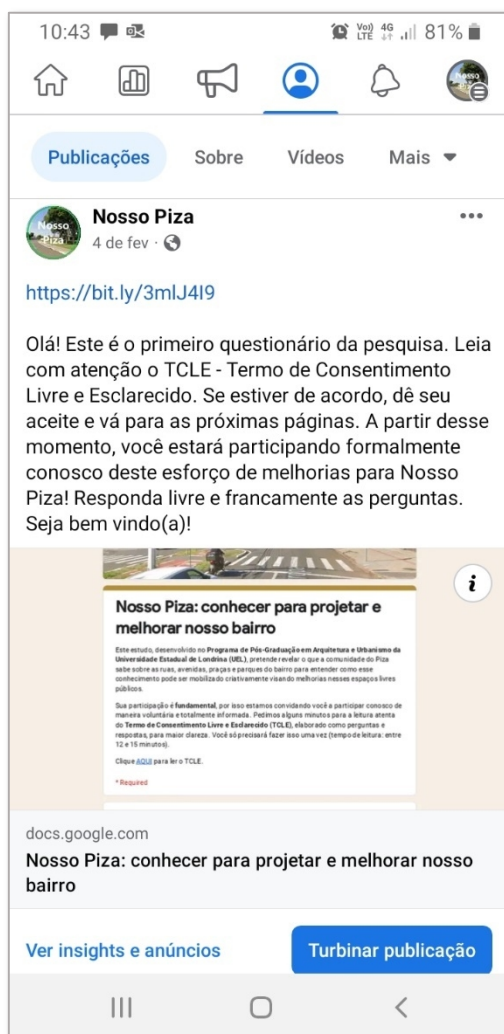
Evento n.º 035 **30/01/2023** | Postagem no Facebook 04 - Vídeo curto de apresentação do pesquisador, falando sobre os objetivos da pesquisa. Locação na Pça. Nelson Ferracini.

Evento n.º 036 **04/02/2023** | Postagem no Instagram 04 - Vídeo intitulado "Pesquisa-ação - Conhecer para projetar e melhorar nosso bairro".

Evento n.º 037 **04/02/2023** | Publicação no YouTube 03 - Vídeo "O que é pesquisa-ação?".

Evento n.º 038 **04/02/2023** | Postagem no Facebook 05 - Link para o Questionário 1 (**Figura 29**).

Figura 30 – Postagem do Questionário 1 no Facebook, evento n.º 038.



Fonte: Acervo do autor.

Evento n.º 039 04/02/2023 | Postagem no Facebook 06 - Link para o Questionário 2 (Figura 30).

Figura 31 – Postagem do Questionário 2 no Facebook, evento n.º 039.



Fonte: Acervo do autor.

Evento n.º 040 04/02/2023 | Postagem no Facebook 07 - Link para a postagem do YouTube Nosso Piza - Vídeo 03 - "O que é pesquisa-ação".

Evento n.º 041 05/02/2023 | Postagem no Instagram 05 - Vídeo intitulado "Como participar?" - Apresenta os passos da pesquisa, comenta a necessidade do TCLE e apresenta os questionários online, versões para dispositivos móveis.

Evento n.º 042 05/02/2023 | Publicação no YouTube 04 - Vídeo intitulado "Como participar?" - Apresenta os passos da pesquisa, comenta a necessidade do TCLE e apresenta os questionários online, versões para dispositivos móveis.

Evento n.º 043 **05/02/2023** | Postagem no Facebook 08 - Link para a postagem do YouTube Nosso Piza - Vídeo 04 - "Como participar?".

Evento n.º 045 **07/02/2023** | Postagem no Instagram 06 - Vídeo breve mostrando o mau estado da Pça. Nelino Silva Pereira e uma citação de Borja & Muxí (2003).

Evento n.º 046 **15/02/2023** | Postagem no Instagram 07 - Vídeo capturado da tela de um celular, mostrando como acessar o Questionário 1 e TCLE online postados na página Nosso Piza na rede social Facebook.

Evento n.º 047 **15/02/2023** | Publicação no YouTube 05 - Vídeo mostrando como acessar a versão online do TCLE e Questionário 1.

Evento n.º 048 **15/02/2023** | Publicação no YouTube 06 - Vídeo mostrando como acessar a versão online do TCLE e Questionário 1 a partir da rede social Facebook pelo celular.

Evento n.º 050 **20/02/2023** | Postagem no Instagram 08 - Vídeo capturado da tela de um celular, mostrando como acessar o Questionário 2 online postado na página Nosso Piza na rede social Facebook.

Evento n.º 051 **20/02/2023** | Publicação no YouTube 07 - Vídeo mostrando como acessar a versão online do Questionário 2.

Evento n.º 052 **24/02/2023** | Postagem no Instagram 09 - Vídeo capturado da tela de um celular, mostrando como acessar os questionários online, sem necessidade de o respondente ter perfil na rede social Facebook.

Evento n.º 055 **06/03/2023** | Postagem no Instagram 10 - Vídeo capturado da tela de um celular, mostrando como acessar o TCLE e os questionários online diretamente a partir do Instagram, por meio de um link na bio, apontando para uma página Linktree. Nessa página era possível acessar o TCLE e Questionário 1 online, o Questionário 2 (idem) e baixar o TCLE em formato PDF.

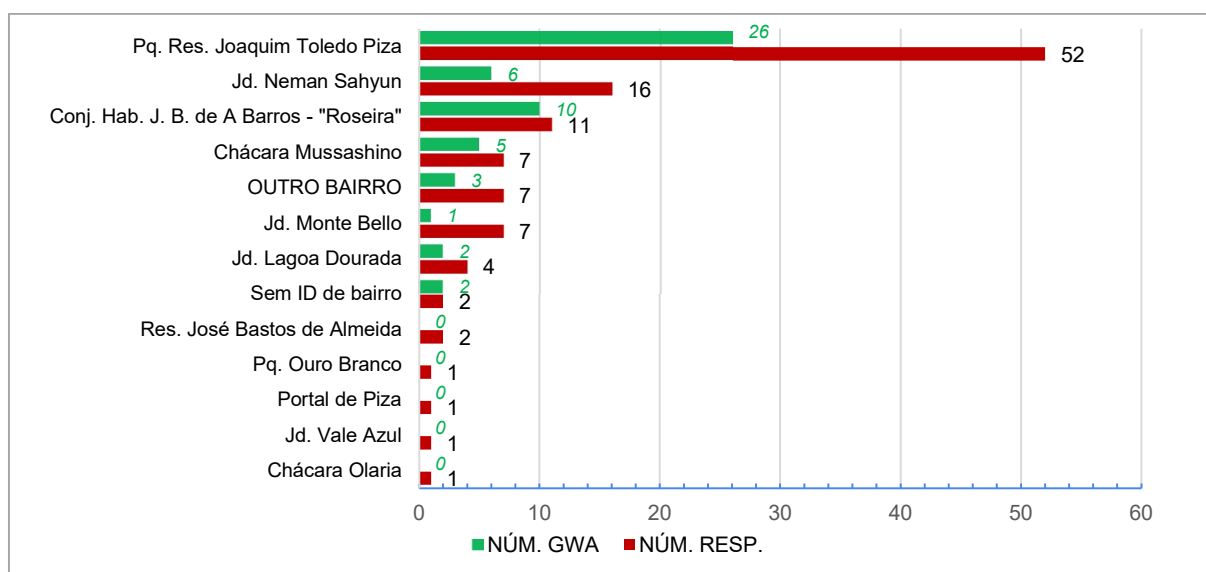
Evento n.º 066 29/03/2023 | Postagem no Instagram 11 - Locação na Pça. Benedito Cerqueira Lima. Vídeo breve em que agradeço a participação das comunidades escolares CCB e PPF, e conto a história do primeiro morador da região.

Evento n.º 067 29/03/2023 | Postagem no Instagram 12 - Imagem. Texto com a história de Benedito Cerqueira Lima, primeiro morador da região do Piza.

Evento n.º 073 22/07/2023 | Organização dos contatos para constituir o grupo de WhatsApp.

Evento n.º 074 23/07/2023 | Criado o grupo de WhatsApp (GWA) Nosso Piza. Mensagem de agradecimento e boas-vindas. Incluídos todos os números de celulares das pessoas que os forneceram nos questionários. Os números de algumas pessoas tinham a configuração de pedido de permissão. Para essas foram mandadas mensagens personalizadas. O **Gráfico 2**, abaixo, mostra a proporção de respondentes que aceitaram participar do GWA. Acompanhou esta publicação um infográfico em alta resolução com um resumo visual das etapas da pesquisa-ação a serem percorridas para fechamento do primeiro ciclo (**Figura 31**). Esse mesmo infográfico foi impresso em duas cópias de tamanho grande (30 x 75 cm), para ser usado como cartaz nos murais das escolas.

Gráfico 2 – Respondentes Inscritos no GWA, por loteamento



Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 32 – Infográfico publicado no GWA, evento n.º 074.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Evento n.º 075 24/07/2023 | Enviados e-mails para pessoas cujos números de celular não foram reconhecidos pelo WhatsApp. Nenhum retorno.

Evento n.º 077 25/07/2023 | Postagem de volta às aulas no Grupo de WhatsApp Nosso Piza, com mensagem de agradecimento ao apoio das comunidades escolares do bairro à pesquisa (Figura 32).

Figura 33 – Imagem postada no GWA, evento n.º 077.



Fonte: Elaborada pelo autor.

Evento n.º 082 10/08/2023 | Publicação no YouTube 08 - Vídeo de uma apresentação com a primeira devolutiva à comunidade - Resultados do Questionário 1.

Evento n.º 083 11/08/2023 | Publicados no canal Nosso Piza no YouTube Publicados o vídeo de devolutiva dos resultados do Q-1 à comunidade. Publicação simultânea no Grupo de WhatsApp Nosso Piza desses vídeos, por meio de links para os referidos vídeos.

Evento n.º 084 14/08/2023 | Postagem no Instagram 13 - Imagem divulgando o grupo de WhatsApp Nosso Piza e convidando à adesão, por meio de mensagem ao administrador, com número de telefone (**Figura 33**).

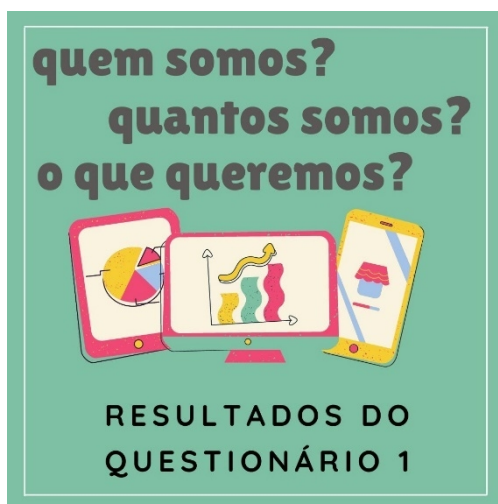
Figura 34 – Postagem no Instagram, evento n.º 084.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Evento n.º 085 14/08/2023 | Postagem no Instagram 14 - Imagem com divulgação dos resultados do Questionário 1 e chamada para a postagem seguinte (**Figura 34**).

Figura 35 – Postagem no Instagram, evento n.º 085.



Fonte: Elaborado pelo autor.

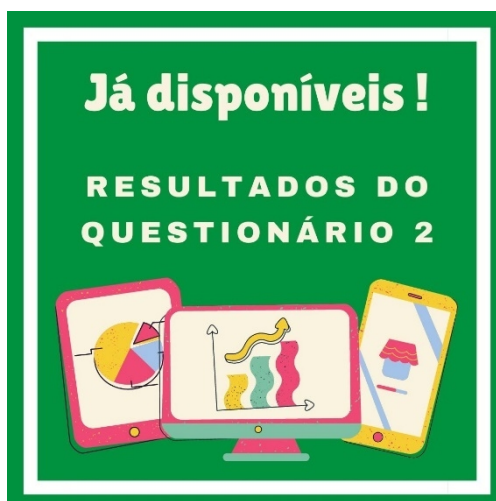
Evento n.º 086 14/08/2023 | Postagem no Instagram 15 - Vídeo com telas de apresentação dos resultados do Questionário 1 (1.ª parte - Perfil dos respondentes).

Evento n.º 087 14/08/2023 | Postagem no Instagram 16 - Vídeo com telas de apresentação dos resultados do Questionário 1 (2.ª Parte - Avaliação dos espaços públicos e da participação comunitária).

Evento n.º 088 15/08/2023 | Publicação no YouTube 09 - Vídeo de uma apresentação com a primeira devolutiva à comunidade - Resultados do Questionário 2.

Evento n.º 089 16/08/2023 | Postagem no Instagram 17 - Imagem com divulgação dos resultados do Questionário 2 e chamada para as postagens seguintes (Figura 35).

Figura 36 - Postagem no Instagram, evento n.º 089.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Evento n.º 090 16/08/2023 | Postagem no Instagram 18 - Sequência de telas com imagens - Apresentação dos resultados do Questionário 2 - 1.ª Parte, perguntas 1 a 6.

Evento n.º 091 16/08/2023 | Postagem no Instagram 19 - Sequência de telas com imagens - Apresentação dos resultados do Questionário 2 - 2.ª Parte, perguntas 7 a 14.

Evento n.º 099 12/09/2023 | Postagem no Instagram 20 - Imagem fixa - "É hoje!" - Chamado para a reunião presencial do grupo Nosso Piza - Paróquia Cristo Redentor, 19:00 h, em salão conseguido pelo Sr. L. C. A. (**Figura 36**).

Figura 37 – Postagem no Instagram, evento n.º 099.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Evento n.º 100 12/09/2023 | Postagem no Instagram 21 - Vídeo do pesquisador em frente ao portão do Parque Arthur Thomas, convidando para a reunião presencial na Paróquia Cristo Redentor, que fica nas proximidades (**Figura 37**).

Figura 38 – Postagem no Instagram, em dois momentos do vídeo, evento n.º 100.



Fonte: Acervo do Autor.

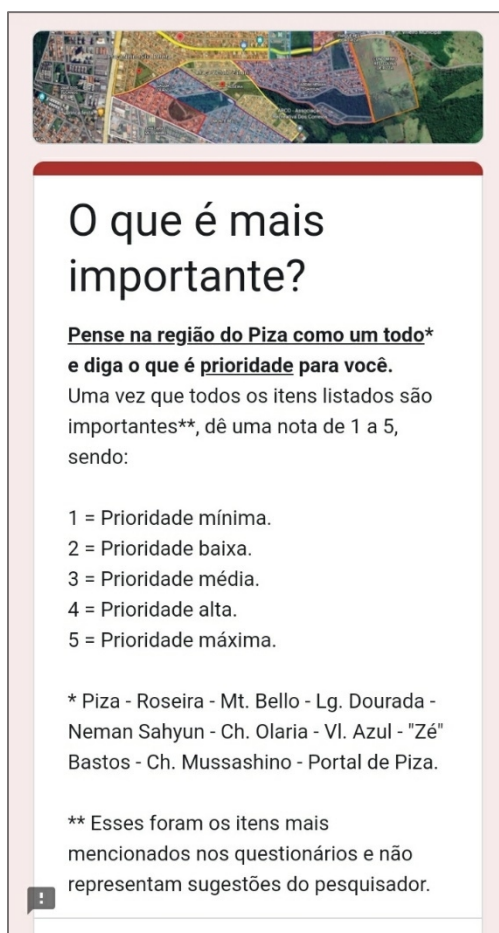
Evento n.º 102 04/11/2023 | Elaboração de um questionário breve, no Google Forms, com perguntas baseadas nos resultados divulgados. Com este instrumento, procurei dar seguimento na pesquisa, numa tentativa de encaminhando as discussões para a fase seguinte, a de priorização de um tema para início da elaboração do plano.

Evento n.º 103 05/11/2023 | Publicação da enquete no Grupo de WhatsApp Nosso Piza, por meio de link para o instrumento em Google Forms, hospedado nos servidores seguros da UEL. Na mesma data, nesse Grupo de WhatsApp Nosso Piza, foram publicados os registros fotográficos e textuais da reunião ocorrida com a Associação LDMBR.

A pergunta era: "O que é mais importante?", acompanhada de um banner chamativo. ("Só isso - 2 minutos e meio")

Evento n.º 104 12/11/2023 | Postagem no Grupo de WhatsApp Nosso Piza - Enquete sobre o ponto de maior prioridade na elaboração do projeto. Link para um questionário em Google Forms: "O que é mais importante?" (**Figura 38**). Esse questionário perdeu-se devido a problemas no armazenamento do Google Drive. Porém, durante o tempo em que esteve no ar não recebeu nenhuma resposta.

Figura 39 – Postagem no GWA, evento n.º 104.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Evento n.º 105 31/12/2023 | Postagem no Grupo de WhatsApp Nosso Piza - Mensagem de agradecimento pela colaboração na pesquisa e votos de feliz Ano Novo.
Fim da pesquisa de campo.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

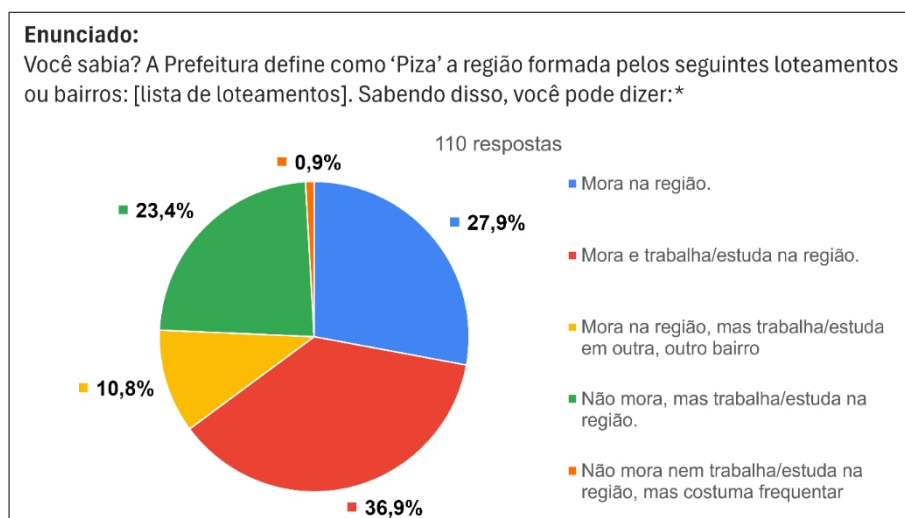
Nesta seção são apresentados todos os resultados do Q-1 e, de modo abreviado, os resultados do Q-2. Para uma apreciação completa das respostas discursivas dadas às perguntas deste instrumento (comentários opcionais), cf. **Apêndice I** – Coletânea das respostas ao Questionário 2.

Quanto às opções que aparecem nos gráficos são as que constavam nos instrumentos. Importante esclarecer que, nos gráficos apresentados a seguir não há correspondência direta entre a quantidade de respostas obtidas para cada pergunta e as quantidades de instrumentos devolvidos (válidos ou invalidados); tampouco com os quantitativos gerais de respondentes por categoria, sejam servidores, membros das comunidades escolares ou respondentes online constantes na **Tabela 7**. Isto porque a ocorrência de alguma pergunta deixada em branco no questionário não foi considerada uma não-conformidade anulatória do instrumento, portanto, não há coincidência entre a quantidade de instrumentos devolvidos válidos e a quantidade de respostas que determinada pergunta recebeu.

6.1 RESULTADOS DO QUESTIONÁRIO 1 (Q-1)

6.1.1 Q-1 – 1.^a Parte: perfil dos respondentes e relação com o bairro

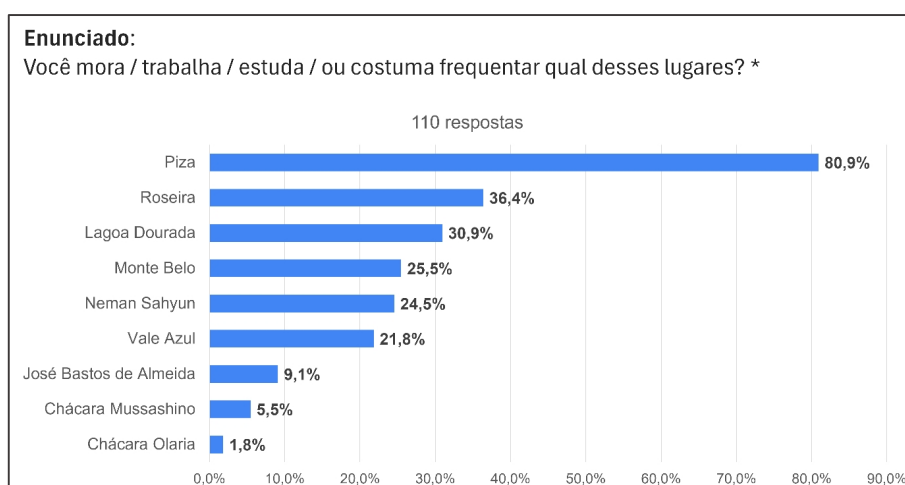
Q-1 – Pergunta 1 – Sobre a relação da pessoa com a região do Piza (**Gráfico 3**).

Gráfico 3 – Q-1, Pergunta 1: Relação com o bairro.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Praticamente $\frac{2}{3}$ dos respondentes têm uma ligação cotidiana forte com o bairro como moradores, entre os quais parte importante também trabalha nele. Neste ponto, a pesquisa logrou êxito, pois esse era o público que pretendi alcançar. Além disso, quase $\frac{1}{4}$ dos respondentes (23,4%), mesmo não morando no bairro, o frequenta regularmente por motivo de trabalho.

Q-1 – Pergunta 2 – Lugares de vivência (Gráfico 4).

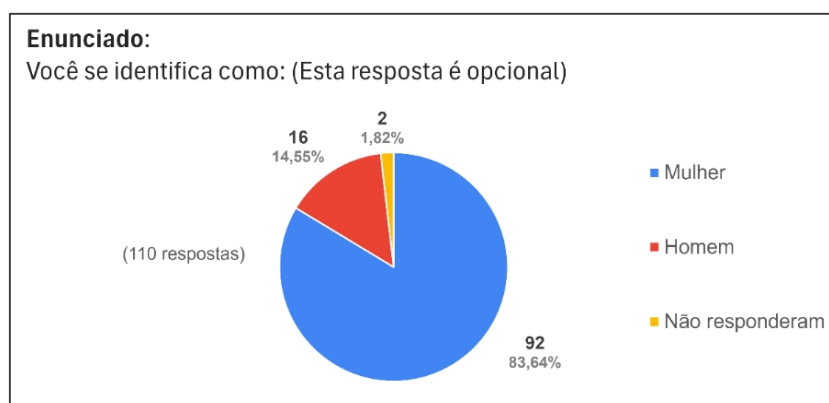
Gráfico 4 – Q-1, Pergunta 2: Lugares de vivência.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quanto aos lugares na região do Piza mais frequentados pelas pessoas, os resultados foram de acordo com o esperado, tendo sido o Parque Residencial Joaquim Toledo Piza a área mais citada (80,9%). De fato, trata-se da parte mais populosa, com 3.274 habitantes (IBGE, 2024) e maior oferta de comércio, serviços e instituições de ensino, saúde, culto, bares, restaurantes e supermercados, ao longo de suas três vias principais (longitudinais, sentido Leste-Oeste): a Avenida Europa, principal acesso para toda a região, a Rua Veneza e sua continuidade, a Rua Milão. Os demais loteamentos, embora também possuam comércio variado e ativo nas vias em que é permitido, ele é menos diverso e concentrado, não se encontrando os de maior porte, como supermercados maiores, p.ex., apenas mercadinhos locais e pequenos negócios.

Q-1 – Pergunta 3 – Sexo (Gráfico 5).

Gráfico 5 – Q-1, Pergunta 3: Sexo.

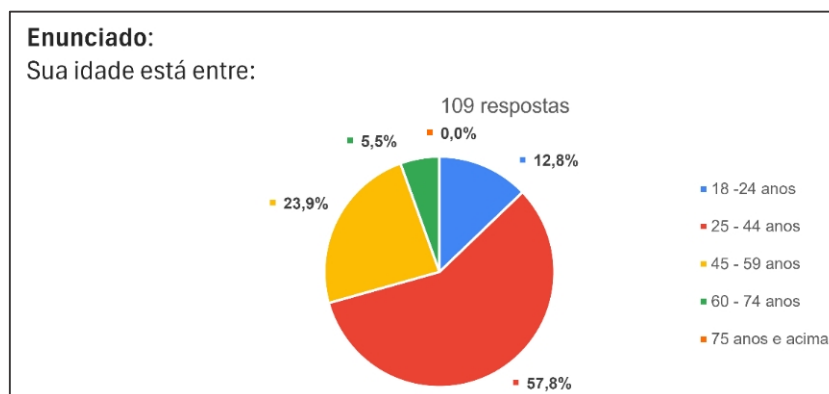


Fonte: Elaborado pelo autor.

As respostas a esta pergunta mostraram claramente um resultado influenciado pelo modo e canal de distribuição dos questionários. Como os kits com TCLE, Q-1 e Q-2 foram encaminhados às famílias por meio das equipes de professoras(es) das duas escolas públicas locais, foram assumidos pelos respondentes como *tarefa da escola*. Na comunidade do Piza são principalmente as mães que costumam acompanhar a vida escolar dos filhos, e por isso foram elas a maioria dos que deram conta dessa *tarefa de casa*. Obviamente, esse viés se propagou a todas as respostas de todos os demais itens da pesquisa: vale dizer: os resultados refletem com mais peso um *olhar feminino* sobre o bairro.

Q-1 – Pergunta 4 – Faixa etária (Gráfico 6).

Gráfico 6 – Q-1, Pergunta 4: Faixa etária.

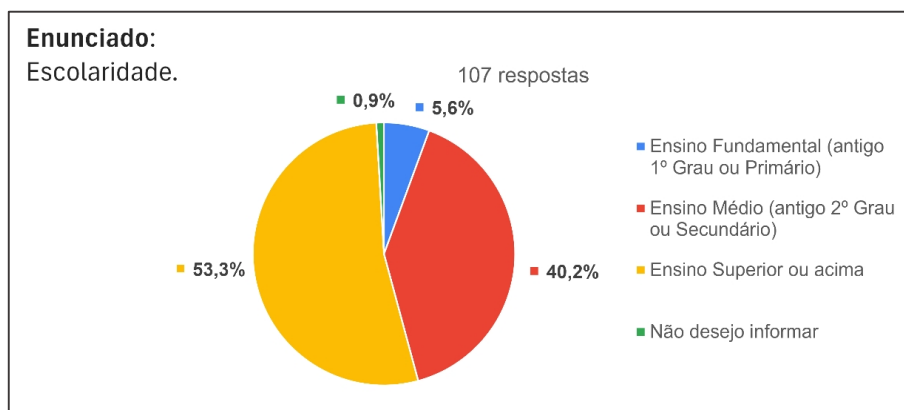


Fonte: Elaborado pelos autores.

Os resultados da quarta pergunta mostraram um grupo composto em sua maioria por adultos jovens, entre 25 e 44 anos (57,8%), reflexo do fato corriqueiro que pessoas com filhos em idade escolar⁶¹ situam-se nessa faixa etária. Significativa também a quantidade de respondentes adultos maduros, entre 45 e 59 anos, bem como jovens entre 18 e 24 anos (12,8 %). Apenas seis pessoas idosas (60 a 74 anos) responderam aos questionários, e nenhuma com 75 anos ou mais. Mais uma vez aqui o reflexo do canal de distribuição dos instrumentos, que não conseguiu alcançar pessoas na faixa etária de 75 anos e acima. Conhecer a avaliação dos ELP por parte dos anciãos teria sido relevante.

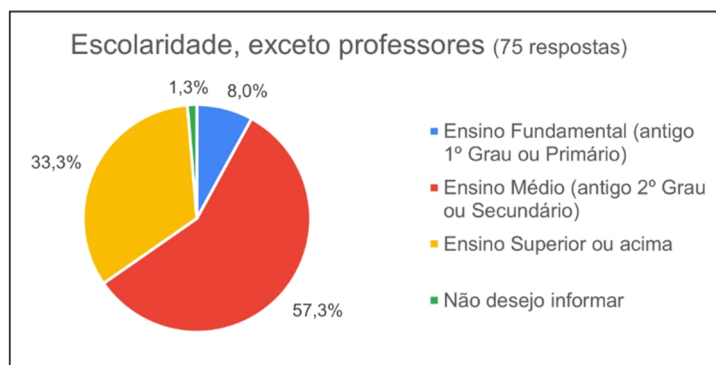
Q-1 – Pergunta 5 – Escolaridade (Gráfico 7).

⁶¹ As escolas participantes oferecem Ensino Fundamental I (1.ª à 6.ª séries), Ensino Fundamental II (7.ª, 8.ª e 9.ª séries) e Ensino Médio, a três séries.

Gráfico 7 – Q-1, Pergunta 5: Escolaridade.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os dados mostram um grupo com elevada escolaridade, em que predominam os respondentes com nível superior, seguidos pelos de nível médio. A distribuição para os servidores das escolas foi imprescindível, pois professores e funcionários – boa parte residente no próprio bairro –, conhecem de perto as realidades social e espacial locais. Por esse motivo, o resultado bruto desse item mostrou que mais da metade das pessoas possuem curso superior, contra 40,2% com Ensino Médio, o que não traduz a realidade das famílias pesquisadas. No entanto, mesmo se retirarmos as 32 respostas de docentes, ainda assim estaremos diante de um grupo com escolaridade relativamente alta, em que 33,3% dos respondentes declaram formação superior e 57,3% declaram ter instrução média (**Gráfico 8**).

Gráfico 8 – Dados de escolaridade dos respondentes, exceto docentes das escolas.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Portanto, se não fosse por demais arriscado generalizar esses resultados para todo o universo da pesquisa sem usar recursos estatísticos sofisticados, poder-se-ia dizer que se trata de uma comunidade instruída, de quem, em princípio, não se cogita haver falta de informação sobre as regras básicas de convivência e práticas cidadãs, tampouco quanto ao direito de todos a usufruir ELP de qualidade.

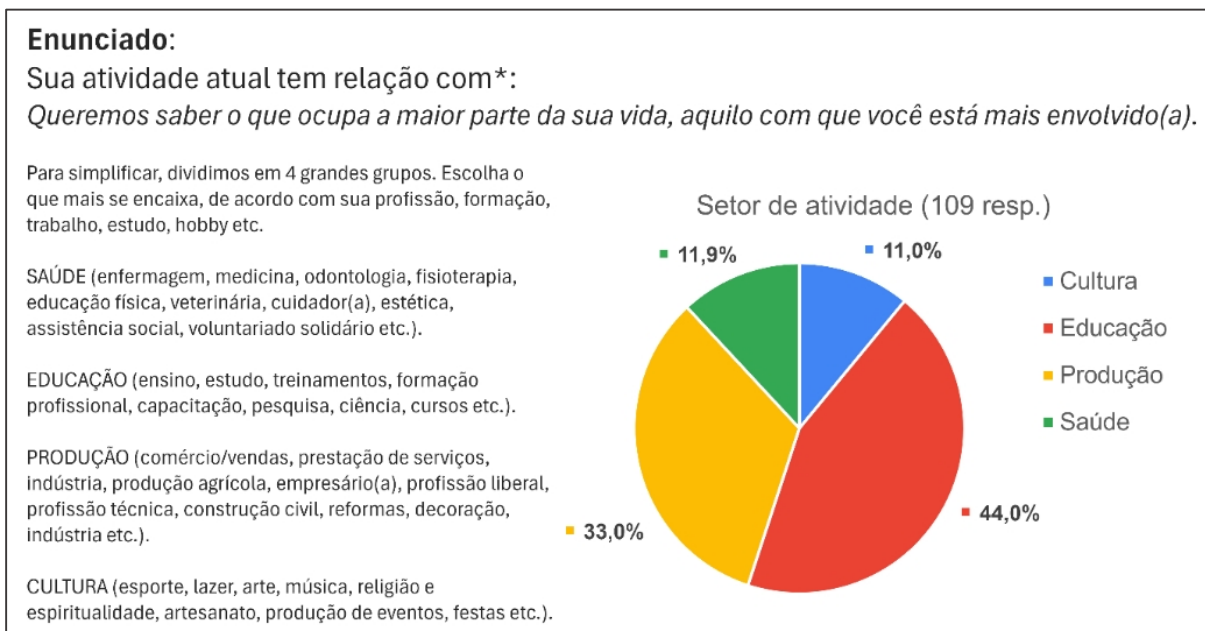
Q-1 – Pergunta 6 – Setor de atividade ou ocupação principal.

Com esta pergunta, busquei localizar os respondentes nos quatro mini-públicos visados pela pesquisa (Cf. **Figura 16**), cujos títulos das categorias tentam englobar todas as possíveis atividades humanas em meio urbano. No questionário Q-1, havia um detalhamento das atividades enquadradas em cada mini-público, para facilitar a resposta. Assim estavam descritos (cf. **Apêndice D**):

- SAÚDE (enfermagem, medicina, odontologia, fisioterapia, educação física, veterinária, cuidador(a), estética, assistência social, voluntariado solidário etc.).
- EDUCAÇÃO (ensino, estudo, treinamentos, formação profissional, capacitação, pesquisa, ciência, cursos etc.).
- PRODUÇÃO (comércio/vendas, prestação de serviços, indústria, produção agrícola, empresário(a), profissão liberal, profissão técnica, construção civil, reformas, decoração, indústria etc.).
- CULTURA (esporte, lazer, arte, música, religião e espiritualidade, artesanato, produção de eventos, festas etc.).

O **Gráfico 9** mostra as porcentagens de respondentes em cada mini-público.

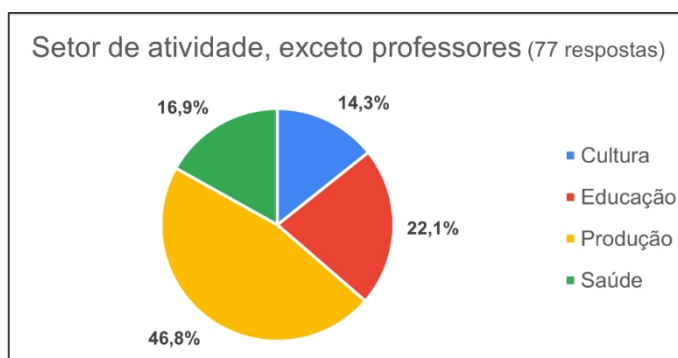
Gráfico 9 – Q-1, Pergunta 6: Setor de atividade.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Os dados brutos recolhidos com esta pergunta exibiram o mesmo viés da pergunta anterior, visto que foram computadas as 32 respostas de docentes, o que resultou em uma predominância do setor Educação sobre os demais, com 44,0% do total. Se, no entanto, forem retiradas dessa categoria aquelas respostas, teremos um retrato mais fiel das ocupações dos sujeitos não servidores das escolas (**Gráfico 10**).

Gráfico 10 – Setores de atividade dos respondentes, exceto docentes das escolas.

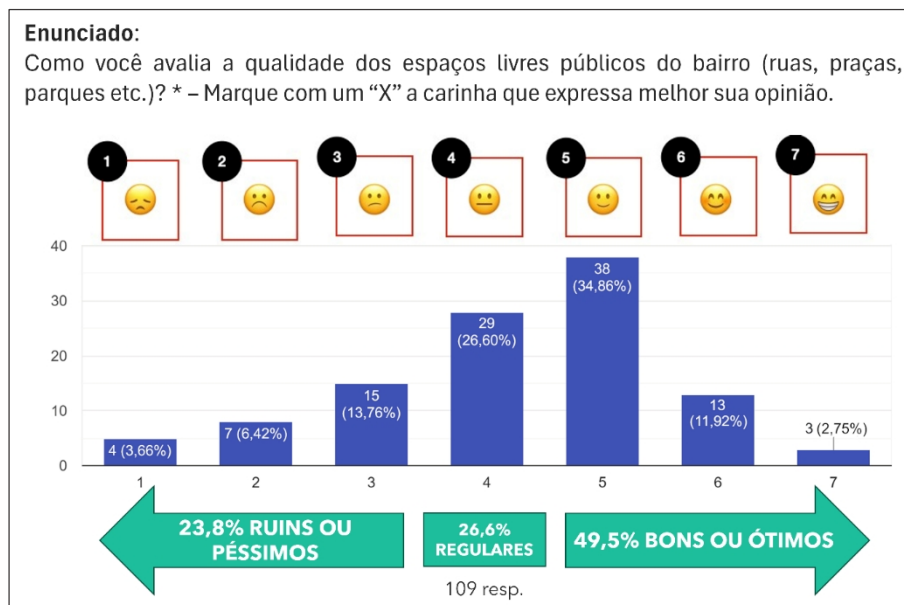


Fonte: Elaborado pelo autor.

6.1.2 Q-1 – 2.ª Parte: Avaliação da QEU do bairro

Q-1 – Pergunta 7 – Avaliação preliminar dos ELP (Gráfico 11).

Gráfico 11 – Q-1, Pergunta 7: Avaliação da qualidade dos ELP do Piza.



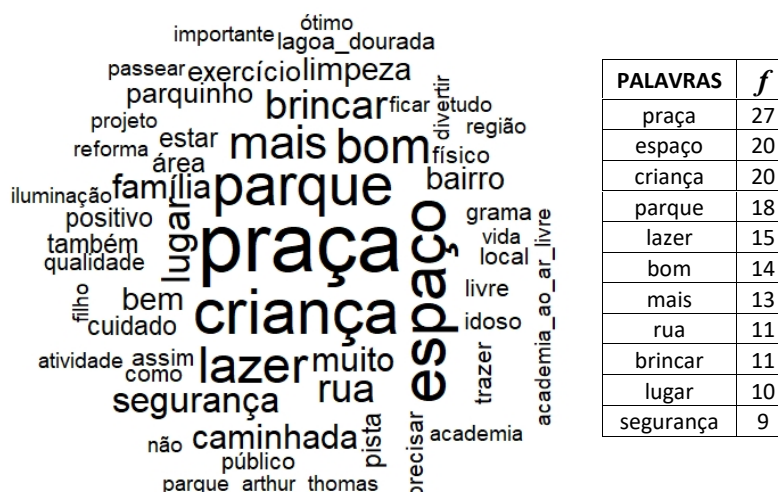
Fonte: Elaborado pelo autor.

Nesta pergunta informal e deliberadamente um tanto vaga, procuramos recolher uma posição geral da noção que tinham os respondentes, capturando uma *primeira impressão*, fruto de um primeiro estímulo, curto e direto, a pensar sobre os ELP do bairro. Assim, extraímos que praticamente metade dos sujeitos consideraram os ELP do Piza bons ou ótimos, contra menos de $\frac{1}{4}$ que os considerou ruins ou péssimos. A média das 109 pontuações foi igual a 4,29 apenas, porque apesar da avaliação aparentemente favorável, a soma das avaliações regulares (26,6%) com as ruins ou péssimas (23,8%) supera os 50%. De todo modo, pode-se afirmar com base nesse resultado, que no geral os ELP do bairro apresentam, para a maioria dos sujeitos da pesquisa, qualidade entre regular e boa, o que veio ao encontro de minhas observações empíricas a respeito desses espaços que, apesar de agradáveis, eram de qualidade espacial regular.

Q-1 – Pergunta 8 – Ponto mais positivo do bairro.

Enunciado: “Para você, o que é mais positivo nos espaços livres públicos do bairro (ruas, praças, parques etc.)? Por quê?” Esta pergunta, que buscou captar as representações individuais dos sujeitos por meio de seus discursos, retornou 91 comentários textuais (77 de mulheres e 14 de homens), formando um *corpus* de 3.387 palavras. O material foi processado pelo software estatístico RStudio (POSIT, 2021) com instalação do pacote *Word Clouds* (Fellows, 2022), gerando a nuvem de palavras da **Figura 40**. O quadro auxiliar mostra as frequências.

Figura 40 – Q-1, Pergunta 8: Nuvem de palavras e quadro de frequências.



Fonte: Elaborada pelos autores, com uso do software RStudio (POSIT, 2021).

Aqui, outra vez uma pergunta simplificadora, porém de resposta aberta, visando captar as representações individuais dos sujeitos por meio de seus discursos. O resultado mostra que as praças e parques, como espaços de lazer e lugar para crianças brincarem, constituem o aspecto mais positivo do bairro, para os sujeitos da pesquisa. Porém, sabendo que esta apreciação pode ser considerada enviesada devido ao predomínio de respondentes mulheres ($n = 77$), separamos as escassas 202 palavras contidas nas apreciações dos 14 homens, e as analisamos segundo o mesmo procedimento. Para eles, os pontos mais positivos do bairro são os mostrados na **Figura 41**.

Figura 42 – Q-1, Pergunta 9: Nuvem de palavras e quadro de frequências.

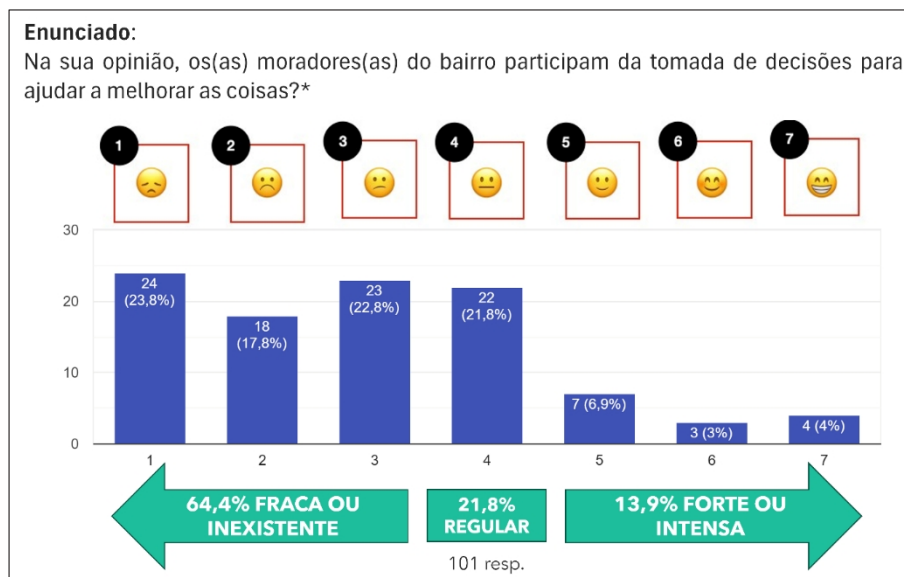


Fonte: Elaborada pelo autor.

Mesma configuração de pergunta, logo depois de o sujeito ter sido estimulado a pensar no ponto mais positivo, favorecendo assim a expressão de uma opinião contrastante. Destacaram-se as avaliações sobre a falta de manutenção nas praças, ruas e demais espaços públicos, sendo a iluminação reconhecida como fator de segurança. Logo abaixo, a limpeza deficiente, o excesso de mato nos locais e o acúmulo de lixo foram as menções mais frequentes. Aqui, nenhuma discrepância entre as apreciações de homens e de mulheres.

Q-1 – Pergunta 10 – Avaliação da participação comunitária. (Gráfico 12).

Gráfico 12 – Q-1, Pergunta 10: Avaliação da participação comunitária.



Fonte: Elaborado pelos autores.

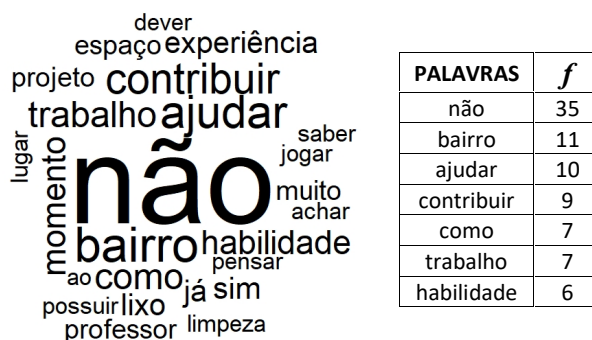
Este resultado revelou a consciência dos respondentes sobre sua própria participação nas decisões que afetam o bairro. Chama a atenção, entre os 64,4% de sujeitos que a consideraram fraca ou inexistente que o maior número absoluto de sujeitos ($n=24$) tenha dado a nota 1 (inexistente).

Q-1 – Pergunta 11 – Sobre a possibilidade de contribuir para promover melhorias no bairro.

Esta pergunta opcional recebeu 58 respostas (52,3% dos Q-1 válidos). Enunciado: “Além de participar conosco nesta pesquisa, ajudando a projetar mudanças concretas, como você gostaria de contribuir para melhorar as áreas públicas do bairro?”. Esta foi a pergunta com maior número de devoluções sem preenchimento, chegando a 47,7% dos instrumentos válidos. Assim como nas perguntas 8 e 9, recorreremos à nuvem de palavras e frequências de ocorrências, embora o *corpus* tenha sido bem menor, apenas 649 palavras. Malgrado o panorama desanimador da indisposição geral ou a alegação de impedimentos para se envolver, tendo 20 pessoas respondido expressamente que não queriam contribuir de forma alguma (34,5%), 15 outras se prontificaram a participar (25,9%), algumas chegando

mesmo a detalhar de que modo imaginavam uma possível contribuição. A **Figura 43** é autoevidente.

Figura 43 – Q-1, Pergunta 11: Nuvem de palavras e quadro de frequências.



Fonte: Elaborada pelos autores.

6.2 RESULTADOS DO QUESTIONÁRIO 2 (Q-2)

Neste subtítulo são apresentados de maneira conjunta os resultados das respostas obtidas com o Q-2, instrumento baseado na ferramenta *Place Standard* (Our Place & Architecture and Design Scotland, 2023).⁶² Para os fins do argumento, não considerei necessário analisar individualmente cada conjunto de respostas do instrumento Q-2, uma vez que este conjunto de resultados é apresentado no **Apêndice I** – Coletânea das respostas do Questionário 2 e **Apêndice L** – Devolutiva à Comunidade - Resultados do Q-2. O documento original em que este questionário se baseia, o livreto com as 14 perguntas da *Place Standard Tool* (PST), encontra-se no **Anexo F**, sendo o **Apêndice G** a tradução dessa ferramenta para o idioma português, que não chegou a ser utilizada no estudo de campo.

Dada a abrangência dos aspectos abordados pelo Q-2, neste subtítulo condensei os resultados na **Tabela 8**, utilizando as avaliações simplificadas, como explicado no **Quadro 3**. Os temas destacados em negrito na **Tabela 8** são os mais diretamente dependentes da qualidade das estruturas materiais do ambiente.

⁶² Cf.: Quadro 5.

Tabela 8 – Resumo das avaliações obtidas do Q-2.

| Pergunta | Enunciado | n_R | Avaliações (simplificadas) | | | | | |
|-----------|---|------------|----------------------------|-------------|-----------|-------------|--------------|-------------|
| | | | Ruim ou péssimo | | Regular | | Bom ou ótimo | |
| | | | n_K | % | n_K | % | n_K | % |
| 1 | Condições para caminhar e pedalar | 102 | 28 | 27,5 | 14 | 13,7 | 60 | 58,8 |
| 2 | Qualidade do serviço de ônibus | 92 | 33 | 35,9 | 17 | 18,5 | 42 | 45,7 |
| 3 | Trânsito no bairro | 109 | 28 | 25,7 | 22 | 20,2 | 59 | 54,1 |
| 4 | Paisagem urbana | 109 | 19 | 17,4 | 26 | 23,9 | 64 | 58,7 |
| 5 | Áreas verdes | 109 | 24 | 22,0 | 16 | 14,7 | 69 | 63,3 |
| 6 | Lugares para brincar, esporte e lazer | 106 | 24 | 22,6 | 23 | 21,7 | 59 | 55,7 |
| 7 | Serviços públicos, comércio e serviços locais | 106 | 17 | 16,0 | 15 | 14,2 | 74 | 69,8 |
| 8 | Empregos e economia local | 102 | 32 | 31,4 | 26 | 25,5 | 44 | 43,1 |
| 9 | Moradias do bairro | 102 | 11 | 10,8 | 16 | 15,7 | 75 | 73,5 |
| 10 | Lugares de interação social | 102 | 20 | 19,6 | 34 | 33,3 | 48 | 47,1 |
| 11 | Senso de identidade e pertencimento | 99 | 21 | 21,2 | 17 | 17,2 | 61 | 61,6 |
| 12 | Sensação de segurança | 106 | 37 | 34,9 | 21 | 19,8 | 48 | 45,3 |
| 13 | Cuidado e manutenção | 105 | 54 | 51,4 | 26 | 24,8 | 25 | 23,8 |
| 14 | Minha participação e influência na comunidade | 102 | 59 | 57,8 | 25 | 24,5 | 18 | 17,6 |

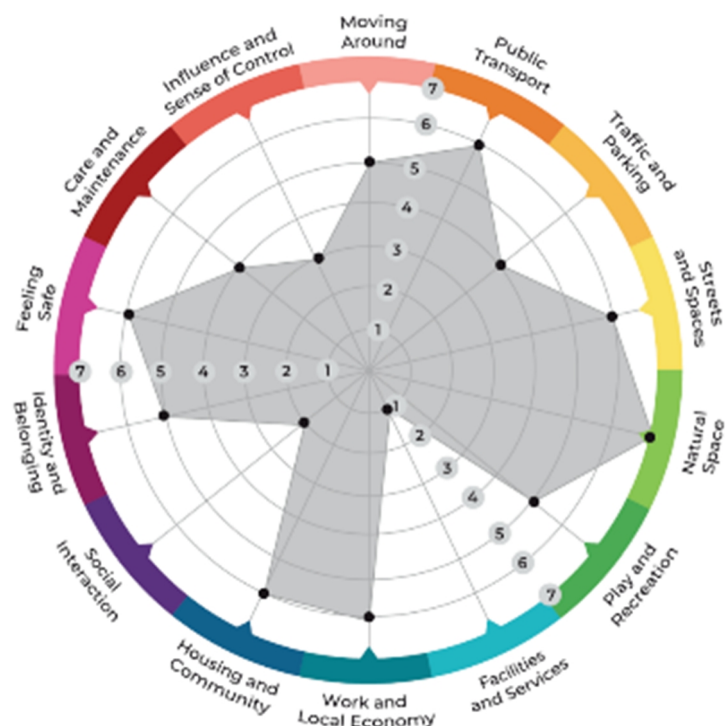
n_R = Número de respostas total da pergunta.

n_K = Número de respostas com avaliação na classe.

Fonte: Elaborada pelo autor.

Como já mencionado, a aplicação da PST gera gráficos do tipo radar, para visualização do conhecimento que emerge em dinâmicas coletivas e grupos focais. O formato da figura resultante é um indicador visual dos pontos fortes e fracos do lugar, sendo que quanto mais cheia a figura formada e menores as concavidades, melhor é sua condição (**Figura 44**).

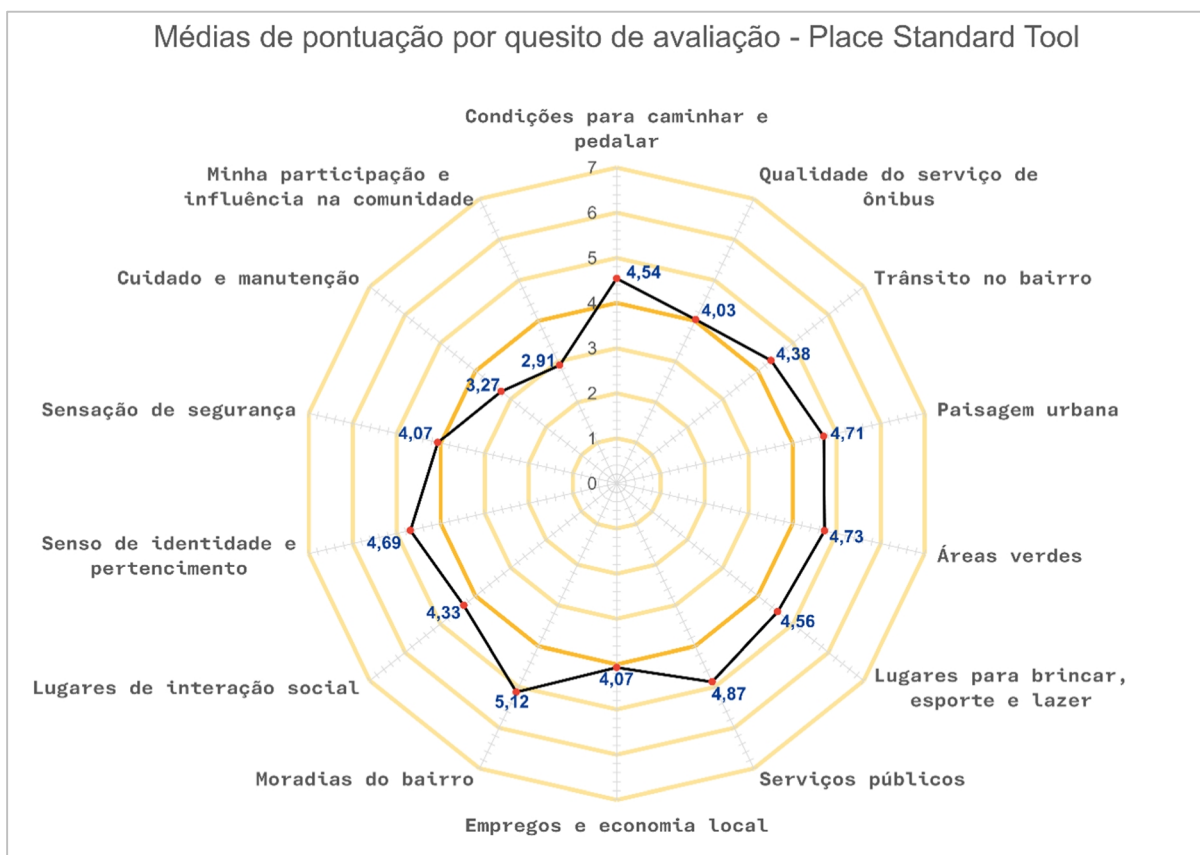
Figura 44 – Gráfico tipo radar exemplificado na *Place Standard Tool*.



Fonte: *Place Standard Tool* (Our Place & Architecture and Design Scotland, 2023).

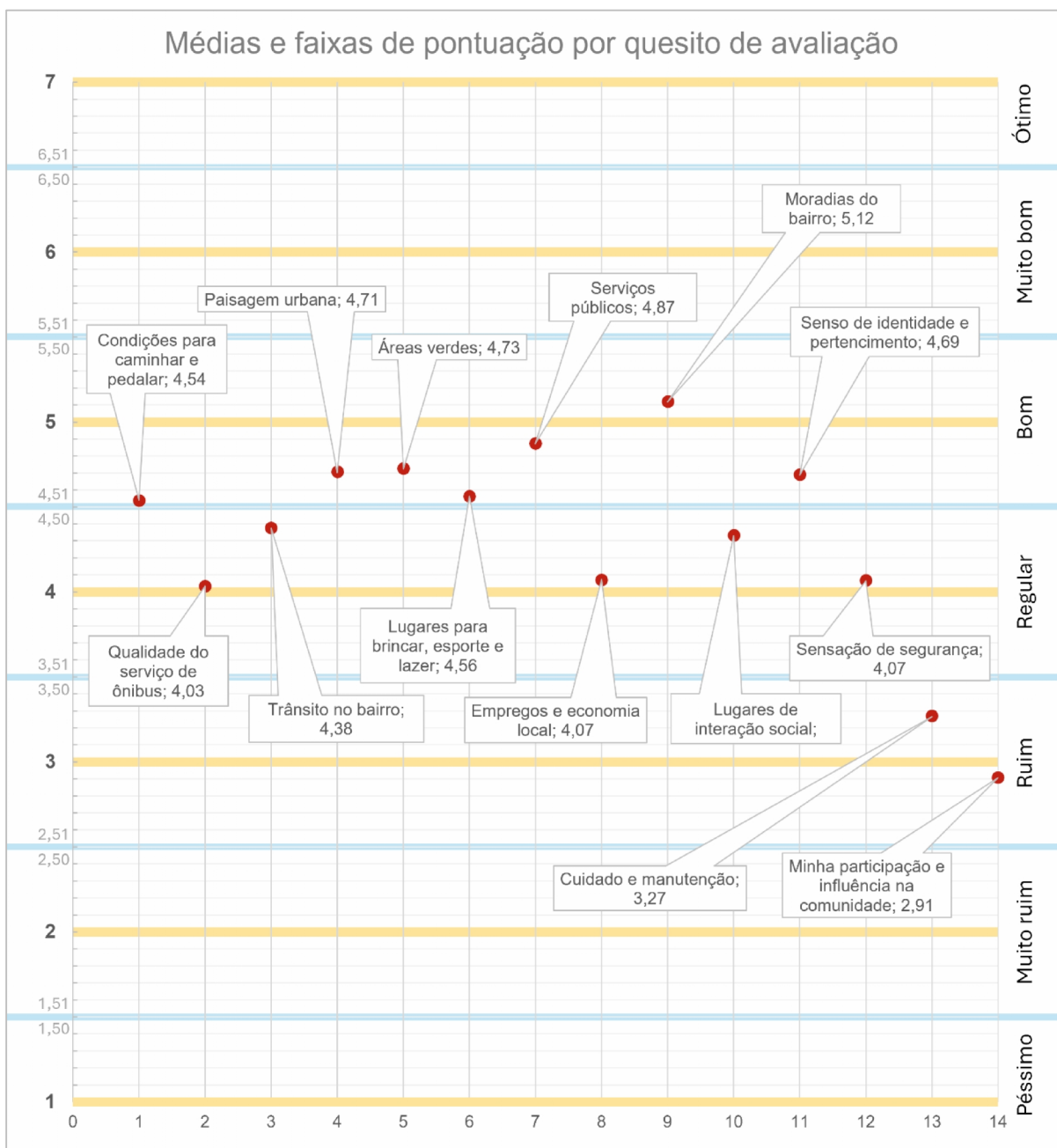
Neste exemplo, a figura formada apresenta o que seria o resultado gráfico de uma avaliação de um espaço que apresentasse uma disparidade muito grande entre pontos muito positivos (áreas verdes, moradia e comunidade, p.ex.) e outros muito negativos (interação social, p.ex.). Portanto, a figura formada é irregular, apontando claramente os pontos que necessitam de extrema atenção.

No caso real de nossa pesquisa, obtivemos as médias de cada tema, cujos valores foram plotados sobre um gráfico radar, análogo à figura acima. No **Gráfico 13** o anel laranja corresponde ao valor central 4 da escala Likert utilizada, que na avaliação simplificada é a referência para o considerado *regular*. Os anéis 3, 2 e 1 expressam os níveis de insatisfação (Ruim, Muito ruim e Péssimo), enquanto os anéis 5, 6 e 7 referem-se aos níveis de satisfação (Bom, Muito bom e Ótimo).

Gráfico 13 – Gráfico radar das notas médias de todas as perguntas do Q-2.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base na *Place Standard Tool* (Our Place & Architecture and Design Scotland, 2023).

Para melhor visualização dos quesitos que se situaram na região dos graus de satisfação e insatisfação, elaboramos o **Gráfico 14**, em que os números na escala horizontal correspondem às perguntas e os números na vertical são as pontuações de 1 a 7 dadas aos fatores da QEU avaliados.

Gráfico 14 – Pontuações médias em relação aos níveis de satisfação e insatisfação.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Os resultados obtidos por meio do Q-2 vieram ao encontro dos dados levantados com o Q-1. Em uma avaliação mais detalhada dos componentes da QEU do que as perguntas genéricas 7, 8 e 9 do Q-1, o questionário adaptado da ferramenta *Place Standard* provou ser um instrumento eficaz para coletar as impressões do grupo pesquisado. O **Gráfico 13** mostra uma figura cheia, não irregular como no exemplo da **Figura 41**, porém, ela não é grande e apresenta concavidades exatamente nos pontos de pior avaliação. A maioria dos

pontos não ultrapassa o nível 5 (= Bom), sendo que apenas um aspecto é decididamente *Bom*, com pontuação média 5,12. É o item 9-Moradias do bairro, com 73,5% dos sujeitos tendo atribuído pontuações 5, 6 ou 7 (boas ou ótimas), o de maior satisfação. De resto, nesse grupo de temas apenas um situou-se claramente na faixa do *Ruim*, justamente o 13-Cuidado e manutenção (média = 3,27), o que é consistente com o que foi considerado no Q-1, por homens e mulheres, o ponto mais negativo do bairro, destacando-se como a maior insatisfação.

7 CONCLUSÃO

7.1 A URBANIDADE COMO CONEXÃO ENTRE OS SABERES CIDADÃOS E A QUALIDADE ESPACIAL

O estudo de campo que efetuei como primeira aproximação à comunidade do Piza e como etapa preparatória para a pesquisa-ação pretendida, embora tenha mostrado a completa inviabilidade de sua realização, conseguiu ainda assim desvelar aspectos dos saberes cidadãos de pouco mais de uma centena de moradores e frequentadores do bairro Piza, em Londrina.

Suas respostas são manifestações genuínas de sua relação com o bairro em geral e com seus ELP, em especial. Informam-nos sobre uma escala de importância atribuída pelos participantes a cada aspecto da QEU abordado nas questões, o que, em última análise, comunica uma escala de valores das vivências cotidianas na interação direta com esses espaços e seus componentes. Os relatos textuais recolhidos nas perguntas abertas do Q-1 e nos comentários às 14 perguntas do Q-2 forneceram-nos um rico material, permitindo neles vislumbrar a urbanidade que o grupo investigado manifesta ao interagir com os ELP em seu território, i.e., como acontece o seu *estar-na-cidade* (Godoy Filho et al., 2023), ou como sua urbanidade social interage com a urbanidade arquitetônica característica de seus lugares de vivência (Aguiar, 2016; Andrade, 2010; Dind, 2008; Holanda, 2010).

Neste ponto, já avultam alguns elementos de reflexão para tentar responder às três perguntas colocadas no início deste trabalho. Tentarei respondê-las, em face de todo o exposto e reproduzindo aqui alguns desses registros originais, na linguagem dos sujeitos pesquisados, a começar pela terceira questão: sobre o conhecimento que os sujeitos tinham de seu território e se havia um senso de identidade e pertencimento a ele. Vejamos:

Os parquinhos é ótimo⁶³ para levar as crianças para se divertir e brincar. Os espaços do parque servem para caminhadas e atividades físicas. (Respondente CCB-005, 2023. Mulher, mora no bairro).

Trabalho nesse bairro, e aqui existe uma variedade de comércio, próximo, o que facilita no dia a dia. (Respondente CCB-011, 2023. Mulher, não mora no bairro).

O bairro ser grande, a paisagem, vista que você pode ter de alguns bairros (locais), a lagoa, cachoeira, rios, os espaços para correr. Isso traz muito lazer a todos os moradores. (Respondente PPF-038, 2023. Homem, mora no bairro).

Parques urbanos, convívio da comunidade, áreas de lazer públicas. (Respondente WEB-002, 2023. Homem, mora no bairro).

Depreende-se, portanto, a partir desses registros e outros semelhantes, que há um conhecimento significativo do bairro entre os respondentes. Quanto à segunda parte dessa questão, se havia um senso de identidade e pertencimento, as respostas à pergunta 11 do Q-2 (**Tabela 8**) atestam que sim, para uma nítida maioria (61,6%). Os comentários abaixo assim confirmam⁶⁴.

Fui criada no Jardim Piza durante minha infância/adolescência e hoje trabalho como professora na Escola [...], onde eu e minha família estudamos. (Respondente CCB-013, 2023. Mulher, mora no bairro).

Nasci aqui, trabalho no CMEI e na escola daqui e moro aqui. (Respondente CCB-024, 2023. Mulher, mora no bairro).

Muitas brincadeiras na rua com os amigos e vizinhos da infância. (Respondente PPF-057, 2023. Mulher, mora no bairro).

⁶³ As transcrições são fiéis às palavras dos respondentes, sem correções gramaticais, acréscimos ou supressões, exceto quando o que foi mencionado poderia identificar o sujeito. Os prefixos CCB e PPF nas referências aos respondentes referem-se ao vínculo destes com a comunidade escolar de origem. A sigla WEB refere-se a respondente online.

⁶⁴ Curiosamente, nenhum homem respondeu a essa pergunta. Seriam os sentimentos de identidade e pertencimento sutis demais para os homens e apreensíveis somente pelas mulheres? Na frase de explicação do enunciado dessa pergunta, coloquei, baseado no texto auxiliar da pergunta na PST original: “Histórias compartilhadas, família, amizades e relação com o bairro”. A resposta (não computada) do único homem que se arriscou a dizer alguma coisa foi a seguinte: “Não tem algum fator histórico que vejo tão relevante”. (Respondente CCB-008, 2023, homem, mora no bairro).

Moro nessa região, nasci nesse bairro, estudei e trabalhei. É uma ótima região que dá oportunidades de emprego! (Respondente CCB-042, 2023. Mulher, mora no bairro).

Muito bom de morar e fazer amizades. (Respondente CCB-070, 2023. mulher, mora no bairro).

A segunda questão era sobre o valor atribuído aos ELP, e se havia uma satisfação geral com eles, a ponto de ser o motivo de não se constatar um movimento reivindicatório mais nítido no bairro em busca de melhorias. Ficou claro pelas avaliações e por diversos comentários às perguntas sobre esses itens que, para o grupo pesquisado, os ELP são importantes, em especial as praças e áreas verdes, as condições para mobilidade ativa, os lugares para esporte e lazer, todos com percentual de satisfação acima de 55 pontos (**Tabela 8**). Note-se, no entanto, que apenas o tema 9 – *Moradias do bairro* apresenta uma maioria expressiva de sujeitos satisfeitos. Assim, esses índices de satisfação devem ser considerados com cuidado.

Por que, então, não existe qualquer iniciativa mais ampla e estruturada dessa comunidade para melhoria da QEU do bairro, particularmente dos seus ELP, se são bem conhecidos, têm muito valor para ela e são motivo de satisfação para a maioria?

A leitura exploratória que conduzimos sobre as possíveis traduções do conceito de urbanidade mostrou que, além das manifestações sociais mais evidentes de um comportamento respeitoso, afável, aberto, habilidoso e cortês de indivíduos ou grupos, ela abrange a *civilidade*, que se destaca como sua principal dimensão, tão indissociável quanto a *cidadania*. Em outras palavras, uma sociedade que pretenda ser plenamente *urbana* (Lévy, 2004, p. 92)⁶⁵, precisa ser também uma sociedade necessariamente *civil*, que age de maneira *cidadã*; sob pena de vivenciar os ELP segundo uma urbanidade que poderíamos considerar incompleta, claudicante ou, como a classificou Andrade (2010, p. 11), “restrita”.

É a ocorrência simultânea e manifesta dessas duas dimensões essenciais da urbanidade, a *civilidade* e a *cidadania*, que se refletirá nos seus espaços de vivências,

⁶⁵ Ou que faz a *opção urbana*, segundo o autor.

determinando o grau de urbanidade social e arquitetônica desses espaços, o que tem impacto direto na QEU. Lembrando-nos de Borja & Muxí (2003, p. 23), citados no início deste artigo, é a *qualidade da cidadania* dos habitantes de uma cidade que vai determinar a *qualidade de vida* do povo e, em última análise, a *qualidade da cidade*, da qual um indicador fidedigno é o espaço público. Segundo Grinover (2013, p. 18), “qualidade de vida é o grau de bem-estar individual e de grupo, [...] determinada pelas necessidades básicas da população, sendo seu grau de satisfação o elemento definidor dos níveis de qualidade de vida.” O autor menciona mais adiante alguns fatores considerados em nossa pesquisa:

Acessibilidade, fluidez, limpeza, iluminação, a qualidade das edificações, o tamanho das residências, a presença de áreas verdes e a disponibilidade de necessidades básicas são indicativos de seu grau de satisfação e referenciais para as gestões locais que objetivam a inclusão social, a melhoria da qualidade de vida. (Grinover, 2013, p. 19).

Em suma, segundo o autor, não é possível haver “hospitalidade urbana” (op. cit., p.19) – essencialmente o mesmo que Holanda (2010) denomina de urbanidade arquitetônica – nos lugares em que não se manifesta a cidadania plena, seja por uma opção ideológica dos cidadãos de repulsar a dimensão política de seu exercício, seja devido às limitações impostas por estruturas de poder ilegítimo e violento, como no caso dos enclaves urbanos governados por organizações criminosas armadas. Veja-se, p.ex., o exposto por Andrade (2010), ao descrever as restrições a esse exercício na Favela da Rocinha:

Queria mostrar que, a despeito da importância e do privilégio da sua localização na cidade, suas condições físicas representavam, junto com renda, escolaridade etc., um dos entraves para o exercício da cidadania. (Andrade, 2010, p. 8).

Prossegue ainda, citando o geógrafo Paulo César da Costa Gomes:

...um olhar geográfico sobre o espaço público deve considerar, por um lado, sua configuração física e, por outro, o tipo de práticas e dinâmicas sociais que aí se desenvolvem. Ele passa então a ser visto como **um conjunto indissociável das formas com as práticas sociais**. [...]. Aliás, essa parece ser a única maneira de se estabelecer uma relação direta entre a condição de cidadania e o espaço público, ou seja, sua configuração física, seus usos e sua vivência efetiva. (Gomes, 2002, p. 172, apud Andrade, 2010, p. 6, grifo meu).

Nessa mesma obra, o autor expressa sem rodeios uma visão à qual me alinho e que foi um dos fundamentos das reflexões que motivaram esta pesquisa: “De tal forma essas categorias estão associadas – espaço público e cidadania –, que a configuração e a transformação da primeira significam mudanças absolutas na segunda” (Gomes, 2002, p. 188). Com base no quadro teórico explorado sobre as três categorias estudadas (qualidade espacial urbana, saberes cidadãos e urbanidade), arrisco-me a acrescentar um “...e vice-versa” ao final de sua afirmação.

Logo, se por um lado os ELP do Piza não são considerados de baixa QEU por seus moradores e frequentadores, uma vez que não se constatou uma maioria de sujeitos insatisfeitos sobre como eles *são* (seu desenho, sua localização, seus equipamentos etc.), mas sobre como eles *estão* (questões de conservação, iluminação e segurança), por outro lado essa satisfação é modesta, pouco acima de 55%, o que coincide com a apreciação empírica que fiz, a partir de minha imersão prolongada no cotidiano do bairro.

A explicação das razões por que a comunidade do Piza não manifesta iniciativas para melhorar seus ELP, sejam próprias ou por meio de pressão sobre os agentes públicos, deve ser buscada nos seus *saberes cidadãos*, que são uma expressão subsidiária de sua *urbanidade*, carente de maior clareza cidadã quanto ao seu poder-dever de reivindicar o direito a ELP de qualidade. Algumas respostas às perguntas 11 do Q-1 e 14 do Q-2, ambas envolvendo a questão da participação em instâncias comunitárias, são reveladoras desses saberes ou atitudes, frente a um eventual envolvimento:

No momento não posso ajudar, por conta que trabalho com dois serviços. (Respondente PPF-058, 2023. Homem, mora no bairro).

Muito pouco, não tenho contato com representantes ou organizadores. (Respondente CCB-056, 2023. Mulher, mora no bairro).

Não posso ajudar, mas elegemos representantes que já deveriam fazer esse trabalho. (Respondente PPF-057, 2023. Mulher, mora no bairro).

Só em relação a ações do colégio e igreja. (Respondente PPF-029, 2023. Mulher, mora no bairro).

Trabalho o dia todo, então a participação é mínima. (Respondente CCB-057, 2023. Mulher, mora no bairro).

Eu não tenho muita participação nessas coisas. (Respondente PPF-048, 2023. Homem, mora no bairro).

Não vejo nenhuma mobilização neste sentido. (Respondente CCB-008, 2023. Homem, mora no bairro).

Nem sei se tem associação do bairro. (Respondente PPF-054, 2023. Homem, mora no bairro).

Essas respostas e outras semelhantes evidenciaram as limitações à participação do grupo de sujeitos pesquisados quanto: a) ao tempo e energias ocupados com o trabalho; b) à falta de contato com alguma representação reconhecível, legitimamente instituída; c) à ideia de uma delegação irrestrita de poderes aos representantes eleitos, desobrigando o eleitor de lhes cobrar providências (“...representantes que já deveriam fazer esse trabalho”). Esses fatores limitam algum aspecto do exercício da cidadania, portanto, a própria urbanidade, visto que desta é componente inseparável.

De resto, ainda sobre a relação espaço público / urbanidade / cidadania, cabe referência ao já citado artigo de Albert Levy (2015), tão curto quanto contundente, em que este arquiteto, urbanista e conferencista, prolífico autor de vários livros e artigos, inventaria em apenas seis parágrafos nada menos que vinte características do que conceitua como “espaço público incivil”: espaço sem urbanidade, sem identidade, hostil ou meramente medíocre do ponto de vista formal e funcional, conceito que ele começou a elaborar em fins da década de 1990 (Castro, 2002, p. 58; Levy, 1997). O último aspecto da lista de traços distintivos de um espaço público incivil parece sintetizar o que temos descrito:

Observa-se, enfim, um desinteresse político, com uma fraca participação dos habitantes na gestão de seu quadro de vida, por falta de estruturas de democracia local verdadeiras que permitiriam aos cidadãos intervirem a todo momento e co-decidir o futuro do bairro. (Levy, 2015, tradução minha).

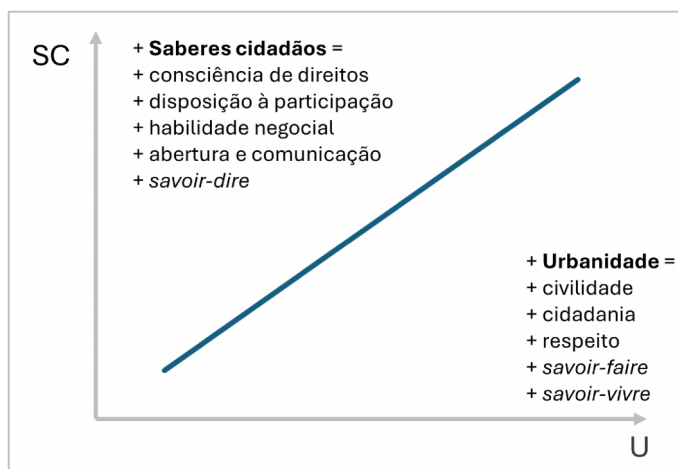
7.2 ESCLARECENDO AS RELAÇÕES DE DEPENDÊNCIA ENTRE AS TRÊS VARIÁVEIS ESTUDADAS

Iniciei este trabalho propondo a tese de ser a *urbanidade* o construto capaz de explicar a relação entre a *qualidade espacial urbana* (QEU) de um bairro consolidado de Londrina-PR e os *saberes cidadãos* de seus moradores, mediante certas relações de dependência entre essas três variáveis (ou categorias). Argumentei que, no caso específico do Piza, a QEU do bairro é dependente dos saberes cidadãos de seus moradores. Já esses saberes são dependentes da(s) urbanidade(s) verificáveis no lugar.

Com efeito, depois de concluídas as pesquisas bibliográficas e de campo, e obtidos os dados primários que emergiram das respostas aos instrumentos utilizados, além do que pude apreender (e aprender) nas conversas informais e reuniões com membros da comunidade, é possível afirmar:

Primeiro: Dada a imbricação da civilidade com a cidadania na constituição da urbanidade e a relação desta com os saberes e práticas que determinam as ações ou omissões da comunidade do Piza sobre seu lugar de vivências (conhecimentos esses manifestados dentro de um dispositivo de urbanismo participativo, ainda que apenas na modalidade de consulta – *saberes cidadãos*, portanto), existe uma relação direta do grau de urbanidade com os saberes cidadãos. Assim, um robustecimento da(s) urbanidade(s) vai provocar um fortalecimento em igual proporção dos saberes cidadãos. Esta relação pode ser figurada usando-se um gráfico simples como recurso visual ao entendimento, em que se posiciona a *urbanidade* (**U** – no caso estudado, a variável sempre independente) no eixo das abscissas e os saberes cidadãos (**SC** – nessa relação, a variável dependente) no eixo das ordenadas, sendo a relação entre as variáveis representada por uma linha reta, como no **Gráfico 15** abaixo, em que a expressão francesa *savoir-dire* (lit.: saber dizer) significa a habilidade de se expressar politicamente de maneira aceitável e convincente.

Gráfico 15 – Saberes cidadãos em função da urbanidade.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Segundo: Dado que o Piza é um bairro que se consolidou como tal justamente em um contexto de ausência de disputas fundiárias, que foi resultado de projetos legal, técnica e formalmente definidos, tendo se configurado de modo razoavelmente homogêneo ao longo dos anos e não apresentando os problemas prementes típicos dos bairros populares periféricos das maiores cidades brasileiras; e que, além disso, teve sua QEU *inicial* definida em grande medida já nos próprios projetos dos loteamentos, a melhoria geral de seus ELP como hoje se encontram passa necessariamente pela disposição de seus moradores de reivindicar uma elevação dessa qualidade originária. Assim, os problemas de QEU verificados nos ELP do bairro, embora não sejam dramáticos, são claramente percebidos pelos seus habitantes e tendem a permanecer sem solução, relegando os ELP do bairro a um padrão de qualidade mínima necessária para seu funcionamento. O conjunto de fatores contribuintes para essa situação, discernido com toda clareza e surpreendente sinceridade pelos sujeitos da pesquisa, inclui a indisposição geral e mesmo rejeição à participação cidadã (inevitavelmente política!), a falta de organização de instâncias legítimas de representação, a ausência de lideranças com maior alcance e influência junto aos moradores etc.

Ora, esse é justamente um conjunto de carências diretamente relacionado aos *saberes cidadãos* dos respondentes, que se materializa no espaço público do bairro, definindo a QEU aceitável para essa comunidade. Portanto, a elevação da QEU do bairro Piza, passando-a de modestamente satisfatória para decididamente boa ou ótima, *depende* de uma

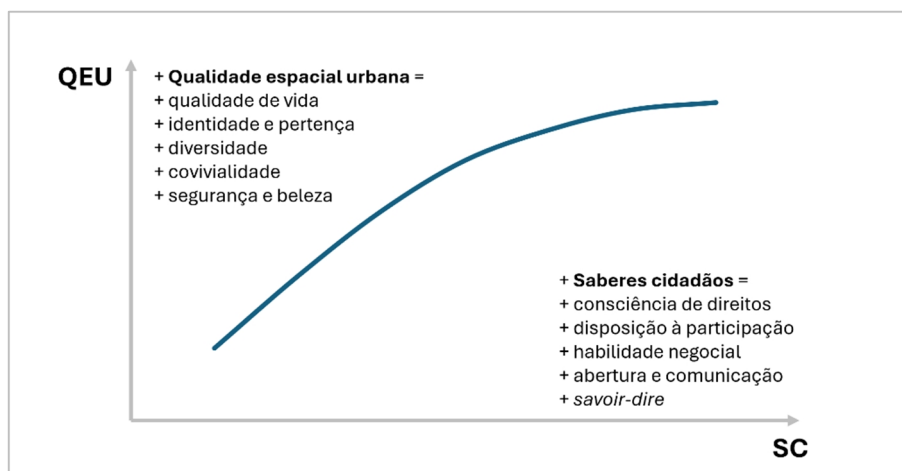
ampliação dos saberes cidadãos de sua comunidade que seja capaz de gerar a mobilização para tanto.

Contudo, essa melhoria da QEU não estará em uma relação direta com o alargamento dos saberes cidadãos, mas tenderá a chegar a um ponto ótimo e ali se estabilizar. Quero dizer com isso que a variação da QEU não é linear com a presença dos saberes cidadãos mobilizados para elevá-la. É plausível supor que em uma situação inicial de muito baixa qualidade espacial (QEU_0), na presença de mobilização cidadã para elevá-la, a variação aconteça mais rapidamente, pela solução dos problemas mais urgentes e com maior impacto na qualidade do ambiente. Uma reivindicação de eliminar uma vala de esgotos que corta uma rua de terra, p.ex., se atendida e pavimentada a rua, provocará um aumento significativo da qualidade de vida dos moradores desse local como um todo.

Uma vez sanadas as necessidades urgentes e importantes, a solução das demandas importantes, mas não urgentes, tende a produzir uma variação menor na QEU, e o atendimento daquelas não importantes nem urgentes, mas que seriam desejáveis, produzirá uma variação ainda menor. Eis por que propus a figuração da QEU em função dos saberes cidadãos como uma curva com inclinação decrescente à medida que vai aumentando. O ponto de estabilização é atingido não quando todas as reivindicações foram atendidas, mas quando se chega a um ponto de equilíbrio entre o que se pretende obter com a ação cidadã, o grau de satisfação com a QEU já obtida e o vislumbre dos esforços que teriam de ser feitos para aumentá-la ainda mais.

Sendo assim, proponho o **Gráfico 16** como uma representação possível dessa relação de dependência da QEU em face de saberes cidadãos em ação.

Gráfico 16 – Qualidade espacial urbana em função dos saberes cidadãos.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Diante dos resultados consolidados desta pesquisa, em cotejamento com a literatura pertinente, posso afirmar que é a urbanidade desvelada junto aos moradores e frequentadores pesquisados no bairro Piza, em Londrina-PR, o fenômeno que estabelece a relação entre seus saberes cidadãos e a QEU observada no bairro. O *estar-na-cidade* característico desse grupo, bastante reticente quanto a um envolvimento político de maior alcance e exposição pública do que as iniciativas das escolas e igrejas do bairro, aliado à virtual invisibilidade de uma atuação institucional da associação de moradores, apresenta-se como um significativo fator a ser levado em conta na tentativa de explicar a conexão entre os construtos *saberes cidadãos* e *qualidade espacial urbana* no bairro considerado.

7.3 CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA

Este trabalho procurou contribuir para o aprofundamento das pesquisas em A&U interessadas em uma abordagem da QEU a partir das noções de cidade desveladas nas representações que dela que fazem os cidadãos comuns; abordagem esta que fosse além do comumente tratado em diversos escritos sobre o tema, quase todos em contexto bastante diverso dos que vigoram no Sul Global, referindo-se a urbanidades construídas em outro tempo, em outras sociedades, em outra relação com os espaços públicos e com aquilo que se considera *o bem comum*, em geral.

Pretendi ainda contribuir para uma reflexão *com mente de arquiteto* em torno do valor da cidadania, na sua interface com o uso dos ELP, via de investigação comparativamente pouco frequente nas preocupações dos profissionais de nosso ramo.

Procurei também trazer para solo brasileiro e língua portuguesa a aplicação de uma ferramenta metodológica de comprovado sucesso para avaliação de lugares, a *Place Standard Tool*, ainda que de modo parcial; e mostrar que, com certas adaptações para a nossa gente simples, menos habituada à leitura atenta, sua aplicação pode ser bem sucedida.

Finalmente, o trabalho traz a contribuição de ter provido mais uma tradução da urbanidade, agora como peça de conexão entre a *cidade material*, concreta, presente no espaço e a *cidade representada*, presente nas mentes e discursos dos moradores de um bairro consolidado, de tal modo que não seja possível considerá-las como cidades separadas.

7.4 SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS

A partir da proposição das relações de dependência, interdependência e independência das três variáveis estudadas, uma pesquisa de maior envergadura, com maiores recursos, que as venha parametrizar de modo mais objetivo e quantificável, a fim de confirmar ou refutar esta tese seria uma importante contribuição ao conhecimento.

No campo da comunicação digital voltada para comunidades, com foco na melhoria da QEU, um estudo deste tipo que venha a resultar em um aplicativo para dispositivo móvel, p.ex., permitindo uma melhor interação pesquisadores / comunidades, com a finalidade de gestão dos eventos, atores e recursos de uma pesquisa-ação nesse campo, seria outra importante contribuição.

Finalmente, pode-se especular sobre o valor para o conhecimento em A&U de um estudo comparativo das noções e parâmetros de QEU aplicados nos projetos recentes de bairros ou condomínios ditos “inteligentes” e os mesmos parâmetros e noções presentes nos projetos de loteamentos comuns, destinados às classes populares, projetados segundo a lógica do quanto, em vista da escassez de recursos.

REFERÊNCIAS

- Aguiar, D. (2012). Urbanidade e a qualidade da cidade. In D. Aguiar & V. M. Netto (Eds.), *Urbanidades*. (pp. 61–79). Folio Digital: Letra e Imagem.
- Aguiar, D. (2016). QUALIDADE ESPACIAL: configuração e percepção. *Revista Políticas Públicas & Cidades*, 4(1), 8–29. <https://doi.org/10.23900/2359-1552.2016v4n1p8>
- Andrade, L. da S. (2010). ONDE ESTÁ A URBANIDADE: num bairro central de Berlim ou numa favela carioca? *I ENANPARQ - I Encontro Nacional Da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação Em Arquitetura e Urbanismo*, 1–19. <https://anparq.org.br/dvd-enanparq/simposios/163/163-304-2-SP.pdf>
- Antonucci, D., & Gobbi, L. (2018). Expansão urbana e assentamentos precários: Jardim Piratininga, São Paulo. *Revista de Morfologia Urbana*, 6, 17–31. <https://doi.org/https://doi.org/10.47235/rmu.v6i1.24>
- Architecture & Design Scotland. (2024). *About Architecture and Design Scotland*. Architecture & Design Scotland. <https://www.ads.org.uk/about>
- Bailleul, H. (2009). Savoirs citoyens ou compétences habitantes? *Savoirs Citoyens et Démocratie Participative Dans La Question Urbaine, École Nationale Supérieure d'Architecture de Paris-Val de Seine*. <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00722953>
- Besse, J.-M. (2010). Le paysage, espace sensible, espace public. *META - Research in Hermeneutics, Phenomenology, and Practical Philosophy*, II(2), 259–286. http://www.metajournal.org/issues_pdf/meta-ii-2-2010-complete.pdf#page=8
- Borja, J., & Muxí, Z. (2003). *El espacio público: ciudad y ciudadanía* (M. Vilaseca & Oficina Técnica de Cooperación de la Diputación de Barcelona (eds.)). Electa (Grupo Editorial Random House Mondadori, S.L).
- Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil*, (2002) (testimony of BRASIL). https://legislacao.presidencia.gov.br/ficha/?/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei_10.406-2002&OpenDocument
- Castro, A. (2002). Espaços Públicos, Coexistência Social e Civilidade: Contributos para uma Reflexão sobre os Espaços Públicos Urbanos. *CIDADES, Comunidades e Territórios*, 5, 53–67. <https://doi.org/10.7749/citiescommunitiesterritories.dez2002.005.art05>
- Castro, P. R. (2022). *A luta pelo solo urbano: avanços e limites da regularização fundiária de interesse social*. Universidade Estadual de Campinas.
- Chakur, P. (2018). Urbanidade : conceito e parâmetros. *Minha Cidade*, 214.05, 1–11. <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/18.214/6983>
- Chevrier, E.-I., & Panet-Raymond, J. (2014). La participation citoyenne pour développer un

- quartier. *Nouvelles Pratiques Sociales*, 26(1), 67–83. <https://doi.org/10.7202/1024980ar>
- Chouillou, D. (2018). *La qualité environnementale urbaine : prendre en compte les représentations et les pratiques sociales des habitants dans la fabrique urbaine, l'exemple toulousain*. Université Toulouse Jean Jaurès.
- Coli, J. (2012). Materialidade e imaterialidade. *Revista Do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 34, 67–79.
- Covre, M. de L. M. (1994). Primeira aproximação de cidadania. In *O que é Cidadania* (3rd ed., pp. 7–15). Brasiliense.
- Crémin, E., Linton, J., Jacquin, N., & Perrin, J.-A. (2018). Légitimité des savoirs citoyens dans la gestion participative des territoires de l'eau. *Participations*, 21(2), 117. <https://doi.org/10.3917/parti.021.0117>
- Damayt, L., & Schaut, C. (2022). Une recherche-action participative entre cocréation et confrontation des savoirs. *Cahiers RAMAU*, 11, 149–161. <https://cahiers-ramau.edinum.org/691>
- Dind, J.-P. (2009). La qualité urbaine : des registres de signification aux principes de conception. *Vues Sur La Ville*, 22, 3–5. <https://www.unil.ch/files/live/sites/ouvdd/files/shared/VsV/No 22-2009.pdf>
- Dind, J.-P. (2008). Les quartiers espaces de vie : enjeux de la convivialité des espaces publics. *Colloque de l'observatoire Universitaire de La Ville et Du Développement Durable Sur Les Quartiers Durables - Lausanne, 4 et 5 Septembre 2008*, 11. <http://www.unil.ch/ouvdd/page59700.html>
- Elliott, J. (1991). *Action research for educational change*. Open University Press. <https://books.google.com/books?id=TX5EBgAAQBAJ&pgis=1>
- Fellows, I. (2022). *Word Clouds* (2.6). Ian Fellows. <https://www.rstudio.com/authors/ian-fellows/>
- Freire, J. T. (2013). A gestão pública no território do risco: o caso Madre de Deus-BA. In C. Prost, C. Antonia, & F. B. Silva (Eds.), *IIº SEMINÁRIO NACIONAL ESPAÇOS COSTEIROS* (p. 15). Instituto de Geociências da UFBA. <https://periodicos.ufba.br/index.php/secosteiros/article/view/14737>
- Freitas, C. S., Arias, M. T., Rocha, R. T., Figueiredo, L. G. de, Roldan, A. C. D. A. S., & Nascimento, V. (2021). Comunidade Raízes da Praia: uma experiência de práticas insurgentes na cidade de Fortaleza. *Revista de Direito Da Cidade*, 13(1), 160–184. <https://doi.org/10.12957/rdc.2021.44166>
- Garibay, D. (2015). Vingt-cinq ans après Porto Alegre, où en est (l'étude de) la démocratie participative en Amérique latine ? *Participations*, N° 11(1), 7–52. <https://doi.org/10.3917/parti.011.0007>
- Gehl, J. (2015). *Cidades para pessoas* (3rd ed.). Perspectiva.

- Gell, A. A. F. (1998). *Art and Agency - An Anthropological Theory* (1st ed.). Clarendon Press.
- Gil, A. C. (2002). Como Delinear Estudos de Campo. In *Como Elaborar Projetos de Pesquisa* (4th ed., pp. 129–136). Atlas.
- Gjorgjev, D., Dimovska, M., Morris, G., Howie, J., Popovska, M. B., & Latkovikj, M. T. (2020). How good is our place—implementation of the place standard tool in North Macedonia. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 17(1). <https://doi.org/10.3390/ijerph17010194>
- Godoy Filho, A. de A., Suguihiro, V. L. T., & Castells, A. N. G. de. (2023). Urbanidade: Aproximações teóricas em Arquitetura e Urbanismo e Antropologia Urbana. *Cadernos NAUI - Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural*, 12(33), 143–166. <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/naui/article/view/7225/6024>
- Goirand, C. (2013). Penser la participation politique en Amérique latine : questionnements et méthodes d'enquête. *Participations*, N° 5(1), 227–242. <https://doi.org/10.3917/parti.005.0227>
- Gomes, P. C. da C. (2002). *A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade*. Bertrand Brasil.
- Gonçalves, A. R. (2010). Urbanidade e as novas configurações urbanas. In ANPARQ (Ed.), *I Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - ENANPARQ* (pp. 1–10). PROURB. <http://www.anparq.org.br/dvd-enanparq/simposios/163/163-306-1-SP.pdf>
- Grinover, L. (2013). Hospitalidade, qualidade de vida, cidadania, urbanidade: novas e velhas categorias para a compreensão da hospitalidade urbana. *Revista Iberoamericana de Turismo-RITUR*, 3(1), 16–24. <http://www.seer.ufal.br/index.php/ritur>
- Grinover, L. (2021). *A cidade, nós e a hospitalidade*. Educus.
- Guevara Viquez, S. (2019). Risques et ressources des marges : les réappropriations de l'action publique à La Carpio (Costa Rica). In *Cahiers d'Outre-Mer* (Vol. 72, Issue 280). <https://doi.org/10.4000/com.10622>
- Hofland, A. C. L., Devilee, J., van Kempen, E., & den Broeder, L. (2018). Resident participation in neighbourhood audit tools — a scoping review. *European Journal of Public Health*, 28(1), 23–29. <https://doi.org/10.1093/eurpub/ckx075>
- Holanda, F. de. (2018). *O espaço de exceção* (2nd ed.). RFBH.
- Holanda, F. de. (2010). Urbanidade: arquitetônica e social. In ANPARQ (Ed.), *I Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo*. (pp. 1–23). PROURB. <http://www.anparq.org.br/dvd-enanparq/simposios/163/163-307-1-SP.pdf>
- Horgan, D., & Dimitrijević, B. (2019). Frameworks for citizens participation in planning: From conversational to smart tools. *Sustainable Cities and Society*, 48(April). <https://doi.org/10.1016/j.scs.2019.101550>

- IBGE. (2024). *Censo Demográfico 2022 - Agregados por Setores Censitários preliminares: População e domicílios Resultados do universo*.
- Jacobs, J. (1992). *The Death and Life of Great American Cities*. Vintage Books.
- Kemmis, S. (1980). Action Research in Retrospect and Prospect. *Annual Meeting of the Australian Association for Research in Education, Sydney, November 6-9, 1980*, 1–22.
- Lemos, N. D. R. (1980). Participation populaire et gestion de l'habitat en Amérique latine. *International Review of Community Development*, 4, 189–199. <https://doi.org/10.7202/1035060ar>
- Levy, A. (1997). *Explorer l'espace public*.
- Levy, A. (2015). Ville et espace public. *Rhizome*, 3(57), 15–15. <https://doi.org/10.3917/rhiz.057.0015>
- Lévy, J. (2004). L'urbanité européenne : un patrimoine, un enjeu. *Raison Présente*, 3e trimest(151), 91–101. <https://doi.org/https://doi.org/10.3406/raipr.2004.3877>
- Lewin, K. (1946). Action Research and Minority Problems. *Journal of Social Issues*, 2(4), 34–46. <https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.1946.tb02295.x>
- López-Peláez, J., & González, L. F. (2008). Marginalité et inclusion urbaine à Medellin (Colombie) : un regard historique à partir des instruments de planification. *Autrepart*, n° 47(3), 187–207. <https://doi.org/10.3917/autr.047.0187>
- Lynch, K. (2011). *A imagem da cidade* (3rd ed.). WMF Martins Fontes.
- Macedo, S. S. (1995). Espaços livres. *Paisagem Ambiente Ensaios*, 7, 15–56. <https://doi.org/https://doi.org/10.11606/issn.2359-5361.v0i7p15-56>
- Magnoli, M. M. E. M. (1982). *Espaços livres e urbanização: uma introducao a aspectos da paisagem metropolitana* [Universidade de São Paulo - USP]. <https://repositorio.usp.br/item/000716857>
- Marconi, M. de A., & Lakatos, E. M. (2003). Técnicas de pesquisa. In *Fundamentos de metodologia científica* (5th ed., pp. 174–214). Atlas.
- Masson, A. (2019). Les mécanismes de participation citoyenne dans le processus d'évaluation des impacts environnementaux sur le Projet Montagne d'Or en Guyane [Université de Sherbrooke]. In *Université de Sherbrooke*. <http://hdl.handle.net/11143/15590>
- McNiff, J., & Whitehead, J. (2002). *Action research: principles and practice* (2nd ed.). Routledge- Falmer.
- McTaggart, R. (1994). Participatory Action Research: Issues in theory and practice. *Educational Action Research*, 2(3), 313–337. <https://doi.org/10.1080/0965079940020302>
- Millot, G., Neubauer, C., & Storup, B. (2013). *La recherche participative comme mode de*

production de savoirs Un état des lieux des pratiques en France (B. Storup (ed.)).
Fondation Sciences Citoyennes.

- Moretto, L. (2011). Coproduction du service d'eau et recomposition de l'espace intra-urbain dans la périphérie sud de Caracas. *Espaces et Sociétés*, n° 143(3), 81–99.
<https://doi.org/10.3917/esp.143.0081>
- Morvan, A. (2013). Recherche-action. In I. Casillo, R. Barbier, L. Blondiaux, F. Chateauraynaud, J.-M. Fourniau, R. Lefebvre, C. Neveu, & D. Salles (Eds.), *Dictionnaire critique et interdisciplinaire de la Participation, DicoPart* (1ère, p. (online)). GIS Démocratie et Participation. <https://www.dicopart.fr/recherche-action-2013>
- Mouratidis, K., Hofstad, H., Zeiner, H. H., Sagen, S. B., Dahl, C., Følling, K. E., & Olsen, B. O. (2024). Assessing urban social sustainability with the Place Standard Tool: Measurement, findings, and guidance. *Cities*, 148(February).
<https://doi.org/10.1016/j.cities.2024.104902>
- Neta, O. M. M. (2016). Por uma pedagogia da cidade: espaços, práticas e sensibilidades. *Holos*, 5, 105–115. <https://doi.org/https://doi.org/10.15628/holos.2016.4683>
- Neveu, C. (2011). Habitants, citoyens : interroger les catégories. In M. H. Bacqué & Y. Sintomer (Eds.), *La Démocratie participative : Histoire et généalogie* (pp. 39–50). La Découverte « Recherches ». <https://doi.org/https://doi.org/10.3917/dec.bacqu.2011.01.0039>
- Nez, H. (2009). Democracia participativa e inclusão sócio-política: as experiências de Bobigny (França) e Barreiro (Belo Horizonte, Brasil). *Organizações & Sociedade*, 16(49), 325–350.
<https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/11023>
- Nez, H. (2011a). Nature et légitimités des savoirs citoyens dans l'urbanisme participatif. Une enquête ethnographique à Paris. *Sociologie*, 2(4), 387–404.
<https://doi.org/10.3917/socio.024.0387>
- Nez, H. (2011b). Nature et légitimités des savoirs citoyens dans l'urbanisme participatif - Une enquête ethnographique à Paris. *Sociologie*, 2(4), 387–404.
- O'Donnell, G. A., & Schmitter, P. C. (1986). *Transitions from Authoritarian Rule - Tentative Conclusions about Uncertain Democracies*. The Johns Hopkins University Press.
- Ocaña, A., Gea-Caballero, V., Peiró, R., Juárez-Vela, R., Pérez-Sanz, E., Corchón, S., & Paredes-Carbonell, J. J. (2022). Properties of the Spanish Version of the Place Standard Tool. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 19(15).
<https://doi.org/10.3390/ijerph19159395>
- Our Place, & Architecture and Design Scotland. (2023). *Place Standard Tool*. <https://www.ourplace.scot/tool>
- Peña Flores, M., & Escudero Peña, N. (2001). Urbanismo participativo creador de identidad social: Curitiba. *Urbano*, 4(4), 54–58.
<http://revistas.ubiobio.cl/index.php/RU/article/view/650>

- Piombini, A. (2013). Contexte spatial des ambiances urbaines et usage des lieux. *Ambiances*, 1, 0–17. <https://doi.org/10.4000/ambiances.261>
- Porto de Oliveira, O. (2010). Le budget participatif : pourquoi le modèle de Porto Alegre ? In *Le transfert d'un modèle de démocratie participative* (pp. 61–89). Éditions de l'IHEAL. <https://doi.org/10.4000/books.iheal.2656>
- POSIT. (2021). *RStudio* (Ghost Orchid (2021.09.1 Build 372)). Posit Software PBC. <https://posit.co/download/rstudio-desktop/>
- Prado de Souza, G. (2008). O desenvolvimento do programa Habitar Brasil no conjunto residencial Homero Linhares. In *Universidade Estadual do Norte Fluminense*. Universidade Estadual do Norte Fluminense.
- Prefeitura Municipal de Londrina. (2010). *Caderno censitário do perfil de Londrina - ano base 2010*. <https://www.londrina.pr.gov.br/dados/index.php/menu-planejamento/gpi/caderno-censitario-do-perfil-de-londrina/37517-caderno-censitario-do-perfil-de-londrina-versao-final/file>
- Prefeitura Municipal de Londrina. (2024a). *Planta de loteamentos*. Secretaria de Obras e Pavimentação. <https://portal.londrina.pr.gov.br/praca-de-atendimento-obras/plantas-de-loteamentos>
- Prefeitura Municipal de Londrina. (2024b). *Portal da Prefeitura de Londrina - Parque Municipal Arthur Thomas*. <https://portal.londrina.pr.gov.br/unidades-de-conservacao/parque-municipal-arthur-thomas>
- Prefeitura Municipal de Londrina. (2024c). *Portal da Prefeitura de Londrina - Plantas de Loteamentos*. Secretaria de Obras e Pavimentação. <https://portal.londrina.pr.gov.br/praca-de-atendimento-obras/plantas-de-loteamentos>
- Prefeitura Municipal de Londrina. (2024d). *Sistema de Informação Geográfica de Londrina - SIGLON*. <https://geo.londrina.pr.gov.br/portal/apps/webappviewer/index.html?id=5360a454d15146a3bcf4ebdbe8e49e03>
- Rheingantz, P. A. (2010). Traduções Experienciais da Urbanidade. *Revista INTERFACES*, 13, 112–129. <https://revistas.ufrj.br/index.php/interfaces/article/view/30174/17069>
- Rocher, F. (2015). Sur les dimensions constitutives de la citoyenneté : perspective des minorités ethnoculturelles et religieuses dans un Québec à l'identité incertaine. *Recherches sociographiques*, 56(1), 139–170. <https://doi.org/https://doi.org/10.7202/1030276ar>
- Roy, M., & Prévost, P. (2013). La recherche-action : origines, caractéristiques et implications de son utilisation dans les sciences de la gestion. *Recherches Qualitatives*, 32(2), 129–151. <http://www.recherche-qualitative.qc.ca/Revue.html>
- Santos, B. de S. (1999). Da ideia de universidade à universidade de ideias. In *Pela mão de Alice*:

- o social e o político na pós-modernidade* (7th ed., pp. 163–196). Edições Afrontamento.
- Santos, B. de S. (2004). *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado* (B. de S. Santos (ed.)). Cortez.
- Santos, B. de S. (2018). As ecologias dos saberes. In B. de S. Santos (Ed.), *Construindo as Epistemologias do Sul: Antologia Essencial* (pp. 223–259). CLACSO.
- Sintomer, Y. (2008). Du savoir d’usage au métier de citoyen ? *Raisons Politiques*, 31(3), 115–133. <https://doi.org/10.3917/rai.031.0115>
- Sintomer, Y. (2010). Saberes dos cidadãos e saber político*. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 91, 135–153. <https://doi.org/10.4000/rccs.4185>
- Souza, C. D. de, & Dias, C. K. B. (2022). Arqueologia e Antropologia da agência: fundamentos da agência nos estudos da cultura material. *Revista de Arqueologia*, 35(2), 208–226. <https://doi.org/10.24885/sab.v35i2.917>
- Spink, M. J. (2000). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas* (2nd ed.). Cortez.
- STCP Engenharia de Projetos Ltda. (2004). *Parque Municipal Arthur Thomas - Plano de manejo*. Prefeitura Municipal de Londrina.
- Tanajura, L. L. C., & Bezerra, A. A. C. (2015). Pesquisa-ação sob a ótica de René Barbier e Michel Thiollent: aproximações e especificidades metodológicas. *Revista Eletrônica Pesquiseduca*, 7(13), 10–23.
- Thiollent, M. (2018). *Metodologia da pesquisa-ação* (18th ed.). Cortez.
- Traoré, M. (2011). Analyse de la participation citoyenne autour de la gestion des déchets dans la ville de Ouagadougou (Burkina Faso). *Actes de La Deuxième Journée Doctorale Sur La Participation Du Public et La Démocratie Participative*, 1–17. <https://www.participation-et-democratie.fr/node/1443>
- Tripp, D. (2005). Action research: a methodological introduction. *Educação e Pesquisa*, 31(3), 443–466. <https://doi.org/https://doi.org/10.1590/S1517-97022005000300009>
- Vieira, M. de S., Silva, M. A. B. de A., & Macedo, S. S. (2015). Espaços livres públicos: uma análise sobre a produção do espaço em São José dos Campos. *X COLÓQUIO QUAPÁ-SEL*. <http://quapa.fau.usp.br/wordpress/wp-content/uploads/2015/11/Espaços-livres-públicos-uma-análise-sobre-a-produção-do-espaço-em-São-José-dos-Campos.pdf>
- Voundi, E., Fendoung, P. M., & Emissi, P. E. (2021). Analyse des mutations socio-environnementales induites par l’exploitation minière à Bétaré-Oya, Est-Cameroun. *Vertigo*, 19(1). <https://www.erudit.org/en/journals/vertigo/2019-v19-n1-vertigo04936/1065409ar.pdf>
- WHO Regional Office for Europe. (2020). *WHO European Healthy Cities Network Phase VII (2019–2024) - Compendium of tools, resources and networks*.

<http://www.euro.who.int/pubrequest>

Zetlaoui-Léger, J. (2022). Urbanisme participatif. In Guillaume Petit, L. Blondiaux, I. Casillo, J.-M. Fourniau, G. Gourgues, S. Hayat, R. Lefebvre, S. Rui, S. Wojcik, & J. Zetlaoui-Léger (Eds.), *Dictionnaire critique et interdisciplinaire de la Participation, DicoPart* (2ème, p. (online)). GIS Démocratie et Participation. <https://www.dicopart.fr/urbanisme-participatif-2022>

DICIONÁRIOS ONLINE

DICIO - Dicionário Online de Português. (2020). Urbanidade. Acesso em dez., 13, 2021, de Dicio website: <https://www.dicio.com.br/urbanidade/>

Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. (2021). Urbanidade. Acesso em dez., 13, 2021, de Dicionário Priberam website: <https://dicionario.priberam.org/Urbanidade>

Dicopart. Dictionnaire critique et interdisciplinaire de la participation, Paris, GIS Démocratie et Participation, 2013. Alexia MORVAN, « Recherche-action », in CASILLO I. avec BARBIER R., BLONDIAUX L., CHATEAURAYNAUD F., FOURNIAU J.-M., LEFEBVRE R., NEVEU C. et SALLES D. (dir.), ISSN : 2268-5863. URL : <http://www.dicopart.fr/fr/dico/recherche-action.Dicopart>

Éditions Larousse. (2021). Urbanité. In Dictionnaire de Français Larousse. Retrieved December 13, 2021, from Larousse.fr website: <https://www.larousse.fr/dictionnaires/francais/urbanit%c3%a9/80672>

Glosbe. (2021). Civilitas. In Dicionário Glosbe. Acesso em dez., 13, 2021, de Glosbe.com website: <https://pt.glosbe.com/>

Infopédia. (2021). Urbanidade. Acesso em dez., 13, 2021, de Infopédia - Dicionários Porto Editora website: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/urbanidade>

Merriam-Webster Dictionary. (s.d.). Urbanity. Acesso em dez., 13, 2021, de Merriam-webster.com website: <https://www.merriam-webster.com/dictionary/urbanity>

Merriam-Webster. (s.d.). Urbane. In Merriam-Webster.com thesaurus. Acesso em dez., 12, 2021, de <https://www.merriam-webster.com/thesaurus/urbane>

Michaelis - Dicionário Online da Língua Portuguesa. (2021). Urbanidade. Acesso em dez., 13, 2021, de Michaelis On-Line website: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/urbanidade/>

Real Academia Española. (2020). Urbanidad. In Diccionario de la lengua española RAE - ASALE. Acesso em dez., 13, 2021, de “Diccionario de la lengua española” - Edición del Tricentenario website: <https://dle.rae.es/urbanidad?m=form>

APÊNDICES

APÊNDICE A – Folheto de apresentação da pesquisa para pessoas físicas

APÊNDICE B – Folheto de apresentação da pesquisa para pessoas jurídicas

APÊNDICE C – TCLE e Declaração de Consentimento

APÊNDICE D – Questionário 1

APÊNDICE E – Questionário 2

APÊNDICE F – Fluxograma de resposta ao Questionário 1 versão online

APÊNDICE G – Tradução da ferramenta Place Standard

APÊNDICE H – Coletânea das respostas ao Questionário 1

APÊNDICE I – Coletânea das respostas ao Questionário 2

APÊNDICE J – Cronologia dos eventos principais da pesquisa de campo

APÊNDICE K – Devolutiva à comunidade – Resultados do Questionário 1

APÊNDICE L – Devolutiva à Comunidade – Resultados do Questionário 2

ANEXOS

ANEXO A – Parecer consubstanciado CEP-UEL – aprovação da pesquisa

ANEXO B – Autorização da direção da UBS Piza/Roseira

ANEXO C – Autorização da direção do Col. Est. Prof. Paulo Freire

ANEXO D – Autorização da liderança da Paróquia Cristo Redentor

ANEXO E – Autorização da direção da E. M. Prof. Dr. Carlos da Costa Branco

ANEXO F – Questionário da *Place Standard Tool* (versão 2022)